

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

DANILO DA SILVA SANTOS BRITO

A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: ASPECTOS EMPIRICO-TEÓRICOS DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA TERCEIRA PESSOADO PLURAL OU P6 NA COMUNIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2013

DANILO DA SILVA SANTOS BRITO

A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: ASPECTOS EMPIRICO-TEÓRICOS DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA TERCEIRA PESSOA DO PLURAL OU P6 NA COMUNIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2013

Brito, Danilo Da Silva Santos.

B875c A concordância verbal no português popular do Brasil: aspectos empíricos-teóricos da concordância verbal na terceira pessoa do plural ou P6 na comunidade de Vitória da Conquista-BA/ Danilo da Silva Santos Brito, 2013.
132f.: il; algumas col.

Orientador (a): Jorge Augusto Alves da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2013.

1. Português popular – Concordância verbal - Brasil. 2.
3. Sociolinguística - Brasil. I. Silva, Jorge Augusto Alves da.
II. Universidade Estadual Sudoeste da Bahia. III. T.

CDD: 469

Catálogo na fonte: Elinei Carvalho Santana - CRB 5/1026
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Verbal agreement in popular Portuguese of Brazil: empirical-theoretical aspects of verbal agreement in the third person plural or P6 in the community of Vitória da Conquista-BA

Palavras-chave em inglês: Sociolinguistic. Popular Portuguese. Variation. Change. Verbal Agreement. Vitória da Conquista

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Presidente-Orientador); Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB); Prof. Dr. Dante Estauchio Lucchesi Ramaciotti (UFBA)

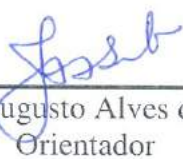
Data da defesa: 22 de fevereiro de 2013

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

DANILO DA SILVA SANTOS BRITO**A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: ASPECTOS EMPIRICO-TEÓRICOS DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA TERCEIRA PESSOA DO PLURAL OU P6 NA COMUNIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção de título de Mestre em Linguística.

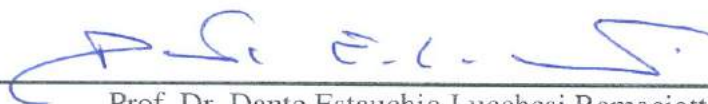
Data da aprovação: 22 de fevereiro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)
Orientador



Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (UESB)



Prof. Dr. Dante Estauchio Lucchesi Ramaciotti (UFBA)

Ao Deus do impossível

A minha querida mãe que sempre se orgulhava de minhas conquistas, ao meu pai de quem muito me orgulho e aos meus irmãos.

A minha esposa Adriana Santos Brito companheira dos momentos bons e, acima de tudo, das horas difíceis.

A Jorge Augusto pela orientação e pela amizade.

A Valéria Viana e todos amigos do grupos de pesquisa JANUS.

A Dante Lucchesi pela contribuição e acompanhamento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho considera empiricamente a variação linguística no uso da concordância verbal (CV) na terceira pessoa do plural ou P6, buscando aferir, pela observação do desempenho linguístico de falantes do português popular urbano de Vitória da Conquista - BA, se a aplicação da regra de concordância entre sujeito e verbo constitui um fenômeno de variação estável ou mudança em curso no sentido da aquisição à regra. Tomando o *corpus* do PPUVC - Português Popular Urbano de Vitória da Conquista -, constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo (UESB), foram analisados alguns grupos de variáveis linguísticas e sociais, objetivando mensurar quais fatores estariam condicionando o índice de 17,2% de aplicação da CV em P6 pelos indivíduos desta comunidade. Seguindo o modelo teórico da Sociolinguística Variacionista, a apreciação dos dados revelou o processo de aquisição de marcas de uma gramática de prestígio, demonstrando um caminho em direção à aquisição de marcas de concordância na terceira pessoa do plural ou P6, as quais delineiam as estruturas condicionantes e favorecedoras de tal processo de aquisição de marcas, bem como a importância da saliência fônica e do princípio da coesão estrutural. A análise forneceu dados sobre a concordância verbal em P6 no português popular do Brasil que contribuirão para posteriores estudos sociolinguísticos.

PALAVRAS-CHAVE

Sociolinguística. Português popular. Variação. Mudança. Concordância Verbal. Vitória da Conquista.

ABSTRACT

This research on empirical approach leads with the linguistic variation in the use of verbal agreement (Vagr) in the third person of plural form or P6 and tries to analyze if the application of concordance rule between subject and verb constitutes a phenomenon of stable variation or a change in course when acquiring the rule by observing the linguistic performance of popular urban Portuguese speakers from Vitoria da Conquista in Bahia. Taking the *corpus* of PUPLVC, popular urban Portuguese language from Vitoria da Conquista - BA which was prepared by the *Group of Historical Research and Socio-functionalism* (UESB), it was analyzed some groups of linguistic and social variations to measure what factors are conditioning the level of 17,2 % of application of Vagr in P6 by the speakers from this community. Following the theoretical model of Sociolinguistics Variationist, we discuss the data revealed the acquisition of a grammar marks of prestige, showing a path toward the acquisition of agreement marks in the third personal plural or P6, outlining the structures and conditions that favor such acquisition of brands as well as the importance of phonic salience and the principle of structural cohesion, providing data on verb agreement in P6 popular in Portuguese of Brazil that will contribute to further sociolinguistic studies.

KEYWORDS

Sociolinguistic. Popular Portuguese. Variation. Change. Verbal Agreement. Vitória da Conquista

LISTA DE ABREVIATURAS

CV	Concordância verbal
Det.	Determinante
DOC	Documentador
INF	Informante
ININT	Ininteligível
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NURC	Norma UrbanaCula
P6	Terceira pessoa do plural
PB	Português Brasileiro
PE	Português europeu
SPprep	Sintagma presposicionado
PPUVC	Português Popular Urbano de Vitória da Cconquista-Ba
SN	Sintagma nominal

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Primeira igreja matriz católica.	27
Figura 2	Comércio em Vitória da Conquista.	28
Figura 3	Inauguração da BR 116.	29
Figura 4	Vista atual da cidade.	33
Figura 5	Grupos de saliência fônica.	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Níveis de saliência fônica	111
Gráfico 2	Concordância no SN	113
Gráfico 3	Indicação de Plural no Sujeito	115
Gráfico 4	Marcas de plural adjacentes ao verbo	116
Gráfico 5	Faixa etária	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Indígenas no Planalto de Conquista – Tronco Macro-Jê.	35
Quadro 2	Taxa de crescimento anual da população brasileira, século XX	42
Quadro 3	Dados numéricos da população de municípios da região Sudoeste da Bahia, com base em critérios do IBGE.	44
Quadro 4	Informantes.	80
Quadro 5	Utilização de Códigos.	88
Quadro 6	Grupos de saliência fônica.	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados percentuais do crescimento da população urbana do País, ao longo do século XX, comparativo década e percentual.	41
Tabela 2	Visão geral, por década, da diminuição do analfabetismo no Brasil, século XX.	49
Tabela 3	Grupo de Fatores.	85
Tabela 4	Fatores significantes.	107
Tabela 5	Aplicação da regra de CV em P6.	108
Tabela 6	Frequência da saliência fônica.	111
Tabela 7	Concordância no SN.	112
Tabela 8	Indicação de plural no SN sujeito.	114
Tabela 09	Análise das variáveis sociais	117
Tabela 10	Faixa etária	118

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1.	O PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DESUA FORMAÇÃO	17
1.1.1	Em busca de um conceito de “popular”: Definição adotada	22
1.1.2	O português popular de Vitória da Conquista-Ba	23
1.2	O CONTATO SOCIAL E A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL	24
1.2.1	Sobre a comunidade de fala: o município de Vitória da Conquista-Ba	26
1.2.2	O elemento indígena na formação da sociedade conquistense	34
1.2.3	O elemento “branco europeu” na formação da sociedade conquistense	36
1.2.4	O elemento africano na formação da sociedade conquistense	38
1.2.5	Os processos migratórios e a formação das redes de sociais	40
1.2.6	A realidade linguística brasileira e a história da educação no Brasil	48
1.2.7	O letramento no Brasil e a teoria da “transmissão linguística irregular”	52
2.	A TEORIA	54
2.1	VARIABILIDADE DENTRO DO SISTEMA	58
2.1.2	Variação, variantes e variáveis	61
2.1.3	A variável dependente e as variáveis explanatórias: o contexto da variação linguística	63
2.2	OUTRAS TEORIAS DA MUDANÇA LINGUÍSTICA	64
3.	ACCORDANCIA VERBAL	70
3.1	ABORDAGENS PRÉ-LINGÜÍSTICAS E EVOLUCIONISTAS	70
3.2	A PERCEÇÃO DIALETOLÓGICA DA CONCORDANCIA VERBAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL	72
3.3	A VIRADA SOCIOLINGÜÍSTICA E A CRISE EDUCACIONAL NO BRASIL	74
4.	O MÉTODO	79
4.1.	A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	79
4.1.1	A escolha dos informantes	79

4.2	AS ENTREVISTAS: O TRABALHO DE CAMPO	81
4.2.1	Caracterização das entrevistas	82
4.2.2	Os temas das entrevistas	82
4.3	O PROCESSAMENTO DOS DADOS	83
4.3.1	A transcrição: Critérios	83
4.4	LEVANTAMENTO DOS DADOS	83
4.5	AS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	89
4.5.1	A realização e posição do sujeito	89
4.5.2	A concordância nominal no sujeito	91
4.5.3	A caracterização semântica do sujeito	93
4.5.4	Indicação de plural no sujeito	93
4.5.5	Tempo verbal	94
4.5.6	Tipos de verbo	96
4.5.7	A saliência fônica	97
4.5.8	Presença de marcas de plural adjacentes ao verbo	99
4.6	VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS	101
4.6.1	O sexo	101
4.6.2	O nível de escolaridade	102
4.6.3	A faixa etária	103
4.6.4	Rede de relações sociais	105
5	ANÁLISE DOS DADOS	106
5.1	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS	108
5.1.1	A “saliência fônica”	109
5.1.2	Marcas de concordância no SN e a coesão estrutural	112
5.1.3	Indicação de plural no sujeito	113
5.2	ANÁLISE DAS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS	117
5.2.1	A variável faixa etária	118
	CONCLUSÃO	122
	REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

Reconhecendo importância do estudo da variação linguística observada quanto à aplicação da regra de concordância entre sujeito e verbo (CV), particularmente no uso da terceira pessoa do plural ou P6, este trabalho visa fornecer dados para compreensão deste fenômeno variável, característico do português brasileiro. Com este intuito, elegemos como *corpus* a fala espontânea no português popular de Vitória da Conquista - BA, dialeto registrado no *corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista - PPVC.

A análise deste *corpus* busca fornecer subsídios para a confirmação da hipótese de que a concordância verbal em P6 é uma regra variável, condicionada por fatores linguísticos e sociais. Também visa fornecer dados para a comprovação de que, no português popular, os falantes mais jovens estão em processo de aquisição da variável mais próxima à norma culta urbana, revelando nesse nível de idade uma mudança em progresso.

Dentre os fatores que impulsionariam a mudança, destacam-se fatores extralinguísticos como o contato com outros grupos sociais, a exposição à mídia, bem como, fatores linguísticos, de motivação interna, a exemplo da saliência fônica e presença de marcas de plural no sintagma nominal sujeito da oração (considerando o princípio de que “marcas levam a marcas”).

Por meio de uma análise criteriosa baseada na orientação teórica da sociolinguística variacionista, este trabalho busca identificar quais fatores estariam interagindo no processo de aplicação da regra de concordância em P6, a fim de constatar pela análise estatística dos dados, se a situação linguística indica, nesta comunidade, mudança em progresso ou variação estável.

Dando continuidade a pesquisas como Lemle & Naro (1977), Naro (1981), Guy (1986), Scherre (1988), Naro & Scherre (1999) Silva (2001; 2005), este trabalho visa contribuir com os estudos sobre a concordância verbal no português brasileiro, dando continuidade aos resultados obtidos anteriormente em análises de corpora sobre a concordância verbal em P6 realizadas em outras comunidades, e contribuindo para posteriores estudos sociolinguísticos por fornecer dados ainda inéditos.

Com objetivo de verificar empiricamente este fenômeno no português popular de Vitória da Conquista-Ba, após a execução das 28 entrevistas, foram escolhidos 24 informantes de acordo com os critérios gerais para a constituição do *corpus*. A transcrição dos diálogos, de inquéritos com duração entre 40 a 60 minutos, foi realizada com o auxílio de bolsistas de IC-FAPESB do curso de Letras Modernas da UESB e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo da UESB- JANUS, e a codificação das ocorrências tomou como base na *Proposta de Chave de Transcrição* elaborada pelo coordenador do “Projeto Vertentes”, o professor Dante Lucchesi (In SILVA, 2005, p. 205-217, LUCCHESI, 2012, inédita).

Tentando compreender a configuração da variação e a direção da mudança linguística, motivadas por fatores linguísticos e sociais, esta dissertação dividiu-se em 05 partes que expõem desde uma definição detalhada, numa perspectiva sócio-histórica, da comunidade analisada, à descrição da teoria, fenômeno variável, metodologia adotada na *constituição* do corpus à análise quantitativa dos dados.

Na **seção 1**, situamos o conceito de “língua popular”, demonstrando ser o português popular um produto da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, um constructo dos contatos linguísticos e da estratificação social que marcaram a história de nossa colonização.

Para tanto, revisitamos a discussão acerca da formação da sociedade brasileira, destacando a importância dos contatos étnico-sociais. Focando em nosso corpus, tentamos direcionar as análises sócio-históricas da seção 1 dando ênfase à macrorregião de Vitória da Conquista, inserindo, já nesta parte do trabalho algumas a descrição da comunidade por nós analisada e como os elementos indígena, branco-europeu e negro-africano constituem a base do falar conquistense. .

Buscando compreender a dinâmica da formação da língua popular, ainda nessa seção pontuamos algumas questões relacionadas à história da educação no Brasil, e as mudanças sociais advindas dos processos migratórios e formação das novas redes de relações sociais (*networks*).

Optamos por expor na **seção 2** nosso referencial teórico, da sociolinguística variacionista, delimitando alguns termos e critérios que orientarão nossa análise. Após uma breve delimitação dos termos “variação”, “variantes” e “variáveis”, discutimos o contexto da variação linguística elencando a variável dependente e as variáveis explanatórias que serão consideradas posteriormente em nossa análise. Por fim, abrimos um parêntese para outras teorias paralelas que contribuíram com nossa formação linguística.

Dedicamos a **seção 3** especificamente aos dos estudos voltados ao fenômeno da “concordância verbal”. Esta seção visa compreender melhor as bases teóricas de nosso referencial, tentamos reconstituir um pouco da história dos estudos da CV no português brasileiro partindo das pré-linguísticas à contribuição abordagens puramente linguísticas sobre o Português Brasileiro (PB). Nesse capítulo, destacamos as pesquisas que tomaram como referencial a teoria sociolinguística variacionista imprimiram importante contribuição aos estudos da socio-história do PB. No âmbito desses estudos, duas principais correntes defendem diferentes posições sobre as origens e direção da mudança linguística no PB.

Na **seção 4**, descrevemos detalhadamente a metodologia utilizada na constituição do *corpus*. Os critérios adotados, tanto na constituição do *corpus* quanto na análise dos dados foram dispostos nesta seção. Discorremos sobre os parâmetros e ferramentas da análise estatística e justificamos a escolha das variáveis dependentes. Com exemplos extraídos do corpus detalhamos as variáveis linguísticas e extralinguísticas, traçando as primeiras hipóteses a partir da conceituação de cada uma das variáveis analisadas.

Por fim, na **seção 5**, apresentamos os resultados da análise das ocorrências destacando os grupos de fatores selecionados pelo *GoldVarb* e a importância de outros grupos segundo nossa interpretação dos dados. Entre as variáveis linguísticas e extralinguísticas, analisamos 13 grupos de fatores que motivariam a variação, quantificando um total de 1055 ocorrências.

Acreditamos que os resultados obtidos através da análise dos dados possam fornecer informações importantes, ressaltando a relevância e autenticidade deste fenômeno. Desta forma, esperamos humildemente contribuir e com os futuros estudos sobre realidade sociolinguística do português popular Brasil,

1.0 PORTUGUÊS “POPULAR” DO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DE SUA FORMAÇÃO

Nas ciências da humanas a definição de “problema” está sempre ligada à ideia de “assunto controverso” que suscita a discussão e o debate, muitas vezes não aceitando uma resposta ou uma solução anteriormente elaborada. Uma nova interpretação para estudos já realizados configura-se, a nosso ver, uma forma de ampliar a visão sobre o objeto, trazendo à luz das ciências novas perspectivas de análise. Além disso, acreditamos que a tentativa de se preencher uma lacuna em estudos consagrados torna-se, também, um alvo de investigação e, para que tal alvo seja atingido, fazem-se necessárias tanto a descrição quanto a análise de elementos que possam preencher ou tentar preencher esta lacuna

Inicialmente, dada a quantidade de acepções o termo “popular” pode adquirir nos seio das ciências humanas, urge que façamos a delimitação daquilo que consideraremos como “língua popular”. Para tanto, traçaremos um percurso histórico da aplicação do termo dentro e fora dos estudos da Ciência da Linguagem.

O uso do termo “popular” para designar as formas de manifestação linguística da fala uma parcela da população não é recente. Contudo, percebemos a necessidade de uma melhor especificação semântica quanto ao emprego do termo, em nossa conceituação, dada a abrangência de sentidos que a utilização do adjetivo “popular”¹ possa adquirir nos diferentes contextos em que é empregado; pois, como aponta Pierre Guiraud (1969), “a noção de linguagem ‘popular’ é bastante vaga”, fazendo-se necessário esclarecê-la.

É normal ouvir, nas trocas linguísticas cotidianas, falantes pedirem licença para um breve desvio das formas “aceitáveis”, fazendo uso de enunciados do tipo: “*como se diz no português popular*”, ou ainda “*vou falar no popular pra ver se você me entende*”. Ao lado das hipercorreções, testemunhas da insegurança quanto ao uso linguístico (CALVET, 2009), tais enunciados revelam uma consciência de seleção ante as formas pertencentes ao “conjunto daquilo que é excluído da língua legítima”, ação realizada por falantes que creem desviar do “bom uso da língua” quando utilizadas expressões típicas do “linguajar” considerado “popular”.

Como observa Stanley Aléong (2001), ao analisar o que levaria à legitimação de algumas formas em detrimento de outras, a direção perceptível, que as prescrições linguísticas advindas do sistema socialmente dominante impõem às camadas da população que não domina a norma ideal, revela a existência do distanciamento maior ou menor da realidade dos desempenhos diários, pois, de um lado, vemos um conjunto de valores amplamente difundidos, que preconiza o emprego de algumas formas e

¹Silva (2005) observa que o adjetivo “popular” pode-se referir, do ponto de vista geral, tanto ao conjunto de cidadãos como um todo (“voto popular”, a exemplo, equivale ao voto de todos), quanto designar apenas a parcela da população que não faz parte da elite, a gente comum, as pessoas comuns (2005, p.9).

a exclusão de outras em nome do bom uso da linguagem, do outro lado, as realizações concretas se apresentam sob o aspecto de uma diversidade de formas (ALEONG, 2001, p.145).

Comumente, nos estudos acerca da linguagem, o termo “língua popular” associa-se a formas dialetais rotuladas, ou generalizadas por uma *subpadrão* linguístico, instrumento de comunicação dos falantes incultos, como afirma Dino Preti em seu livro clássico “Sociolinguística: os níveis da fala” (PRETI, 1982). Compactuando com o pensamento de Dino Preti², ao analisar a questão da gíria, Urbano (2001) comenta que tais manifestações fariam parte de uma “linguagem usual estropiada”, instrumento da “comunicação cotidiana necessária, espontânea e *despoliciada*, utilizada naturalmente pela média população urbana e contaminada pelas linguagens especiais de pequenas comunidades.” (URBANO, 2001, p. 182).

No entanto, cremos que tal definição não encerra a questão. Em primeiro lugar, é notório o equívoco na aplicação do epíteto *popular* quando sustentada a ideia da separação entre aquilo que seria “popular” e o “não-popular”, remetendo as noções mais comuns ao emprego do signo “popular” à classificação de grupos que repousam à sombra do desprestígio: povo/não-povo; erudito/ comum; culto/inculto; clássico/vulgar; anônimo/conhecido, conforme podemos ler no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, em sua edição de 2003, página 226.

Outro problema, de acordo com Silva (2005), repousa sobre o uso do próprio prefixo *sub-* (de subpadrão linguístico). Este prefixo já carregaria em si ideia de depreciação, de “parte inferior”, presente em outros derivados formados pelo mesmo prefixo (SILVA, 2005, p. 10). Notamos que a doutrina de um “subpadrão” não deixaria de coadunar com uma tentativa de homogeneização das variações, consideradas desvio da norma, generalizando a diversidade observada na fala da massa ao título de linguagem “impura” e “inferior”, de “língua popular”.

Analisando as implicações do emprego do termo “popular” na língua francesa³, Bourdieucamente que:

Como os dicionários de gíria ou do “francês não-convencional” revelam com toda clareza, o léxico dito “popular” é o conjunto de palavras excluídas dos dicionários da língua legítima ou que aparecem ali afetadas por “marcas de uso” negativas: fam., familiar, popular, “isto é, corrente nos meios populares das cidades, mas censurada ou evitada pelo conjunto da burguesia cultivada” Para definir com todo o rigor essa “língua popular” ou “não-convencional”, que seria muito proveitoso passar a chamar de pop. — para impedir que as condições sociais de sua produção sejam esquecidas — seria necessário precisar o que se coloca sob a expressão “meios populares” e o que se entende por uso “corrente” (BOURDIEU, 1983, p. 99).

² A definição de Hudinilson Urbano (2001, p.182) parte da descrição feita por Dino Preti do que seria a “língua popular”, exposta no livro “A gíria e outros temas” (1984).

³Bourdieu exemplifica com a questão que envolve o “sotaque parisiense” corresponde a *accent pointu*, ou seja, a maneira como os habitantes da região sul da França se referem à pronúncia dos parisienses, considerada “desagradável”. Já o sotaque “*faubourgueano*”, ou de subúrbio, corresponde a *accent faubourien*, expressão que designa o sotaque de bairros parisienses periféricos, ditos “populares” (BOUDIEU, 1983, p.101).

Bourdieu (1983) também crê que a utilização empírica da expressão, que agrega o termo “popular”, apresenta algumas implicações não diferindo das demais locuções da “mesma família” (que carregam o epíteto como: “cultura popular”, “arte popular”, “religião popular” etc.), pois a noção de “língua popular” remeteria a uma classificação incorreta entre aquilo que está perto ou longe do “povo”, podendo representar uma agressão simbólica à realidade designada – “logo, imediatamente fustigada por todos aqueles que se sentem no dever de tomar o partido e defender a causa do “povo” (BOURDIEU, 1983, p. 98).

Sob outra ótica, numa definição que considere os *estratos* sociais, a expressão “popular” vem sendo empregada para designar as formas de falar de determinado grupo social.

Historicamente o termo aparece no português a partir século XIV e procede da forma latina *popularis*⁴ com o mesmo sentido que se pode encontrar em português, referindo-se, pois, a tudo aquilo relativo ao povo, à gente comum (SILVA, 2005, p. 9).

A classificação de parte da população como “gente comum” (diga-se de passagem, a maior parte da população), nunca deixou de ter um fundo pejorativo. Silva (2005) relembra que, ao longo dos anos, o termo “popular” vem carregando em si uma ideia de inferioridade, de pouco valor que sustenta a noção de separação da massa em oposição à elite.

Observando o aspecto sociológico de tal dição, Klaus Zimmermann traz à lume a existência de alguns inconvenientes quanto à utilização da denominação “popular” na classificação de uma variedade linguística. Para Zimmermann, ideia de “popular” está atrelada a uma “noção sociológica burguesa” que apesar de aparentemente definir o “popular” com algo restrito ao povo, abrangeria, na realidade linguística, algo além da dimensão de classe social:

A burguesia define como “povo” somente uma parte da população, e a variação que esta fala (de fato um conjunto de variações diastráticas e diafásicas) recebe a denominação de “língua popular” quando, na realidade, as classes que usam a língua padrão também fazem parte do povo de um país. O conceito de “povo” da burguesia refere-se à parte baixa da população, àquela que não tem formação escolar média ou alta, ou seja, aos outros. Este conceito de “povo” e de “língua popular”, por conseguinte, não é um conceito científico baseado na sociologia, mas um conceito pré-científico que provém da ideologia social de uma determinada classe social. Por isso, na linguística este termo deve ser evitado (ZIMMERMANN, 1998, p. 14).

⁴ “*Popularis, e*” é um adjetivo de segunda classe, como lemos em Silva, 2005.

Como aponta Silva (2005), Raphael Samuel (1979, p. 256), ao tratar da expressão “cultura popular”, considera como uma coleção daquilo que o povo construiu: valores, costumes e a mentalidade discursiva. Tudo isso serviria para distinguir o povo da elite econômico-cultural: a noção de popular atrela-se à representação da classe trabalhadora, aos pobres.

Entretanto, Bourdieu (1983) acredita que atribuir o termo popular à classe dos “trabalhadores” seria uma forma imprecisa de conceituá-la, visto a complexidade da estruturação social e dos contextos de sua aplicação.

Tal como os conceitos de “classes populares”, “povo” ou “trabalhadores”, conceitos de geometria variável cujas virtudes políticas se devem ao fato de que se pode ampliar à vontade o referente até incluir nele — em período eleitoral, por exemplo — os camponeses, os executivos e os gerentes ou, ao contrário, restringi-lo somente aos operários da indústria, isto é, aos metalúrgicos (e a seus representantes nomeados), a noção de “meios populares”, de extensão indeterminada, deve suas virtudes mistificadoras, na produção erudita, ao fato de que qualquer um pode, como num teste projetivo, manipular inconscientemente essa extensão para ajustá-la aos seus interesses, preconceitos ou fantasmas sociais (BOURDIEU, 1983, p.101).

Desse modo, Bourdieu nos leva a refletir sobre como na definição de variação diastrática a associação entre classe social e nível de escolaridade nem sempre resulta numa junção perfeita por considerar a heterogeneidade da denominada classe trabalhadora.

Na mesma linha do pensamento de Bourdieu, os sociólogos Williams e Thompson (1961; 1963; 1976), também influenciados por uma concepção marxista que imperará nos estudos culturais, postulam que, nas sociedades industriais, é impossível abstrair “cultura” das relações de poder. Uma segunda acepção, não distante da primeira, seria a de cristalizar o uso da denominação “popular” como rótulo da “cultura” da massa, da não-elite.

Pierre Guiraud (1969) aponta que distanciamento que caracteriza as diferenças entre a falar *vulgar* (francês popular) do falar da burguesia (forma culta) tem cerne na diversidade cultural, em meio a qual, a imposição de uma noção predominante de cultura – associada ao progresso humano, à civilização e ao julgamento da qualidade estética ou intelectual da arte, literatura, das instituições – conduziu as civilizações ocidentais a formulações específicas do que seria uma “língua ideal”, “língua de cultura” cujos principais reflexos na evolução dos tempos são bastante visíveis, como:

- A formação de uma linguagem culta, artificialmente derivada do latim e que nunca foi totalmente integrada ao processo de transmissão hereditária;

- A tentativa precoce e geralmente arbitrária da padronização e estabilização do idioma, que desviou e retardou o desenvolvimento natural;
- A ênfase no ensino da língua, portanto, visando com acuidade uma consciência gramatical e etimológica, calcadas na citação do poder e autoridade dos autores;
- Um racionalismo que buscara uma análise completa, precisa e clara de pensamento e expressão chegando a ignorar a lógica e a retórica. (GUIRAUD, 1969, p.10) tradução nossa).

Além de situar o termo no terreno da cultura e da “não-cultura”, Guiraud esboça uma classificação de “popular” na oposição entre língua natural e artificial. Silva (2005), analisando a conceituação do termo no dicionário de linguística de Dubois e seus coautores (1998, p.475) cita a definição dos autores de que:

Uma forma popular consigna a ocorrência de uma evolução “normal”, isto é, ela foi transmitida de geração em geração, enquanto que a forma erudita foi tomada de empréstimo diretamente da língua primitiva. Em outro sentido, popular contrapõe-se, no campo da etimologia, à associação feita entre duas palavras considerando aspectos formais e deixando de lado a raiz etimológica, visto que a etimologia culta há de se basear na raiz primitiva e não na mera aparência das estruturas. (SILVA, 2005, p.13)

Contudo, o termo “evolução”, em questão de linguagem, sempre esteve associado a um erro tautológico. Se por um lado “evolução” significa adaptação, aperfeiçoamento ou adequação, no concernente à língua a “evolução”, ou mudança, sempre foi percebida pelos mais conservadores, convencionalistas, como desvio dos padrões preestabelecido pelos modelos da linguagem literária. Deste modo, a noção de “língua popular” como produto de uma evolução “normal” não exime o termo de qualquer avaliação negativa.

Ainda seguindo as formulações propostas por Silva (2005), devemos observar, como o faz Sebastião Vila Nova (1995, p. 54 – 55), que “o conceito de popular foi obscurecido pelo sentido de *folk*, conduzindo à mera interpretação de que o popular estaria associado ao lúdico (maracatu, bumba-meu-boi, samba-de-roda)”. Nesses termos, “o popular está ligado meramente ao passado, aos valores tradicionais de um mundo rural longínquo, e não ao cotidiano das sociedades rurais e urbanas” (VILA NOVA, 1995, p.54-55).

Assim, as divergências apontadas pelo autor afiguram-se na visão de que o “popular” estaria ligado exclusivamente ao que é tradicional. Nessa perspectiva, os “usos do povo” seriam uma simples reprodução de valores imutáveis, recebidos por herança do meio rural primitivo. Esta última definição,

não isenta que a cultura popular, tanto no campo quanto na cidade, possa absorver valores da cultura de massa ou incorporá-los aos seus numa reinterpretação de valores. A relação popular/rural não deixa de estar presente também em outras definições, que veem no *continuum* do falar rural o berço das manifestações vernáculas.

Como vimos, as definições apresentadas demonstram a necessidade de desassociar o termo “popular” das noções negativas que o envolvem tanto em abordagem empíricas quanto científicas, em diversas áreas do saber. Veremos a seguir suas definições nos estudos sociolinguísticos.

1.1.1 Em busca de um conceito de “popular”: definição adotada.

Faz-se necessário adotar uma definição usual que delimite o termo “popular” em nossa investigação sociolinguística. Vimos que qualquer definição que agrupe a diversidade cultural da massa, da não-elite, como cultura popular recorre um reducionismo sustentado por preconceitos que sustentam uma visão homogeneizadora da massa trabalhadora, dos menos favorecidos socioeconomicamente, da cultura não-burguesa.

Nessa perspectiva, a caracterização da língua popular do Brasil está diretamente ligada à classe social de seus falantes, dadas as restrições ao acesso à informação e a pouca influência da ação coercitiva da escola. Por sua vez, a classe social do falante está relacionada ao seu contexto sócio-histórico. Como diz Silva:

Cremos, portanto, que o falante do português popular do Brasil possua como língua vernácula, nos termos enunciados por Labov (1972), uma variedade de língua que reflete a constituição histórica das classes menos favorecidas do Brasil, perceptível no nível social, econômico e cultural dos utentes da variedade popular tanto no meio rural quanto no meio urbano.(SILVA, 2005, p. 10)

Acreditamos que tal variação pode ser deslumbrada pelo estudo da fala vernácula, aberta às transformações da linguagem oral, observada em adultos que sofreram pouca influência do processo de escolarização. Para tanto, ao contrário de Souza⁵, limitamos nosso *corpus* a registro de fala a informantes compreendidos somente entre os níveis de escolaridade *Primaria ou Fundamental* (1 a 5 anos de estudo) e falantes que não passaram pelo processo de escolarização (não alfabetizados).

⁵ Que seguindo a sugestão de Lopes(2000) considera o nível de escolaridade secundário(11 anos de estudo) em seu *corpus*, como meio de representação da língua popular.

1.1.2 O português popular de Vitória da Conquista-Ba

Finalmente, definido nosso objeto, o “português popular” falado na comunidade de Vitória da Conquista-BA, passaremos a dissertar sobre o fenômeno linguístico o qual analisaremos, a CV em P6.

Como prática comum a todo trabalho que busca na sócia-história explicações para as propriedades linguísticas que particularizam o Português do Brasil, iniciaremos nossa dissertação lançando olhar para a questão do processo de formação da língua portuguesa falada no território brasileiro. Acreditamos que uma análise como a nossa não poderia deixar de considerar a história dos contatos os quais se deram entre diferentes grupos sociais, ao longo do processo de formação do nosso povo, instaurando o abismo cultural constituído entre uma elite herdeira dos valores europeus e uma grande massa popular de cultura predominantemente oral.

Como sabemos, o português brasileiro é resultado do contato entre falantes de diversas línguas quer ameríndias quer africanas, sem olvidar que as matrizes do Português trazido para o Brasil provêm de regiões distintas com suas peculiares tradições. Segundo Silva, “todos esses agentes postos em um mesmo espaço geográfico criaram relações sociais de coesão a fim de sobreviverem na nova terra” (SILVA, 2005, p. 16).

Além disso, dos contatos étnico-culturais, não podemos descartar a coerção de forças políticas que influenciaram concretamente a constituição dos núcleos populacionais rurais e urbanos, bem como, a dimensão das influências advindas do processo de urbanização tardio, dentre elas as geradas pelo aumento dos índices de letramento, pela influência da escola, pelo acesso às novas tecnologias que impulsionaram novas redes de relações e contatos com os meios de comunicação.

[...] para analisar a situação atual dos falantes do português popular do Brasil, precisamos compreender a história do contato entre esses grupos sociais, além de analisar o percurso do letramento e verificar a dimensão cultural que separa os dois polos linguísticos, hodiernamente, observados na realidade brasileira. Devemos, portanto, investigar raízes históricas cujos frutos podem ser observados na realidade brasileira atual (SILVA, 2005, p. 16).

Por consideramos em nossa pesquisa como “português popular do Brasil” a variedade linguística utilizada por indivíduos com pouca ou nenhuma instrução escolar, ou em outros termos, aqueles que tiveram pouco acesso ao letramento inicial, se faz necessário resgatar, na história da formação do Brasil, as razões que levaram uma parcela da população a permanecer num estado quase atávico de formação em relação à elite brasileira.

Em nosso estudo, daremos maior relevância aos elementos que consideramos propulsores no distanciamento das duas variedades do português (brasileiro e europeu), mais especificamente os substratos indígenas e negro-africanos que, na formação social da língua brasileira, sempre estiverem sujeitos a visões estereotipadas. Quanto à matriz branco-portuguesa, apresentaremos aspectos de sua presença no Brasil no momento em que fomos estabelecer contrastes com a população indígena, negra ou mestiça nos cenários históricos da formação da sociedade brasileira, considerando, em nosso estudo, a formação da comunidade de fala de Vitória da Conquista – BA.

Faremos uma previa definição acerca da importância em se considerar os “contatos linguísticos” que ocorreram ao longo da história de colonização e ocupação do território brasileiro. Logo após seguiremos com a descrição da comunidade de fala de vitória da Conquista-Ba, pontuando mais adiante alguns detalhes importantes sobre o percurso histórico da língua portuguesa no Brasil, destacando a história da educação em nosso território e questões relacionadas à ocupação das áreas urbanas, especialmente à ocupação do território de Vitória da Conquista, situado no que foi chamado de Sertão da Ressaca.

1.2.OS CONTATOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS POPULAR DO BRASIL

A diversidade vista como multilinguismo⁶, que perdurou durante boa parte do período colonial nos contatos entre as línguas nativas dos diferentes grupos indígenas e, posteriormente, de negros africanos, se manteve no cotidiano dos primeiros séculos, fazendo com que o embrião do processo de aquisição paulatina do português, pela maioria dos então habitantes do território brasileiro, ocorresse

⁶O termo de multilinguismo é empregado pela Sociolinguística para indicar duas situações. Na primeira, uma comunidade de fala usa duas ou mais línguas. Na segunda, o falante tem a capacidade de falar muitas línguas. Em nosso sentido, o multilinguismo refere-se ao uso de línguas ou variedades de língua para fins comunicativos domésticos de fala ou de transações sociais, incluindo as atividades econômicas. A História do Brasil reflete tal realidade demonstrando que, em dadas situações, havia o uso do português e de uma língua geral de base tupi.

em situações não dirigidas num processo, portanto, de aquisição incompleta de algumas estruturas da língua lusitana.

Na tentativa de barrar a evidência das línguas gerais indígenas e a eventual emergência de línguas crioulas, que eram usadas em espaços “ilegítimos” da escravidão, as medidas coercitivas empreendidas pelo Marquês de Pombal em 1757 vão, entretanto, provocar o enfraquecimento progressivo dos dialetos não-portugueses conduzindo à concretização da situação do *superestrato* do português Europeu. Outros fatos históricos, como a “corrida do ouro” na segunda metade do século XVIII e a vinda da Família Real (uma elite branca e letrada), no século início do XIX, vão reforçar a tendência para que a língua do colonizador português predomine como instrumento de unificação das relações na Colônia.

A prevalência do português representou o predomínio da força europeia sobre índios e negros escravizados, mas a língua falada no Brasil não ficou totalmente isenta das influências oriundas de tais contatos linguísticos, trazendo alterações nas estruturas linguísticas, especialmente na sintaxe de concordância, atestadas pela variação na concordância verbal, situação *suis generis* na História da Língua Portuguesa, conforme demonstrou Silva (2003), com base em Lucchesi (2000; 2009).

Como nosso foco é a concordância verbal na terceira pessoa do plural (P6), não adentraremos em uma exposição das influências gramaticais, ou transformações específicas, originadas das situações de contato. No entanto, cabe ressaltar que esta mistura de “ingredientes” pôde fermentar aqui, em nosso país tropical, ao sabor de uma dura realidade social, movida pelo genocídio e pelo “glotocídio” como ocorreu na chamada “pacificação do índio” no Sertão da Ressaca, onde se localiza a cidade de Vitória da Conquista. De certo quenão podemos analisar o contexto sócio-histórico do falante do português popular ignorando sua origem social e as transformações por que a sociedade em que ele vive passou ao longo dos anos. Para isso, trazemos revisitamos a discussão levantada por Silva (2005), o qual destacou dois pontos basilares a serem rediscutidos na caracterização da formação da sociedade brasileira: I - a história do letramento no Brasil e o rápido processo de urbanização, especialmente na Bahia, que elevou o número de cidades, sem elevar a qualidade de vida das pessoas; II – a noção *deurbanitas*⁷, usada para definir o modo de vida da maioria da população brasileira, que hoje se aglomera nos espaços definidos como “urbanos”.

A pesquisa por nós empreendida procura não só caracterizar a variedade do português classificada como popular, mas também discutir os rumos da mudança linguística verificada nessas comuni-

⁷ Em nosso estudo, assumimos a ideia de *urbanitas* ou produção do espaço urbano postulada, hodiernamente, por geógrafos com Ruy Moreira (2011) e Maria Encarnação Beltrão Sposito (2011). Essa última pesquisadora discute a produção do espaço urbano por meio do viés de escalas, considerando a diferenciação socioespacial ligada à divisão do trabalho e seu reflexo nas chamadas “redes urbanas”. Ao tratar da questão da continuidade e da descontinuidade do espaço urbano, Sposito destaca que é preciso redefinir as cidades por meio de critérios como “situação geográfica”, sem deixar de lado a “morfologia urbana” e, por fim, da utilização do espaço urbano dando atenção aos “agentes sociais” na construção do espaço urbano.

dades pelo influxo das reconfigurações das relações em redes sociais de interação, observadas em municípios de população predominante urbana como Vitória da Conquista – BA.

Torna-se necessário discutirmos, também, os elementos particulares formadores da sociedade conquistense, considerando-lhe os agentes envolvidos no processo.

1.2.1 Sobre a comunidade de fala: o município de Vitória da Conquista-BA

Antes de pontuarmos os elementos que constituem as principais matrizes linguístico-sociais dos contatos linguísticos que engendram a constituição do vernáculo conquistense, faremos, ainda nessa seção, uma breve descrição desta comunidade de fala.

Principiamos a descrição da cidade de Vitória da Conquista-BA pela emancipação do município, que foi elevado à Vila em maio de 1840. O povoado que deu origem a atual cidade desmembrou-se em 09 de novembro daquele ano da cidade de Caetitê, município do interior baiano do qual até então era distrito, passando a se chamar, num primeiro momento, Imperial Vila da Vitória. Depois de pouco mais de um século, em 1943, a Lei Estadual n.º 141, definitivamente modifica o nome do município para Vitória da Conquista.

A região em que está localizado o município de Vitória da Conquista foi, no passado, habitada pelos índios Mongoiós, Aimorés e Pataxós (em menor número) cujas aldeias podiam ser observadas ao longo do “Sertão da Ressaca”, que ia das margens do alto Rio Pardo até o médio Rio de Contas. Embora pertencessem ao tronco macro-jê, os três povos indígenas possuíam línguas e ritos próprios.

A ocupação do Sertão da Ressaca foi alcançada à custa da dizimação daqueles índios que, segundo Anibal (1982, p. 5), “*eram os legítimos senhores da terra, como seus primitivos habitantes, senhores absolutos da vasta região sudoeste da Bahia, até o ano de 1730.*”. Em 1752, aconteceu a famosa batalha que entrou para a história de Vitória da Conquista como uma das mais relevantes: narram que, naquele ano, durante ferrenha batalha, os soldados comandados por João Gonçalves da Costa viram-se de tal forma exauridos que teriam prometido que, caso alcançassem triunfo no combate, uma igreja seria edificada em agradecimento à Nossa Senhora das Vitórias. Vencidos os índios, a capela foi erguida, em 1803, como fruto da memorável proeza da coroa portuguesa naquele local.



Figura 1 – Primeira igreja matriz católica⁸

A região foi se desenvolvendo devagar. As primeiras ruas foram abertas bem próximas ao leito do Rio Verruga. Em 1780, havia apenas cerca de 60 casas no Arraial. Mas, já em 1840, quando o Arraial foi elevado à Vila Imperial da Vitória, como distrito da Vila de Caetité, este número estava se multiplicando. Além dos colonizadores, dos seus descendentes e dos negros, a Vila recebeu muitos sertanejos e litorâneos.

A cidade começa a aparecer como expressão econômica e social. Não demora muito, ainda no início do século atual, é politicamente controlada pelas famílias tradicionais, sob a liderança de um coronel que indica o Intendente, responsável pelo governo municipal e os Vereadores. O domínio político está estritamente ligado à defesa dos interesses agrários das famílias, todas aparentadas entre si. Daí a importância do coronel como chefe político e a in-

⁸ Fonte: <http://licuri.wordpress.com/tag/vitoria-da-conquista/>

variabilidade da política local. Durante anos e anos esteve sob o comando ora de um, ora de outro, sem que houvesse grandes mudanças naquela estrutura social. (TANAJURA, 1992, p. 62).

Embora, na esfera política, Conquista não alcançasse grandes avanços, social e economicamente já era considerada uma “cidade grande” desde 1920. Com dezesseis distritos integrados à sede, o comércio assumiu uma posição de destaque especialmente na venda de produtos agrícolas e pecuários, não apenas para a comunidade local, mas para os habitantes de vários outros municípios. Em contrapartida, os conquistenses compravam dos tropeiros tecidos, perfumes e novidades vindas da Europa. A posição geográfica de Vitória da Conquista sempre foi favorável ao comércio e a cidade tornou-se conhecida em diversas regiões do Estado.



Figura 2 -Comércio em Vitória da Conquista⁹.

A construção de duas inovadoras rodovias/avenidas permitiu que Conquista recebesse um novo contingente humano. Nos anos 40, a abertura do trecho que liga Ilhéus a Bom Jesus da Lapa (Avenida Brumado) impulsiona o comércio e o crescimento da população. A cidade atrai outros baianos, paulistas, mineiros e nordestinos de diversos estados, principalmente pernambucanos e sergipanos.

⁹ Fonte: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/primeiros-habitantes/>

Com os trabalhos de abertura da Rio-Bahia (Avenida da Integração/BR 116), o crescimento da cidade também foi grandemente impulsionado. Em 1963, a obra foi inaugurada pelo presidente da república, João Goulart, avigorando a posição de destaque da cidade de Vitória da Conquista no panorama regional.



Figura 3 - Inauguraçãoda BR-116¹⁰.

O Município de Vitória da Conquista teve, por muito tempo, como base econômica, a atividade agropecuária. No início dos anos 70, foi implantada a cultura do café que deu um grande impulso ao seu desenvolvimento, constituindo-se, entre 1970 e 1987, a principal fonte de desenvolvimento local.

Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano de Renovação e Revigoração da Cafeicultura, do Governo do General Médici, em 1972. Com o objetivo de ampliar a área de plantação de café, produto de grande valor nessa ocasião. O Plano oferecia subsídios aos dispostos a abrir cafezais.

As plantações de café multiplicaram-se rapidamente em Conquista. Em 1975, foram colhidas 840 sacas; em 1983, este número subiu para 13.179. Muitos cafeicultores enriqueceram.

Trabalhadores rurais de Vitória da Conquista e da vizinha cidade Barra do Choça, em abril de 1980, realizaram um amplo e importante movimento grevista, com exigências que, entre outras, consistiam em: diária mínima de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); equiparação

¹⁰ A imagem registra o desfile em carro oficial do presidente João Goulart, em Vitória da Conquista, no ano de 1963, por ocasião da inauguraçãoda BR-116 (conhecida como Rio-Bahia).Fonte: <http://tabernadahistoriavc.com.br/inauguracao-da-rio-bahia-em-1963/>

salarial entre homens e mulheres; hora extra e benefícios; escolas e água potável. Calcula-se, por meio de dados inexatos, uma faixa de dez mil grevistas. Os cafeicultores ficaram obrigados a reconhecer os direitos dos trabalhadores.

A crise do café estimulou o município a realçar sua característica de polo de serviços, a partir do final dos anos 1980. A educação, os serviços de saúde e o comércio se ampliam, tornando Conquista a terceira economia do interior baiano. Esse centro de serviços variados atrai a população das cidades vizinhas.

De forma paralela à expansão da lavoura cafeeira e da oferta de serviços, um polo industrial passou a se constituir, em Vitória da Conquista, com a organização do Centro Industrial dos Imborés. Os setores de cerâmica, mármore, óleo vegetal, produtos de limpeza e estofados entram em pleno desenvolvimento, a partir dos anos 1990.

Embora, atualmente, a cafeicultura não seja a principal atividade econômica de Vitória da Conquista, ela é responsável por boa parte da renda e dos empregos gerados no município. Além do café, cinco setores ligados à atividade agropecuária merecem destaque: a pecuária, a avicultura, a horticultura, a olericultura e a fruticultura, estas reunidas em pequenas e médias propriedades.

O município possui, atualmente, uma área de 3.356,88 km² que, além da sede administrativa, compreende onze distritos: Iguá, Inhobim, José Gonçalves, Pradoso, Bate-pé, Veredinha, Cercadinho, Cabeceira da Jibóia, Dantilândia, São Sebastião e São João da Vitória. A cidade situa-se a 509 km da capital do Estado – Salvador e a 298 km de Ilhéus.

A população do município passou de 125.573 habitantes, em 1970, para 170.624, em 1980; para 224.896, em 1990, em 2000, para 262.585; e em 2010, aumentou para 306.866 habitantes – o terceiro município mais populoso do Estado, representando um crescimento de 144% num período de quarenta anos. Segundo estimativa da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, a população total pode ter atingido a média de 315.884 habitantes, já em 2012.

Avalia-se que o Produto Bruto Municipal, em 2000, tenha sido de R\$ 987.569.583,00, valor que corresponde a um PIB municipal *per capita* de R\$ 3.760,95.

Integrando o principal polo cafeeiro do Estado, o município de Vitória da Conquista responde por 20 mil empregos diretos, gerando uma produção média, ao longo dos seus 25 anos, de quinhentas mil sacas/ano, correspondendo a um incremento de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), o que equivale a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) da cidade e 2% do PIB da Bahia (SEBRAE, 1998).

Toda essa potencialidade econômica dá a Vitória da Conquista o *status* de capital regional, já que polariza uma área que abrange um raio de 200 km. É a terceira cidade do Estado e uma das cem maiores do país. Em 2008, segundo pesquisa nacional, a cidade figurava entre os dez municípios mais dinâmicos do Brasil.

Vitória da Conquista apresenta atributos de um polo comercial e de serviços, que proporciona atendimento às demandas de diversos municípios, tanto da Região Sudoeste, como da Oeste, parte do Litoral Sul e, também, partes pertencentes a outros Estados, como o Norte de Minas Gerais e as regiões econômicas da Serra Geral.

Seu circuito urbano articula-se em torno de dois grandes eixos rodoviários. No sentido Norte-Sul, a BR 116 (Rio-Bahia) permite o acesso tanto ao Centro-Sul como ao Norte e Nordeste. No sentido Leste-Oeste, a BA 415 (Conquista-Itabuna), permite acesso ao litoral, e a BA 262 (Conquista-Brumado) permite acesso ao Oeste do Estado. Esta última é a principal rota de entrada para a Região Centro-Oeste do país.

Vitória da Conquista ainda dispõe do aeroporto Pedro Otacílio de Figueiredo, que possibilita a articulação da Região Sudoeste com outras regiões da Bahia, do país e do mundo, facultando aos usuários um percurso de cerca de uma hora de voo até Salvador.

No que diz respeito aos meios de comunicação, Vitória da Conquista possui os serviços de empresas do ramo da telefonia fixa e móvel, além de acesso a provedores de internet. A população do Sudoeste também recebe o sinal de quatro canais de TV, destacando-se a TV Sudoeste, afiliada à Rede Globo, com sede em Vitória da Conquista, gerando programações para toda a região, bem como o escritório da TV Aratu.

No âmbito da comunicação radiofônica e impressa, conta-se com a existência de emissoras de rádio FM e AM, um jornal diário, um semanário, seis tablóides, uma revista mensal e escritórios de jornais de circulação nacional (sucursais), destacando-se TV UESB e rádio UESB.

O setor industrial de Vitória da Conquista emprega cerca quatro mil pessoas, representando 42% da mão-de-obra da indústria da região. Um dos destaques é a indústria da construção civil formada por empresas que atuam principalmente no cenário do mercado regional, concorrendo com grandes organizações vindas de outras regiões.

O Distrito Industrial, organizado no início da década de 70, situa-se a, aproximadamente, 5 km do centro de Vitória da Conquista, às margens da BR 116, numa extensão construída que evoluiu de 850.000 m² para 1.700.000 m² – fase recente. O ramo de produção mais representativo é o de composto de PVC, produtos de limpeza, cerâmica, pré-moldados, colchões, movelaria e bebida engarrafada.

Entre as empresas do Distrito Industrial de Vitória da Conquista, destacam-se a unidade da NORSA Refrigerantes (Coca-Cola) e a Teiú Indústria e Comércio. Atualmente, existem 32 indústrias nesse distrito, ofertando uma média de 1.200 empregos. Entretanto, em todo município, é possível identificar outras indústrias, com evidência para empresas de micro e pequeno porte.

Em 1998, um levantamento feito pelo SEBRAE indica a existência no município, de 2.842 estabelecimentos comerciais. Segundo dados da Secretaria de Expansão Econômica do Município, a participação do comércio na renda municipal é estimada em mais de 50%, sendo este o setor que mais tem criado empregos. Sem dúvida, o segmento econômico de maior destaque pela sua cadência de crescimento se refere ao setor terciário, que corresponde a 50% da renda capitalizada no município e na geração do maior contingente de novos empregos. Os principais produtos comercializados são café, gêneros alimentícios, insumos agropecuários, gado bovino, madeira, peles e mamona.

O setor da atividade econômica que mais cresce no Município de Vitória da Conquista é a prestação de serviços: oferecendo serviços na área de educação, os quais vêm se ampliando e diversificando tanto no setor público como no privado, também na área de saúde. O município é atendido por 13 hospitais, sendo três públicos e os demais particulares, oferecendo um total de 988 leitos, além de 36 unidades/postos de saúde. Conta com 38 equipes do Programa de Saúde da Família, representando uma cobertura de 63%, em todo o município, e 100% da zona rural.

Além desses serviços de saúde, o município atua nas áreas de consultoria e assessoria contábil e empresarial, telecomunicações, informática e engenharia.

É oportuno ressaltar que Vitória da Conquista é reconhecida como polo de educação da região, oferecendo vagas do Ensino Fundamental à Pós-Graduação e ainda na Educação Profissional de nível técnico. Segundo dados da Direc-20 e da Secretaria Municipal de Educação, o município conta, atualmente, com 305 escolas de Ensino Fundamental e quinze escolas de Ensino Médio, compreendendo as redes municipal, estadual, federal e a rede particular.



Figura 4 -Vista atual da cidade¹¹

A principal evidência na área educacional, nos últimos cinco anos, deve-se à Educação Superior, cuja contribuição socioeconômica e cultural oferecida pela UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) convergiu para o surgimento de instituições privadas, aumentando, assim, a oferta de vagas nesse nível de ensino. Em 1996, foi implantada a unidade do Centro Federal de Educação e Tecnologia da Bahia (CEFET), hoje IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia). Mais recentemente, Vitória da Conquista recebeu um campus avançado da Universidade Federal da Bahia, o qual foi denominado de Anísio Teixeira.

Considerando a relevância dos contatos linguísticos na formação do português popular de vitória da conquista, citaremos a seguir a influência das três principais matrizes linguísticas da formação do vernáculo conquistense: o elemento indígena; o elemento “branco europeu”; e por fim o elemento africano.

Creemos que tais elementos, que compõem a base de nossa formação étnico-cultural, imprimiram ao falar conquistense, assim como em outras comunidades brasileiras, as marcas de uma miscigenação linguística que distingue o falar brasileiro de outros falares de origem

¹¹ Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1561171&langid=5>

portuguesa, colocando o PB não apenas uma continuação do falar quinhentista, moldado por uma “deriva secular”, mas produto da diversidade tanto linguística quanto social que caracterizam nossa gente.

Com este intuito, considerando os elementos indígena, branco europeu e africano, tentamos mensurar a dimensão não apenas dos contatos ocorridos no passado, mas reanalisado o fruto dos contatos sob o quadro recente dos movimentos migratórios e a constituição das redes de relações sociais. Em seguida, consideraremos a realidade linguística no Brasil expondo algumas questões pertinentes à história do letramento das camadas mais humildes da população brasileira.

1.2.2 O elemento indígena na formação da sociedade conquistense

Nessa seção, seguiremos o itinerário traçado por Silva (2012) o qual afirma que:

Tomaremos como base para a análise que empreendemos o excelente trabalho realizado por Maria Aparecida Silva de Sousa cujo livro, *A conquista do Sertão da Ressaca* (2001), tornou-se obra de referência para se discutir a presença dos agentes formadores da sociedade conquistense. Não deixamos, também, de utilizar o respeitável artigo *Território e lugar nas representações do Sertão da Ressaca, Bahia, Brasil* de Geisa Flores Mendes e Maria Geralda de Almeida (2007), bem como *Tecendo memórias: identidade e resistência indígena no Planalto da Conquista nos fins do século XX e princípios do XXI* (2011) de Renata Ferreira de Oliveira e Maria Hilda Baqueiro Paraíso. (SILVA, 2012)¹²

Ainda segundo o mesmo autor, “é consenso entre os autores consultados que colonização do Sertão da Ressaca, onde se localiza o município de Vitória da Conquista, “significou a expulsão dos indígenas de suas terras e o desmantelamento das etnias então existentes.” (SILVA, 2012 apud OLIVEIRA; PARAÍSO, 2011, p.1)”

Habitavam a região três povos indígenas, a saber: os pataxós, os mongoiós e os imborés, também chamados aimorés ou botocudos. Os mongoiós pertenciam ao grupo dos Camacãs e logo se aliaram aos conquistadores portugueses, já que temiam os imborés de quem eram inimigos históricos.

Ainda seguindo o texto de Silva (2012) : “A ‘amizade’ entre os conquistadores e os mongoiós foi assim descrita em documento. Aqui reproduzimos o texto coligido por Silva (2012):

Chegando a tropa a supradita aldeia de gentios, puseram-na em cerca, e logo mandaram o língua entrar nela, levando alguns machados, foices e facas convidando-os a uma verdadeira paz e amizade, o que fez o tal intérprete com grande bizzarria, confi-

¹² Palestra proferida em 2012 no II Encontro de Sociolinguística, Salvador, UNEB Campus I.

ança e eficácia, de sorte que sem a menor resistência, vieram todos aqueles índios, não como bárbaros e rústicos, mas como homens civis a receber a tropa de conquistadores como amigos, e recolhendo em suas choupanas, os socorreram de mantimentos de suas roças, sendo esta nação de gentios mongoiós, a única entre os bárbaros que vivem de trabalhar na agricultura. (SILVA-DE-SOUSA, 2001,87)¹³

Além disso, Silva (2012) pontua que:

Se a relação entre os mongoiós e conquistadores foi “pacífica”, o mesmo não se pode dizer do contato entre os imborés e os “desbravadores da terra”. João Gonçalves da Costa descrevia-os como “bárbaros e ferozes, sem temor do estrondo das armas e belicoso tambor” (SILVA-DE-SOUSA, 2001, p.89). De sorte que o enfrentamento aos imborés só se deu com a ajuda dos mongoiós que combateram ao lado do colonizador branco a fim de atacarem o inimigo em comum. (SILVA, 2012)¹⁴

Para melhor esclarecer o que foi dito Silva e Souza (2012) acrescentam:

Cessado o objetivo em comum (derrotar os imborés), restou aos mongoiós reivindicar os espaços que lhe cabiam e tal prática contrariava os desejos expansionistas da coroa portuguesa. A alternativa escolhida por Gonçalves da Costa foi empregar o artilho conhecido como banquete da morte a fim de dizimar o ex-aliados. (SILVA; SOUZA, 2012)

Os autores, além disse, reproduzem a visão de Maximiliano sobre o caso, o qual assim se manifesta: “Depois de ordenar a seus homens que tivessem as armas prontas, convidou todos os selvagens para uma festa e, enquanto confiadamente se entregavam à alegria, foram cercados de todos os lados e quase todos mortos. Depois disso os selvagens embrenharam-se nas matas, e o arraial conseguiu repouso e segurança. (WIED-NEWIED, 1940)”.

E o que ocorreu aos pataxós? Silva e Souza (2012), assim respondem a questão: “Quanto aos pataxós, eles temeram a agressividade dos sertanistas e se dirigiram para o sul da Bahia, enquanto que outros se ajuntaram àqueles que sobreviveram do ‘banquete da morte’”.

Quais seriam as línguas indígenas faladas na região da atual Vitória da Conquista? Recorremos ao mesmo texto de Silva e Souza (2012) que afirmar: “Em relação às línguas faladas pelos indígenas que habitam o Planalto da Conquista, seguiremos, por orientação de Silva-de-Sousa, a classificação proposta por Ruy Hermann de Araújo, o qual se serviu de indicações de Aryon D. Rodrigues”. Reproduzimos o quadro citado pelos autores:

Quadro 1 –Indígenas do Planalto de Conquista – Tronco Macro-jê

Família	Língua	Dialeto
---------	--------	---------

¹³Palestra proferida em 2012 no II Encontro de Sociolinguística, Salvador, UNEB Campus I.

¹⁴Palestra proferida em 2012 no II Encontro de Sociolinguística, Salvador, UNEB Campus I.

Kamacã	Kamacã	Mongoyó
Aymoré	Aymoré	-----
Maxacalí	Pataxó	-----

Fonte: Torres, 1996, p.94.

Ainda, seguindo o itinerário percorrido por Silva e Souza (2012), acrescentamos que:

Pouco restou da tradição e dos costumes indígenas no Planalto da Conquista; no entanto, remanescentes indígenas refugiaram-se em regiões como Boqueirão (ou Boqueirão dos Pretos) e no Ribeirão do Paneleiro (hoje Bruno Bacelar). Tivemos oportunidade de manter contato com depoimento de uma informante de 80 anos a qual descreve como aprendeu a fazer panelas, isto é, a fabricar objetos de cerâmica: “Fulozona era índia, morava lá em Inês. Ela mandava nós panhar dos índios prá ver, prá fazer as panela, nós levava um trem pesado desse tamanhinho assim [...] era um peso, nós levava para ela oiá prá fazer. Nós pegava os caco assim fora, onde é que as índia fazia. (SILVA; SOUZA, 2012)

Como nos informa Silva (2012), “a prática de fazer objetos de barro cozido é uma tradição nos bairros periféricos de Vitória da Conquista, vemos tal atividade como influência direta da cultura dos índios que foram dizimados. Curiosamente, no entanto, o nome da cidade, ao contrário das outras com Itambé¹⁵, Anagé¹⁶, vai se referir à vitória do colonizador branco contra a ‘ferocidade do índio’: Vitória da Conquista”. Além disso regiões em que se acredita ter havido a fixação de índios remanescentes referencem, também, aos resultados da ação do colonizador-conquistador como a Batalha.

1.2.3 O elemento “branco europeu” na formação da sociedade conquistense

Em documento de 1780 (ofício de sua excelência Manoel da Cunha Menezes, autoridade constituída pelo poder régio), no local da atual Vitória da Conquista, “havia um núcleo populacional com cerca de 60 pessoas, composto por fazendeiros, escravos (índios domesticados que viviam na condição de escravos) e uma camada social intermediárias de homens livres.” conforme lemos no Jornal *O Fifó* de 1977¹⁷.

A história do município está ligada ao processo de interiorização do século XVIII e XIX, assim como aos interesses econômicos da corte portuguesa, já que o erário público ressentia-se com crises originadas com os declínios dos ciclos econômicos, exigindo o reforço de novas riquezas a explorar. Assim, surgiram “bandeiras” que exploraram o interior da colônia levando consigo o desejo de

¹⁵ O mesmo que “itaimbé” ou “també” de origem Tupi, lábio inferior.

¹⁶ O mesmo que “jnagé” ou “enagé” ou “anagé” designa uma ave de rapina.

¹⁷ O acervo por nós consultado foi gentilmente cedido pelo advogado, historiador e pesquisador Ruy Hermann Medeiros de quem nos fazemos devedores pela atenção dispensada.

riquezas e o desejo da “urbanitas”. Não poderiam ser os portugueses apenas simples aventureiros, mas homens experimentados em armas e conquistas que pudessem garantir os gastos da corte em Lisboa.

Um dos responsáveis pela conquista do Sertão da Ressaca não seria nada mais nem nada menos do que um dos mais homens mais desapegado à vida e apegado às riquezas como João Gonçalves da Costa. Ele mesmo a seu respeito declararia ao Desembargador Francisco Nunes da Costa: “só que eu desprezo a vida e não desejo ficar mal, é que podia chegar onde cheguei” (SILVA 2012 *Apud* MEDEIROS¹⁸, 1988).

Nascido em Chaves (Norte de Portugal e Galiza), *circa* segunda década do século XVIII, João Gonçalves da Costa fez parte dos sertanistas que, em busca de ouro, adentraram pelo sertão baiano, num momento em que o esgotamento das minas Gerais e em Rio de Contas alimentava o sonho de encontrar mais ouro em outras regiões da colônia. Precocemente, João Gonçalves tornou-se capitão-mor, destacando-se como exímio conquistador e violento dizimador de aldeias indígenas da região. Contudo, não se sabe ao certo quantos homens o acompanharam, mas documentos da época dão conta de que o povoamento por ele fundado era composto não só de brancos, mas também de índios domesticados.

Semelhante aos Bandeirantes que adentraram as regiões paulistas, tivemos cá entre nós a figura do tropeiro – o home do gado. A figura do tropeiro permanece na realidade social da região e no imaginário popular. Em entrevistas realizadas por Silva (2005), foram entrevistados tropeiros também chamados boiadeiros que dão conta da importância desse agente social nos contatos pecuniários pelo Sertão da Bahia.

O tropeiro possuía um *status* social *sui generis* já que se situava entre os índios domesticados e as famílias dos fundadores, fazendo trânsito livre entre os dois grupos. Sua figura emblemática ficou no imaginário popular e nas imagens sacras dos encantados não-católicos, sendo representados por homens de aspecto em que se pode verificar a miscigenação do branco, do negro e do índio na figura do “caboclo”. Apesar da figura popular evocada na memória da região, o tropeiro foi agente veiculador do comércio e do contato da região com o resto do estado.

Inicialmente, a sociedade do interior do Sertão da Ressaca, mais particularmente, daquela que viria a se tornar o município de Vitória da Conquista compunha-se das famílias dos descendentes dos fundadores que foram aos poucos se ampliando, com a crescente organização das fazendas, as legítimas propriedades familiares, autossuficientes e organizadoras da vida social da vila.

Torna-se oportuno apresentar trechos de relatórios descritivos da situação da cidade. O primeiro relato vem do Coronel Durval Vieira Aguiar o qual apresenta queixas um ano antes da Proclamação

¹⁸ O texto original encontra-se na Torre do Tombo e datado de 1783.

da República: “... As casas são terreas e a maior parte de telhas. A praça e quadrilonga e de ladeira; ficando no centro a Matriz. A cadeia perfeitamente péssima, tendo por maior segurança o tronco; alloggando-se na mesma casa, o mais incommodante possível o pequeno destacamento de polícia.” (O FIFÓ, 1977, p.5). Após tal declaração, podemos destacar outra de autoria de Francisco Vicente Viana e José Carlos Ferreira, datada de 1893, para quem:

A cidade, edificada em terreno acidentado, é formada de casas térreas e envidraçadas na sua maioria, e de poucos sobrados, caiados a tabatinga ou cal, formando onze ruas e duas praças. Na praça maior e mais central, chamada da Matriz, acham-se a igreja parochial de N. S. da Victória, a única da cidade, e o paço do Conselho, propriedade particular. (O FIFÓ, 1977, p.7)

Em relação aos ares de urbanização, o coronel Durval Vieira Aguiar faz duras observações sobre a escola para a instrução de primeiras letras:

A eschola de meninos funcionava num commodo térreo parecido com um corredor... tudo enfumaçado e desprovido de utensílios; pelo que se assentavam os meninos em taboas, pedras e caixões collocados em roda de uma velha mesa mandada fornecer pelo ex-banco pela municipalidade. A matricula d’eschola era de 35 mais a frequência de 20.”

A eschola de meninas, com frequência de 22, era o reverso da medalha... (O FIFÓ, 1977, p.7)

Nos relatos consultados, não encontramos observações sobre a variedade de língua empregada pela população branca e por seus descendentes, mestiços ou não, mas podemos ver que o acesso ao letramento (saber as letras, ler e contar) dava-se de forma precária o que poderia, certamente, favorecer à perpetuação de formas atávicas ligadas ao passado de contato entre os falantes de línguas diferentes.

1.2.4 O elemento africano na formação da sociedade conquistense

A presença do negro africano e de seus descendentes na formação da sociedade conquistense não poderia fugir à regra do “silenciamento” imposto ao que se refere à presença do negro do Brasil. Dessa forma, seguindo a tendência historiográfica contemporânea, havemos por utilizar de diversas fontes de pesquisa histórica como arquivos do Poder Judiciário mais notadamente inventários, testamentos, processos cíveis e processos criminais. Deles os mais proficuos foram justamente os inventários e testamentos que dão conta da relação de pertença/presença de negros escravizados na região onde se situa Vitória da Conquista. A esse respeito, torna-se oportuno trazer à lume o testemunho de Carlos Barcelar quem nos inspirou na presente incursão:

O testamento também permite que se avalie o interesse do indivíduo em exercer a caridade cristã, graças às suas últimas vontades no tocante à destinação do terço de seus bens. Poderiam ser previstos auxílios a filhos, parentes, conhecidos, inclusive escravos, sob as mais variadas formas de alegações.

.....
 Inventários também podem ser usados para se estudar a escravidão sob os mais variados aspectos. As listagens de cativos podem servir para a observação da família escrava, inclusive no que diz respeito a seu destino – unida ou separada – quando da partilha dos bens entre os herdeiros. (BACELLAR, 2010, 36-37)

A posse de um escravo na região em que se situa a cidade de Vitória da Conquista poderia determinar a condição social do fazendeiro. Segundo Silva-de-Souza (2001), “o alto custo da mercadoria escravo determinava a quantidade desta mão-de-obra que possuíam os mais ricos da família, acima de 15, distribuídos nas várias propriedades, e os demais membros que aparecem (a autora refere-se a um inventário) com menos de 10 escravos” (SILVA-DE-SOUSA, 2001, p.167).

Segundo Silva (2012), em um inventário aberto em 1799, o qual pertencia a Josefa Gonçalves da Costa, encontra-se a declaração da existência de 39 escravos a serem “divididos” entre os herdeiros. No entanto, quase meio século depois, a neta de Josefa, dona Thereza de Oliveira Freitas, contava em sua posse 71 escravos, o que para a região revela uma riqueza incomum, mesmo considerando que quase todos os membros da família Gonçalves possuíam cativos.

Devemos notar que os escravos que viviam no meio rural eram trabalhadores especializados não deixando, também de incluir, aqueles que lidavam apenas com os afazeres domésticos. Como há pouco nos referimos à situação do vaqueiro/tropeiro/boiadeiro, tal atividade possui um valor sem igual comparando-se a atividades como o ferreiro, o carpinteiro, o oleiro e o pedreiro.

Segundo Silva de Sousa(2001), havia entre dono e escravo uma reconhecida relação de confiança e para tanto apresenta o testemunho do inventário de Faustina Gonçalves da Costa a qual permitira que dois escravos viajassem sem tutela de um feitor e que contava com o regresso deles para comporem o total do inventário dos bens da casa, isto é, “protestava dá-los a serem avaliados neste juízo logo que regressassem da viagem”.¹⁹

Após essa breve descrição dos agentes populacionais que constituíram a sociedade conquistense, quais conclusões podemos tirar? Em primeiro lugar, mormente, a situação de contato se fez por ação de um língua o qual serviu de vetor comunicativo entre os conquistadores e os donos da terra; em segundo lugar, houve um período de convivência entre os grupos no que resultou até em alianças entre

¹⁹ Inventário de Faustina Gonçalves da Costa.

os conquistadores e “tribos amigas”; por fim, o contato entre os agentes formadores da sociedade se manteve por longo período a ponto de grupos diversos constituírem blocos para mútua cooperação. Para essa última afirmação, vamos trazer à baila uma notícia levada por Gonçalves da Costa às autoridades coloniais, justificando uma investida feroz contra os um grupo de sediciosos:

Devo dizer a V.M. que em algumas destas aldeias se acham metidos escravos que fugiram lá debaixo e um mulato ladino que me dizem é capitão de uma das aldeias e esta foi uma das razões porque me não resolvi a fazer paz, receoso de que os ditos escravos me fizessem alguma traição vendo-me com tão pouca gente.

Ao nosso juízo, tais condições favoreceram a formação de uma língua de contato entre grupos de línguas diferentes e que, após a configuração da nova sociedade, uma variedade de língua, sem dúvida a portuguesa, manteve-se como instrumento de comunicação entre os agentes formadores do novo núcleo populacional. Ademais, a carência de escolas, atestada na fala de Durval Vieira de Aguiar, nos leva a crer que essa variedade de língua não seria aquela preconizada pela tradição gramatical, mas sim produto do contato entre falantes de línguas diversas em posições sociais diversas que tenderiam a eleger a língua do dominador/conquistador como base para sua gramática.

1.2.5 Processos migratórios e a formação das redes sociais

O processo de urbanização no Brasil, país que até metade do século XX era considerado predominantemente rural²⁰, se deu de forma tardia e desordenada. Como reflexo desse processo, cidades foram alçadas à condição de *urbs* sem trazer consigo os elementos próprio da *urbanitas*, em outros termos, as cidades pouco se diferenciavam dos meios rurais de onde emergiram.

Além disso, as dificuldades de fixação do homem no campo levaram-no, ao longo da história da humanidade, a buscar, no meio urbano, condições de sobrevivência. No caso do Brasil, os migrantes de origem rural, especialmente aqueles que desenvolviam atividades próprias do campo, ao se deslocarem para as cidades, permaneceram, na maioria das vezes, à margem do sistema de produção, caracterizando aquilo que definiu Ana Fani Alessandri Carlos (2007) a combinação entre a morfologia urbana e a morfologia social, em que fluxos são estabelecidos a partir de redes sociais e culturais no movimento dos “sujeitos sociais”. É oportuno destacar a interpretação de Sposito sobre tal afirmação de Carlos (2007):

²⁰ Para maior aprofundamento da questão sugerimos a síntese feita por Maurício Abreu (2011) em “Sobre a memória das cidades” que faz parte do livro *Produção do Espaço Urbano* organizado por Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Sousa e Maria Encarnação Beltrão Sposito.

Na escala da cidade, a economia política estabelece-se, gerando estruturas espaciais mais complexas e possibilitando [...] o acesso à cidade pela propriedade; a alguns, revelando as desigualdades socioespaciais e, a outros, a busca de formas de apropriação de seus espaços, mostrando, em práticas socioespaciais, como se conformam as diferenças. (SPOSITO, 2011, 132)

Tal visão nos ajuda a compreender como a formação de núcleos urbanos reflete ou perpetua desigualdades oriundas do campo, perpetuando, também, valores atávicos, os quais vão paulatinamente se adequando à nova realidade cidadina.

Se partirmos para estudos realizados no âmbito da Sociolinguística, destacando aquele ramo denominado de Sociolinguística Interacional, veremos que a urbanização recente e tardia está ligada, também, ao fenômeno da mobilidade geográfica²¹. Torna-se oportuno, então, questionar: qual o papel da migração rural-urbano nas relações sociais e culturais no interior do estado da Bahia?

Temos que reconhecer o mérito dos estudos realizados pela pesquisadora Bortoni-Ricardo (1989) a qual salienta que em 1890, o Brasil tinha mais de quatorze milhões de habitantes dos quais apenas cerca de 7% viviam na cidade. Nesse sentido, assevera a pesquisadora que desde então pode-se verificar uma tendência ao “esvaziamento do campo e aumento das massas urbanas” (BORTONI-RICARDO, 1989, p. 70)

Tabela 1 – Dados percentuais do crescimento da população urbana no País, ao longo do século XX, comparativo década e percentual.

Década	Índice de População Urbana
1920	10,7%
1940	31,16%
1950	36,16%
1980	67,60%

Fonte: Bortoni-Ricardo (1989).

É a partir de um processo iniciado na década de 1980 que passaremos a observar, na formação da sociedade brasileira, índices negativos quanto ao crescimento anual da população rural, implícitos já no quadro apresentado por Bortoni-Ricardo. Por outro lado, essa distribuição percentual não revela que algumas cidades, assim consideradas com tais, estavam distantes de representar espaços urbanos por excelência.

Dados extraídos do IBGE (2007) dão conta do crescimento populacional urbano, fazendo com que agentes sociais que desenvolviam atividades agrárias passassem a se deslocar para um meio urba-

²¹ Precisamos ver o espaço geográfico com sua relação e com sua destruição econômica, visto que os processos migratórios são motivados por tentativas de “mudança” na condição de vida.

no, adaptando-se às novas condições e, certamente, aos novos padrões sociais e linguísticos agora vivenciados.

Quadro 2- Taxa de crescimento anual da população brasileira, século XX, de 1950-2000.

Período	População Rural	População Urbana
1950	1,6	3,91
1960	1,55	5,15
1970	0,57	5,22
1980	-0,62	4,44
1991	-0,67	2,94
2000	-1,31	2,47

Fonte: IBGE, 2007²².

Segundo, Girardi, em seu estudo sobre a situação agrária no Brasil (2007), a população brasileira deixou de ser predominantemente rural em algum momento situado entre o período 1960-1970, em consequência do processo de industrialização e modernização da agricultura no Brasil que teve início a partir da década de 1960. Oliven (1982), observando o censo de 1970, considera que nesta década um terço da população brasileira já não residia em seu local de nascimento. Em 1940, a população urbana estaria por volta de 31,24% de nosso total populacional. Por outro lado, em 1950, tal índice representaria 36,16%, indo para 44,67% em 1960. Entre 1970 e 1980, haveria alteração de 55,92% a 67,59%. Até o ano 2000, a população urbana representaria 81,23% do total da população brasileira conforme dados extraídos das “Estatísticas do século XX”, edição de 2007. O mesmo documento dá conta de que a população urbana em 2007²³ chegou a 83,48% do total da população brasileira.

Já no último senso, de 2010, o IBGE registra um índice de população urbana de 84,35%, ficando a população rural, numa perspectiva geral, num índice de 15,65%. Isso se deu ao lado do crescimento vertiginoso da população que alcança em 2010 o número de 190.732.694. habitantes, distribuídos de forma bastante irregular sobre um território de 8.547.404km², onde a língua portuguesa é amplamente majoritária. Nesse contexto, é ainda

²² IBGE, Censo demográfico 1950/2000. Até 1991, tabela extraída de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, IBGE : 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1996. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 56, 1994, acesso em 08 de agosto de 2012.

²³ IBGE, Censo demográfico 1940-2007. Acesso em 08 de agosto de 2012.

notável como, num ativo processo migratório onde a taxa de crescimento da população urbana supera o índice de crescimento populacional, o *continuum* dialetal ainda conserva o contraste entre as variedades rurais estigmatizadas e a variedade urbana padronizada.

Se pesquisadores como Bortoni-Ricardo já percebiam o quadro que se configurava até a década de 1980, diante dos números atuais podemos constatar que a vida e a cultura no Brasil realmente vêm sendo profundamente alteradas desde o século passado. Surpreendentemente, a linguística tem passado ao largo da questão, debruçando-se ainda pouco sobre estudos sociolinguísticos que contemplariam o fenômeno de transformação dos dialetos rurais brasileiros em variedades urbanas (BORTONI-RICARDO, 1989, p.167).

Silva (2005, p.38) lembra que no âmbito das ciências sociais a diferenciação entre urbano e rural coloca em jogo duas realidades mais complexas do que possam parecer ao senso comum. O autor retoma a definição apresentada pela *Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000*, publicação do IBGE, em que se observa que a distinção entre rural e urbano é definida por critérios econômicos e espaciais, por levar em conta as atividades desenvolvidas pelos diferentes agrupamentos humanos e a capacidade de oferecer sustentabilidade. Deste modo, Silva (2005) acredita que o critério utilizado para classificação não é claro, podendo levar a divisões influenciadas por forças políticas²⁴.

No livro *Cidades Imaginárias* (2002), o pesquisador José Eli da Veiga, analisando o mesmo Censo de 2000, contesta os critérios equivocados empregados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo ele, o equívoco na metodologia censitária teria origem em um decreto do Estado Novo, de 1938, que considera como área urbana toda sede de município ou distrito, desconsiderando o tamanho e as características das atividades produtivas de sua população.

Veiga afirma que se tomássemos como base parâmetros de classificação mais adequados, como o da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que determina que para um município ser considerado urbano teria que apresentar uma densidade demográfica de 150 habitantes/km² e uma população não inferior a 50 mil habitantes, o número de 5.507 municípios brasileiros considerados urbanos no censo de 2000 cairia pra 411 (*apud* BORTONI-RICARDO, 2011, p. 92).

Ademais, informações veiculadas pelo Censo de 2010 dão conta de que no Estado da Bahia, 29,6% da população vive no campo. Contudo, se considerássemos o critério da OCDE, observaríamos municípios vizinhos a Vitória da Conquista, cuja média populacional não ultrapassa os 30 mil habitan-

²⁴ Silva (2005) nos informa que a comunidade de Morrinhos, um dos locais onde desenvolveu sua pesquisa de campo, encontrava-se, no século XIX, em situação mais próxima de um ideal urbano; no entanto, foi Poções que recebeu o título de cidade por questões meramente políticas. Logo, a elevação de Poções à categoria de área urbana se daria por questões históricas, políticas e não geográficas ou econômicas.

tes²⁵. Nesses municípios, o Censo de 2010 indicou uma considerável diminuição na população, como demonstrado no Quadro 4:

Quadro 3 - Dados numéricos da população de municípios da Região Sudoeste da Bahia, com base em critérios do IBGE.

Município	População/habitantes Estimativa – 2004	População/habitantes Estimativa - 2009	População/habitantes Censo de 2010
Anagé	24.492	25.262	25.500
Barra do Choça	47.295	31.527	34.788
Belo Campo	19.376	15.185	16.026
Boa nova	24.155	15.427	15.409
B. Jesus da Serra	10.644	10.588	10.123
Caatiba	18.484	9.450	11.448
Caetanópolis	14.318	12.307	13.666
Cândido Sales	26.727	27.180	27.918
Dário Meira	16.102	12.331	12.841
Ibicuí	14.869	11.800	15.786
Iguaí	26.237	29.449	25.724
Manoel Vitorino	16.539	14.138	14.390
Mirante	16.476	8.375	10.512
Nova Canaã	24.155	20.311	16.727

²⁵ Entre os 17 municípios que fazem parte da microrregião de Vitória da Conquista, apenas os municípios de Poções e Barra do Choça ultrapassam o número de 30.000 habitantes e poderiam ser considerados centros urbanos nos termos da OCDE.

Planalto	20.774	22.151	24.497
Poções	47.486	46.390	44.760

Fonte: IBGE

Nos últimos anos em Vitória da Conquista, a população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, num índice de 1,57% ao ano, passando de 262.585 para 306.866 habitantes. Essa taxa foi superior à média de 0,70% ao ano, registrada no Estado da Bahia, e superior aos 1,08% ao ano da Região Nordeste.

Não é possível dissociar o crescimento da população conquistense ao êxodo observado nos municípios da microrregião, porém é difícil analisar se esse novo contingente populacional advém de áreas urbanas (menos desenvolvidas) ou rurais (pertencentes ao município). Diante da realidade brasileira, onde as fronteiras entre o rural e o urbano ainda não foram claramente delimitadas, com raras áreas agrícolas isoladas²⁶, a noção de um *continuum* se aplicaria adequadamente dados os pontos em comum e ao contraste observado entre sociedades rurais e urbanas no Brasil, pressupondo ou não um processo de transição.

Apesar de tênues, os limites entre as definições dos espaços “rural” e “urbano” no Brasil merecem uma devida revisão. Bortoni-Ricardo(2011), comenta que as variedades do português brasileiro poderiam, para fins de análise, serem observadas considerando um contínuo dialetal que vai, em um extremo, de um vernáculo extremamente estigmatizado caracterizado pelos falares rurais mais isolados, ao outro, da norma de prestígio, representada pela variedade urbana padrão(p.21). Para a autora, as variedades que distanciam-se da norma padrão bem poderiam ser denominadas como “rurbanas”, sendo esses falares rurbanosa norma popular usada pelas classes mais baixas cujos falantes, não alfabetizados ou semialfabetizados, apesar de viverem nas cidades possuem geralmente antecedentes rurais.

Silva (2005) acredita que as definições dos espaços rural e urbano poderiam ser explicadas, dentre outros pontos de vista, por elementos balizadores das diferentes formas de interação social, apuradas as atividades desenvolvidas por homens do campo e da cidade, e considerando duas formas de contatos interacionais: o contato *primário* (face a face) e o contato secundário (através de jornais, televisão, rádio, telefone, etc).

Nas cidades, as interações são mais frequentes de forma involuntária, com a verificação, também, de forma voluntária, mesmo que prejudicadas do ponto de vista qualitativo. No campo, a rede de relações é mais reduzida, embora

²⁶Solari (1968, p. 13-29) acredita que no caso dos países em desenvolvimento não apresentam um bipolarização constatada em países como os Estados Unidos, onde as metrópoles contrastam com áreas agrícolas isoladas.

os contatos primários sejam relativamente mais fortes. [...] No meio urbano, há predominância dos contatos secundários, cada vez mais frequentes e rápidos disseminados como formas de apreensão das diversas realidades vividas na cidade. No meio rural, os contatos são mais diretos, menos parciais. [...] (SILVA, 2005, p.42)

Além disso, Silva (2005) considera que, nas cidades, os contatos se dão num ambiente de diferenças culturais, em que estratificados grupos sociais realizam contatos menos diretos e mais parciais. Em outros termos, também considerando a diversidade das relações culturais, já apontadas em pesquisas como a de Oliven (1982), Bortoni-Ricardo (2011), debruçando-se sobre a questão das trocas linguísticas²⁷, destaca que as relações que ocorrem nessas comunidades mistas, sujeitas à pressão normativa, poderiam ser avaliadas usando-se três parâmetros: a *densidade*, a *multiplexidade* e a *complexidade* dos papéis sociais.

Bortoni-Ricardo considera que a noção de *densidade* está relacionada à noção de *completeza*, isto é, no número de relações que efetivamente existem comparados à proporção do número máximo de ligações que poderiam existir:

Em comunidades pequenas e tradicionais, onde todo mundo conhece todo mundo, a densidade é alta; nas grandes cidades, por outro lado a densidade é baixa. Aliada à alta densidade ocorre multiplexidade, ou seja, as pessoas se relacionam em diversas condições com vizinhos, parceiros no trabalho, lazer etc. Em baixas densidades os laços costumam ser “uniplex” e não “multiplex” (BORTONI, 20011, p. 94)

Como exemplo de relações “uniplex”, Bortoni-Ricardo cita as estabelecidas entre patrão e empregados, médico e paciente, comuns nas sociedades urbanas e tecnologicamente desenvolvidas. Dessa forma, Bortoni-Ricardo, baseando nos estudos antropológicos e sociolinguísticos desenvolvidos por Labov (1972) e Milroy (1980), busca nos estudos acerca das redes de interação (*networks*) uma forma de compreender como procedem as tendências à conservação ou assimilação da língua padrão nos países industrializados, onde a formação de redes de densa tessitura²⁸ poderiam explicar a permanência de formas dialetais ainda estigmatizadas como as advindas deste *continuum* rural.

²⁷ Para Bortoni-Ricardo, essa nova configuração social, da relação urbano-rural, proporcionou não apenas o aumento da população estudantil, mas, acima de tudo, a diversidade da clientela nas escolas. Diante desse novo quadro, Bortoni-Ricardo defende que a escola não se cuidou ainda de repensar, ou elaborar, mais realista e adequada a essa clientela que abrange a classe trabalhadora e os segmentos considerados marginais ao sistema de produção. Desde 1985, Bortoni vem explorando a questão ao lume da aplicação do modelo de análise em redes à sociolinguística do português brasileiro.

²⁸ Milroy (1980) entende como redes de densa tessitura as relações entre grupos onde o grau de *densidade* e *multiplexidade* atenuam-se em laços de integração do indivíduo com grupos de vizinhança. Milroy exemplifica tais redes de densa tessitura em gangues do Harlem e nos grupos de vizinhança em Belfast, grupos que isolam seus membros da pressão normativa da cultura dominante.

Com base nas afirmações até aqui feitas, podemos configurar, no quadro geral da população de Vitória da Conquista, a convivência de indivíduos advindos do meio rural que se integraram à comunidade conquistense, assimilando não apenas os valores citadinos culturais, mas principalmente os padrões linguísticos da comunidade urbana. No entanto, não podemos olvidar que algumas situações “linguageiras” possam sofrer influência de valores atávicos, arraigados a padrões rurais. Tal conjectura foi responsável pela escolha dos informantes, considerando as histórias de constituição dos bairros de Vitória da Conquista.

Dando prosseguimento às reflexões acerca dos fatores sócio-históricos de influência externa, traçaremos no próximo tópico uma discussão sobre letramento e aquisição da norma padrão, traçando um paralelo com a história da educação no Brasil. Nossa intenção é verificar à partir da história do letramento no Brasil a coerência da teoria da *trasmissoão linguística irregular*, defendida por Lucchesi(2003) e que constitui forte argumento da vertente crioulista de estudos do PB.

1.2.6 A realidade linguística brasileira e a história da educação no Brasil

O acesso à leitura e à escrita, fator importante tanto no processo de mobilidade social quanto na aquisição da variedade prestigiada da língua, correu no Brasil paralelo ao processo de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2011, p.33). Nesse sentido, Silva (2005) considera necessário estudar o percurso da alfabetização no Brasil, já que esta realidade estaria diretamente ligada à crença de que as marcas de conservação de uma gramática crioula devam-se ao pouco acesso aos meios de exposição da norma prestigiada.

De acordo com Magda Soares(2002), apesar de estarmos hoje tão familiarizados com a presença da disciplina “língua portuguesa”, a verdade é que a inclusão da disciplina nos currículos escolares é recente, só se dando nas últimas décadas do século XIX, já no fim do Império.

Tão precário quanto a questão do ensino de língua portuguesa na escola, o atual quadro da educação em nosso país é fruto de uma configuração recente, tão recente como o acesso aos meios de comunicação em massa, que passaram a divulgar a norma prestigiada como veículo de propaganda. É o caso da influência da televisão, aparelho que, no Brasil, só começará a popularizar-se no início da década de 1990, no final do recente século passado, mas que terá alcance ao ponto de ditar normas comportamentais.

Diante disso, não é de se assustar que analfabetismo ainda faça parte da configuração da sociedade brasileira, como apontou dados do censo realizado em 2010. Nesta última pesquisa, o IBGE constatou que 9,6% da população do Brasil, quase 14 milhões de habitantes, um número atualmente superior à população de Portugal, não sabiam ler ou escrever, sendo que 39,2% desse contingente eram de idosos.

É inegável que o Brasil vem passando nas últimas décadas por sucessivas melhorias na árdua tarefa de erradicação no analfabetismo, mas os números, ainda que apontem para saldos positivos, não deixam de mascarar a real pobreza que caracteriza a deficiente situação do sistema de ensino no país. Segundo Magda Soares (2008), a escola que existe ainda é antes *contra* o povo que *para* o povo, consideradas as altas taxas de repetência e evasão que revelam que os que conseguem entrar na escola não estão assegurados do aprendizado, muitos sequer conseguem ficar.

Na mesma linha de raciocínio, Magda Soares²⁹ destaca que já em 1882, Rui Barbosa denunciava a precariedade do ensino no Brasil. Além disso, segundo a mesma autora, até os anos 40 do século XX, a escola no Brasil servia unicamente a um pequeno grupo, aos “filhos-de-família”, como denomi-

²⁹ Trouxemos aqui o testemunho de Magda Soares pelo alcance que seus livros têm nos meios acadêmicos dos cursos de Pedagogia, os quais preparam alunos para o enfrentamento da alfabetização/letramento. Para aprofundamento em questões relacionadas à prática de ensino da língua escrita e da língua oral culta no Sudoeste da Bahia, não podemos deixar de citar a coletânea de textos reunidos por Ângela Maria Gusmão Santos Martins sob o título de “Ler e escrever na escola: reflexões e ação docente”, 2012, Edições UEB.

na Houaiss (1985, p. 94), pequena parte da população economicamente privilegiada. Apenas na década de 1950, como consequência das crescentes reivindicações das camadas populares, veremos despontar uma primeira etapa na democratização do direito à escolarização, permitindo a abertura dos portões das escolas aos filhos dos trabalhadores, o acesso das classes populares ao aprendizado da norma preconizada pela tradição gramatical.

Além dessa visão mais direcionada à pedagogia, devemos ressaltar o excelente estudo realizado por Rosa Virgínia Mattos e Silva a qual faz uma recapitulação da história da Educação no Brasil (MATTOS E SILVA, 2006) lembrando que até década de 1950, apesar das mudanças, o analfabetismo ainda mantinha-se como uma realidade maior parte da população brasileira com 15 anos ou mais:

Tabela 2 - Visão geral, por década, da diminuição do analfabetismo no Brasil, século XX.

POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS			
ANO	TOTAL	ANALFABETOS	%ANALFABETOS
1950	30.188.000	15.272.000	50,6%
1960	40.233.000	15.964.000	39,7%
1970	53.633.000	18.100.000	33,7%
1980	74.600.000	19.356.000	25,9%
1990	96.648.000	17.733.000	18,4%

Fonte: MATTOS E SILVA, 2006, p. 94.

Mattos e Silva acredita que teria sido o movimento iniciado antes do golpe militar de 1964, em que determinados grupos populares passaram a erguer voz contra vários estigmas que marcaram o Brasil, entre eles a questão do analfabetismo, o mais expressivo na história política do Brasil, engendrando na mentalidade nacional sementes que ficaram Tais movimentos populares, encabeçados pelos movimentos estudantis e, no caso do Nordeste, pelo mestre Paulo Freire, teriam sido silenciados após o golpe de 1964, quando os militares assumem o poder.

A criação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), uma das ações paliativas do novo governo militar, se por um lado deixou arquivos gravados de um *corpus* de fala que desencadeou os estudos sobre a heterogeneidade do Português do Brasil e a contemplação das variedades urbanas; por outro, marcou o início de uma nova fase sobre o rótulo de democratização do ensino, fase que se arrasta ao logo dos tempos através do qual as metas educacionais tomaram uma direção *quanti-*

tativa, em defesa da ampliação de ofertas educacionais, trazendo três consequências: aumento de escolas para as classes populares, obrigatoriedade do ensino elementar e gratuidade desse ensino.

No tocante ao ensino de língua portuguesa, na década de 70 do século passado, veremos uma ruptura da tradição gramatical jesuítica que perpetrava nos anos de 1950-60 à primazia do estudo da gramática sobre o estudo do texto. É na década de 1970, sobre influência da nova concepção de língua como *sistema* e como *expressão estética*, os estudos “sobre” a língua ou “da” língua mudarão de direção para o desenvolvimento do “uso” da língua. Soares acrescenta que é nesse período que surge a polêmica sobre ensinar ou não ensinar gramática na escola fundamental, retomando, de forma ainda engessada pelo tradicionalismo, a importância do ensino da oralidade para o desenvolvimento das atividades de comunicação do cotidiano. Com a chegada de algumas ciências linguísticas, como a sociolinguística nos anos de 1980, aplicadas ao ensino de língua materna, veremos, muito timidamente, os primeiros professores de língua portuguesa alertarem, no interior das escolas, para as diferenças das variedades linguísticas efetivamente faladas pelos alunos e as variedades de prestígio (SOARES, 2001, p. 171).

Nesse momento da discussão, é oportuno destacar que a escola entraria como elemento impulsionador do ideal de uma norma de prestígio que se chocaria com os valores de uma sociedade rural em que o letramento se configuraria num privilégio econômico. Em nossa pesquisa, os informantes relatam as dificuldades de acesso à escola e à formação da consciência de “saber ler e escrever” como forma de distinção social. Realidade que se reflete nas possibilidades de acesso às atividades econômicas de prestígio. Tal realidade, portanto, caracteriza as profissões assumidas pelos informantes o que restringe ou amplia o nível das redes de relação. Os informantes dessa pesquisa quando possuem educação precária alocam-se em empregos que existem um mínimo de habilidade de leitura e escrita como “porteiro” e “atendente de bar”. Em relação àqueles que não frequentaram os bancos escolares, vemos os “ajudantes de pedreiro” e “empregados domésticos”.

Investigando os caminhos da educação no município de Vitória da Conquista nos serviços de três textos basilares que nos remetem a discussões sobre a precariedade de acesso à norma prestigiada.

O primeiro estudo se refere ao período que vai de 1917 a 1922 e de 1934 a 1947. O trabalho intitula-se A educação em Vitória da Conquista através de atas da Câmara de Vereadores (1917 – 1922) e do Jornal O Combate (1934 – 1947) de autoria de Daniela Moura Rocha de Souza, Lívia Diana Rocha Magalhães e Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro. Após apresentar as fontes historiográficas que servirão para a análise empreendida, as pesquisadoras apontam com pontos relevantes nas ações do Poder Legislativo conquistense a criação, em 1920, de escolas de educação elementar em povoados como Coquinhos e Belo Campo. Tal prática iria se repetir em 1931 na criação de escola de educação elementar na Nova Lagoa do Gavião, compreendendo que o analfabetismo seria a principal causa do atraso social daquelas localidades e que ações emergenciais deveriam ser tomadas. No entan-

to, o ponto mais relevante do estudo reside em uma publicação data de abril de 1947 quando se inicia uma campanha de alfabetização de adultos, motivada pelo crescimento econômico da cidade, a qual se tornava aos poucos um polo industrial, mas principalmente comercial e exigia mão-de-obra que se desligasse dos laços de uma vida rural. Conquista receberia 30 novas escolas encarregadas da Alfabetização de adultos. A partir de tais informações, podemos inferir que Vitória da Conquista possuía números alarmantes de analfabetismo e tal situação seria grande entrave para o desenvolvimento anunciado à cidade com a chegada da Rio-Bahia.

O segundo estudo intitulado O ideal modernizador da Educação em Vitória da Conquista – BA entre as décadas de 1930 e 1950 é de autoria de Maria Cristina Nunes Cabral e Livia Diana Rocha Magalhães. Segundo as pesquisadoras, era urgente difundir o ideal da Escola Nova, observando as emergentes necessidades do mercado. Analisando entrevistas feitas por Ana Palmira Bittencourt Santos Cassimiro e Livia Diana Rocha Magalhães, as pesquisadoras apontam temas recorrentes no discurso escolar da época: a oposição entre escola particular e pública, a existência do professor leigo, a presença de escolas isoladas e a prevalência do ensino primário. Há relatos de escolas que funcionam em sótãos, escolas com portas de venda, demonstrando a expansão do ensino às camadas mais pobres da população. Por outro lado, a pesquisa revela que as instituições privadas destacam-se em relação às públicas e que alguns professores “lideravam” a formação de mais de uma geração de conquistenses. Por fim, concluem que a educação era incipiente e direcionada àqueles que possuíam melhores condições financeiras. No entanto, a expansão econômica promovida pela criação de estradas trazia consigo a urgência de formação de mão-de-obra minimamente escolarizada, forçando a criação de escolas ginasiais como o Ginásio de Conquista que fora traslado do Ginásio de Caetité.

Ademais, a incipiente industrialização e o recrudescimento do comércio trouxeram um grande número de “imigrantes” produzindo um paradoxo: de um lado o intenso progresso e do outro a generalização da pobreza da população urbana, já que os recém-chegados muitas vezes vinham do meio rural de outros estados mais empobrecidos do que a Bahia. Tal situação motivou a criação da Escola Normal para Professores o que seria uma tentativa de aumentar professores de primeiras letras na região. Outra medida para tentar reverter a situação foi a criação de escolas noturnas, considerando que a pobreza e a necessidade de ajudar no sustento familiar eram as causas principais do analfabetismo no município de Vitória da Conquista. Em 1947, um artigo publicado no Jornal O Combate denuncia a enorme multidão de analfabetos que são vítimas da própria ignorância e do atraso. O renomado poeta Camillo de Jesus Lima chega a se pronunciar da seguinte forma: “a situação econômica nacional, a carestia da vida, a inflação, o pauperismo (...) eles é que produzem o analfabetismo”. O mesmo Camillo de Jesus Lima denuncia: “são milhares os que não podem ir às escolas, porque vivem a lutar pelo pão no emprego, e às vezes, nas quadrilhas de malandragem” (O COMBATE, julho de 1947, apud CABRAL; MAGALHÃES,)

Avançando um pouco no tempo, passemos a analisar as ações empreendidas no final do século XX e início do século XXI na erradicação do analfabetismo e para tanto vamos nos basear no estudo realizado por Sheila Cristina Furtado Sales, História do REAJA no município de Vitória da Conquista – BA na perspectiva de coordenadores e professores: alguns relatos. A autora revela que no ano de 2000 a taxa de habitantes com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas era de quase 19,78%. A implementação do REAJA em 1997 atendeu inicialmente 15 classes num total de 1.032 alunos, considerando na época o contingente de cerca de 30 mil não-alfabetizados. Segundo a pesquisadora, o programa sofreu sucessivas baixas não recebendo o apoio que a situação demandava, mesmo com a colaboração da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. As atividades planejadas pelo REAJA e posteriormente EJA passaram a contemplar a inclusão do aprendiz à sociedade letrada, expondo-o às situações reais de aprendizagem, incluindo visitas a teatros e a pontos turísticos, criando ações concretas da necessidade de utilização da escrita com meio de interação com uma sociedade que valoriza o binômio escrita/leitura.

1.2.7 O letramento no Brasil e a teoria da “transmissão linguística irregular”

Questões como a recente reconfiguração dos espaços rurais-urbanos e o lento processo de letramento no Brasil, favorecem o conceito da *transmissão linguística irregular*³⁰. Como visto no início desta seção, o processo histórico de implantação da língua portuguesa no Brasil perpassa por um prolongado período de contato massivo entre diferentes línguas que tomaram o português como modelo ou referência (superestrato linguístico).

A aquisição forçada, por questões socioeconômicas, da língua alvo, a língua portuguesa, pelo grande contingente de indígenas e africanos, numericamente muito superiores e em sua grande maioria adultos (já em uma fase crítica de aquisição), se deu em situações não muito favoráveis à aquisição de uma segunda língua.

Para Luchessi (2003), nesse modelo de aquisição onde o falante é obrigado a adquirir emergencialmente a língua alvo, por motivos comerciais ou de sujeição, o surgimento de uma língua historicamente nova, ou variedade nova, tende a apresentar uma forte tendência à redução/simplificação de sua estrutura gramatical, já que só os elementos essenciais à realização das funções básicas de comunicação são mantidos.

Seguindo este raciocínio, alguns autores defendem uma visão crioulista, sustentando a hipótese da existência de uma fase de falas crioulos ou semicrioulos no português brasileiro. Esse dialeto

³⁰ Tal conceito será retomado na seção 2 deste trabalho, capítulo que expõe nosso referencial teórico.

das senzalas, que foi se descriuolizando gradativamente pela mudança nos mecanismos de acesso à língua alvo, teria sido a base da formação dos falares rurais no Brasil.

Em seus argumentos, Lucchesi defende que os processos de transmissão linguística irregular mais leves, que bem explicariam a formação das variedades populares do português brasileiro, compreenderiam duas etapas:

- (i) *Fase inicial*: variação mais ou menos intensa, no uso dos mecanismos gramaticais, sendo mais rara a eliminação desses mecanismos; ***opacidade relativa nos estímulos-gatilhos que possibilitam a aquisição de valores diferenciados nos parâmetros sintáticos***;
- (ii) *Fases seguintes*: manutenção do quadro de variação, em que se observam a concordância entre as formas gramaticais reintroduzidas a partir da influência da língua alvo e potenciais processos de gramaticalização que emergem na heterogeneidade da fala; ***variação nas frequências de uso dos parâmetros sintáticos***. (LUCCHESI; 2003, p. 277, grifo nosso).

Os vestígios de tais alterações, dos contatos linguísticos, incidem sobretudo nos parâmetros sintáticos, principalmente no tocante às regras de concordância verbal e nominal, e na morfologia flexional.

Dessa forma, a discussão sobre os movimentos migratórios, redes de relações sociais e letramento, traçam um histórico não distanciamento mas aquisição, por parte das camadas mais humildes, do modelo padrão urbano, da norma culta da língua.

A seguir, faremos uma breve exposição da teoria variacionista e orientações teóricas que embasam, no estudo da concordância verbal, nossa descrição e análise das variáveis linguísticas externas e internas. Nessa próxima seção retomaremos a discussão acerca da transmissão linguística irregular.

2. A TEORIA

Nesta seção, trataremos de forma sucinta a teoria da variação nos moldes preconizados por Labov, lastro para nossas discussões sobre a variação e mudança no português popular do Brasil. Com base em tal teoria, propomo-nos discutir a concordância verbal na terceira pessoal do plural ou P6 e, para tanto, havemos de expor a variável linguística e os condicionadores linguísticos e extralinguísticos considerados a fim de explicar o fenômeno ora em análise.

Assim, procuraremos, em nosso estudo, refletir como fatores sociais e históricos são responsáveis pela configuração da concordância verbal na terceira pessoal do plural, considerando a constituição da sociedade brasileira, especialmente, na base da pirâmide social. A fim de atendermos a esse propósito, inicialmente, discorreremos sobre as bases da teoria da Sociolinguística Quantitativa e, mais à seguir, faremos uma breve exposição de outras importantes contribuições teóricas ao estudo do PB.

Mormente, precisamos considerar que a Sociolinguística é uma corrente da Linguística moderna surgida na segunda metade do século XX, anos de 1960, originada no espaço interdisciplinar da fronteira entre língua e sociedade (MOLLICA, 2007) inicialmente sob o nome de “sociolinguística variacionista” ou “teoria da variação”. É oportuno lembrar que o quadro teórico-metodológico instaurado pela teoria da variação foi uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo bem como às limitações do estruturalismo, como bem assinala Fernando Tarallo (TARALLO, 1997).

Atribui-se, com razão, ao norte-americano William Labov o título de precursor dessa corrente teórica por ser considerado quem mais voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade de se estudar a língua falada sob o preceito de sistematizar a heterogeneidade linguística. O primeiro estudo iniciado a partir de 1963 contemplava inglês falado no Estado de Massachusetts (EUA), na ilha de Martha’s Vineyard. A esse pioneiro empreendimento, vários outros estudos labovianos se seguiram, como os estudos sobre a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque, sobre o vernáculo dos adolescentes negros do Harlem, os estudos sociolinguísticos da Filadélfia, entre outros (TARALLO, 1997), que passaram a ser rotulados por alguns de “sociolinguística quantitativa” ou, por operar com números, de “Sociolinguística Quantitativa”.

Tais pesquisas, custeadas inicialmente pelo governo americano, reavaliaram a influência sobre questões de ordem externa da língua, como as de cunho geográfico, socioeconômico e político, levando pesquisadores também a reavaliarem questões excluídas do escopo de pesquisas, como já dito, nos modelos estruturalista e gerativista. Assim como os trabalhos empreendidos por Labov, podemos pontuar a importância das outras pesquisas que reuniram estudiosos na fase de idealização da Sociolinguística. Entre estas, destacamos as pesquisas realizadas por Uriel Weinreich, Marzin Herzog, Brighth e Gumpers, palestras em universidades americanas e publicações movimentaram o cenário lingüís-

tico, polemizando a discussão nas décadas de 1960 até os anos 1980 - a partir de quando observaremos a ampla aceitação do pensamento laboviano.

Silva (2005), analisando o panorama da Sociolinguística na França e nos Estados Unidos, considera a Sociolinguística como “uma ciência da crise” visto que ela emerge, acima de tudo, na tentativa de propor um modelo explicativo sobre “realidade” linguística no seio de crises sociais que impulsionaram, ou urgiram, reflexões a acerca do espaço das minorias em relação aos *déficits* educacionais, sobre a qualificação de mão de obra, sobre os conflitos sociais envolvendo a identidade sócio-racial de comunidades linguísticas³¹ e, no caso do Brasil, o impulso do projeto de “democratização do ensino”.

Em meio a esse contexto, motivador da revisão das teorias anteriores adaptando-as a uma nova necessidade, o texto publicado em 1968 por Uriel Weinreich, Marzin Herzog e William Labov inicia, na opinião de Tarallo (1994), uma inovadora maneira de pensar sobre a história das línguas. Isto posto, Weinreich, Labov e Herzog (1966), analisando as dificuldades e paradoxos da tríade *homogeneidade, estrutura e funcionamento*, ainda não totalmente vencidos pela linguística estruturalista, destacam a questão da distinção entre o lado *social e individual* da linguagem.

Revisitando as teorias de Herman Paul e Saussure esses estudiosos propõem que o *mito* da homogeneidade, seja para o idioleto, seja para o dialeto, não encontra qualquer respaldo empírico. Além disso, outra questão superada pela Sociolinguística foi a da separação “dicotômica” da análise sincrônica e diacrônica. Em sua reflexão acerca da mutabilidade e imutabilidade de signo, Saussure (1978, p. 85-93) considera o tempo como fator importante para o princípio da “continuidade”, não ignorando que língua está em constante mudança, alterando-se no deslocamento mais ou menos considerável das relações entre o significante e significado. Contudo, Saussure³² sustenta a ideia de que a língua sempre aparecia como herança da época precedida, um produto acabado, como critica Bakhtin (2010), sendo a mudança imperceptível para a consciência da massa falante. Para Labov, essa ruptura entre presente e passado não existe e a noção de inconsciência da massa precisa ser repensada, visto que as formas do passado e do presente coexistem em um mesmo espaço de tempo.

Voltando à superação da ideia de identificação que vinculava a “ordem da estrutura” à “homogeneidade”, os precursores da Sociolinguística defenderam que “o domínio de estruturas homogêneas não é uma questão de multidialetalismo ou de ‘mero’ desempenho, mas sim parte essencial da compe-

³¹ Sobre o termo “comunidade linguística”, ou “comunidade de fala”, Silva-Corvalán (2001) define que, apesar das dificuldades encontradas para a definição exata de uma comunidade, corresponderia ao conjunto de indivíduos que compartilham regras que regulam a conduta linguística em diferentes situações de uso (p.115)

³² Como na tradição dos estudos linguísticos utilizaremos de generalização metonímica sempre nos referirmos a Saussure, como responsável pelos princípios teóricos do Curso de Linguística Geral. Não nos ocuparemos com a discussão acerca da originalidade do pensamento exposto no CLG, da influência dos organizadores, nem das contradições e obscuridades de algumas passagens da obra.

tência linguística unilíngue”³³. No fenômeno da diversidade linguística, comum a cada sistema, diferente do que se entendia por multilinguismo (MOLLICA, 2007), a diversidade faz parte da própria realidade da língua. Deste modo, sustentando a ideia central da “heterogeneidade sistemática”, os autores propõem que “a aparente desordem da heterogeneidade é, na realidade, ordenada, daí: a ordem na desordem” (TARALLO, 1994, p. 57).

Na introdução do texto *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança* Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), comentam que: “um dos corolários de nossa abordagem é que numa língua que serve a uma comunidade complexa a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional” (p.36). Concordando com os autores os autores, Tarallo (1994) argumenta que:

(...) se uma língua precisa ser estruturada para funcionar eficientemente, como acreditavam os estruturalistas da primeira metade do nosso século, como continuam então as pessoas a se comunicar durante os períodos de mudança do sistema linguístico? (TARALLO, 1994, p.57).

Ou seja, já que a noção de estrutura implica o efetivo funcionamento do sistema, urge a necessidade de assumir heterogeneidade presente na variação da fala como fenômeno devidamente estruturado e em efetivo funcionamento dentro de uma comunidade linguística.

Por este motivo, na delimitação do objeto de estudo da Sociolinguística, a língua é tomada em seu *uso real*, observando a relação entre a estrutura linguística e os fatores externos como condicionantes da variação e mudança. A exemplo, atentamos aos aspectos sociais e culturais que pesam no momento da produção linguística, também considerados agentes de motivação linguística.

Além de cancelar as fronteiras que separavam a sincronia da diacronia (TARALLO, 1994, p.58), nessa perspectiva teórica, o estudo da *langue*, entendida em termos saussurianos como instituição social homogênea, não precisa ser necessariamente separada do tão “complexo” psicologismo da *parole*, constructo das relações culturais e sociais de indivíduos situados historicamente. A contemplação da língua imputa ao linguista o dever de considerar a heterogeneidade da *fala* que, como dito anteriormente, passará a ser vista não como caos, mas suscetível de análise, de ser descrita a partir de padrões de regularidade. Afinal, como define Carlos Alberto Faraco: “toda língua é um conjunto heterogêneo de variedades” (FARACO, 2010, p.31).

³³ "Break down the identification of structuredness with homogeneity"; "native like command of heterogeneous structures is not a matter of multidialectalism or 'mere' performance, but is part of unilingual linguistic competence." (WEINREICH, LABOV E HERZOG, 1968, p.99)

Para Labov (1966), a *Sociolinguística é a linguística*. Contudo, os assuntos tomados do campo normalmente chamado de “Linguística Geral” (fonologia, morfologia, sintaxe, e semântica)³⁴, condizentes à estrutura linguística, quando situados no seio dos diferentes contextos de uso sociais, levam o sociolinguista à contemplação da língua não mais como instituição autônoma, mas, acima de tudo, produto característico e caracterizador de uma comunidade linguística. Fazemos coro ao que afirma Constância Maria Borges de Souza (2009) para quem, apesar do nível de estudo mais abordado na análise das línguas ser o fonético-fonológico, a língua pode sofrer mudança em qualquer parte, ou seja, em diversos níveis: morfológico, lexical, sintático, semântico, pragmático. Nessa linha de raciocínio, cabe ao pesquisador compreender a mudança considerando não apenas a língua como “sistema *em si mesmo*”, mas também a como “*sistema em uso*”.

Devemos precisar que a Sociolinguística tratará, por questões externas, os agentes extralinguísticos de *motivação*, implicações advindas das pressões impostas pela estratificação e organização social (classe econômica, idade, sexo), nível de escolaridade, variados graus de formalidade requeridos na execução dos diferentes papéis sociais, bem como, a diversidade cultural e o distanciamento geográfico, fruto das bases de formação históricas das comunidades estudadas. Conseqüentemente, com uma metodologia própria, a Sociolinguística se propõe ultrapassar as fronteiras da análise interna do sistema, postulada por Saussure, não ignorando os métodos heurísticos da linguística estrutural, mas trazendo, à baila, novas situações contemporâneas concretas e questões extralinguísticas, antes ignoradas.

Dessa maneira, tomando a *variação*³⁵ linguística como inerente à língua e indissociável do fenômeno linguístico, o alvo da Sociolinguística é compreender, também, o vínculo que une a variação à mudança. Como afirma William Labov na obra “Padrões Sociolinguísticos”:

O ponto de vista do presente estudo é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto do passado, mas como força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008 [1972], p. 21)

³⁴ Tomamos essa definição de LABOV (1966), contudo é difícil delimitar o campo de estudo da “Linguística Geral”, visto que esses manuais trazem abordagens panorâmicas, gerais, dos estudos linguísticos produzidos até o momento da elaboração. Entretanto, alguns teóricos optam por uma distinção entre uma *macrolinguística*, de visão mais restrita, voltada para “a língua em si”, com a contemplação do chamado “núcleo duro” da Linguística (*hard-core*) que é composto pela fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, lexicologia e semântica. E uma *microlinguística*, de visão mais ampla, com áreas de estudo chamadas “áreas de fronteira”, como a psicolinguística, sociolinguística, dialetologia, estilística, linguística antropológica, computacional, análise do discurso, etc. (WEEDWOOD, 2008, p. 9-15).

³⁵ O termo “*variação linguística*”, amplamente utilizado nos estudos sociolinguísticos, faz referência à heterogeneidade observada em determinada comunidade de fala, cujos fenômenos específico dá-se o nome de “*variantes linguísticas*”, ou seja, diversas formas de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. Por sua vez, a um conjunto de variantes dá-se o nome, em Sociolinguística, de “*variável linguística*”. (TARALLO, 1997, p.8)

Dando continuidade à tradição dos estudos sociológicos do falante e da língua em Meillet, Labov elege as línguas vivas como objeto da Sociolinguística e questiona o postulado da diacronia tal como entendido por Saussure e seus seguidores. Ao contrário de teorias que não viam a possibilidade de se estudar a mudança em curso, mas somente após ter sido concretizada, observada na história, Labov propõe o estudo da mudança em progresso. Ao mesmo tempo, afirma que para se compreender a mudança, faz-se necessário classificar a variação, perceber em que elementos a língua varia e quais implicações sociais tais variações apresentam.

No quadro atual de variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural, considerando apenas falantes da variante popular, há o ensejo de tentar explicar as tendências de variação e mudança, observando-se a atual disposição social daqueles que formam a base da nossa pirâmide social, bem como descrever os agentes transformadores da realidade e o peso de tais agentes nas transformações sociais e linguísticas que ora vivenciamos.

Não podemos olvidar que, como nos leva a refletir Mollica (2007), são muitos os interesses da Sociolinguística, entre eles o contato entre as línguas, questões referentes ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, a variação, a mudança e, destacamos, nos últimos anos, questões relacionadas ao ensino de língua materna, organização social, reconfiguração cultural advinda dos processos de fluxos populacionais, preconceito linguístico. Assim, a variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural ou P6 enquadra-se também como um dos pontos de discussão do interesse da Sociolinguística.

2.1 VARIABILIDADE DENTRO DO SISTEMA

No intuito de estabelecer a ordem no aparente caos da heterogeneidade, Weinreich, Labov e Herzog postularam cinco pontos de reflexão que norteiam o estudo da diversidade e mudança: 1º Princípios/fatores restritivos³⁶; 2º A transição; 3º O Encaixamento; 4º A avaliação; 5º A implementação (Apud TARALLO 1994).

Entende-se por *princípios/fatores restritivos* os condicionadores da mudança linguística, ou fatores “limitantes” dentro do conjunto de possíveis mudanças e possíveis condições para mudança que são permitidas em uma estrutura de um determinado tipo (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p.101).

³⁶ Marcos Bagno(2006), na tradução de “WEINREICH, LABOV, HERZOG, [1968]”, opta pela utilização do termo “fatores condicionantes”.

Já o “*problema da transição*” (p.122) constata-se ao considerar em alguns subsistemas, ou variáveis, a oposição entre os traços coexistentes arcaico-inovador. A transição corresponde à transferência de traços de um falante para outro, podendo impulsionar ou não a mudança, segundo os autores, de três maneiras:

- 1) A mudança se dá à medida que o falante aprende uma forma alternativa;
- 2) A mudança se dá durante o tempo que as duas formas existem em contato dentro de sua competência;
- 3) A mudança se dá quando uma das formas torna-se obsoleta.

Para os autores, a transferência ocorre geralmente entre grupos de faixa etária levemente diferente. Pesquisas demonstraram que as crianças tenderiam mais a serem influenciados por seus pares e pré-adolescentes que pelos pais de faixa etária mais distante (p.122).

Quanto ao *encaixamento*, compreende-se como de maneira não acidental uma mudança em determinado terreno da gramática pode desencadear outra(s) mudança(s) em partes da mesma gramática (TARALLO, 1994, p.59). Weinreich, Labov e Herzog, consideram duas naturezas de extensão do encaixamento:

- a) *Encaixamento na estrutura linguística* – tomando a variável como elemento estrutural subjugado pela competência linguística dos membros de uma comunidade de fala, as variantes ou variáveis podem ser *contínuas* ou *discretas*, alterando gradativamente os valores modais do sistema de um polo para outro.
- b) *Encaixamento na estrutura social* - Os fatores sociais pesam na estrutura como um todo, contudo a significação social não é equitativamente distribuída por todos os elementos do sistema. É o caso da variação regional que, por apresentar estruturas linguísticas encaixadas desigualmente, pode afetar apenas parte do sistema, mas não um todo sendo que nos estágios inicial e final de uma mudança pode haver muito pouca correlação com fatores sociais (HERZOG; LABOV; WEINRICH, 2006 [1968], p.123).

Assim cabe ao linguista pensar na análise da mudança o quanto o nível de motivação social, externa, influi sobre a motivação interna do sistema linguístico abstrato.

O princípio da *avaliação* permite, a partir da análise empírica da “consciência social”, hierarquizar as condições favoráveis ou desfavoráveis à implementação da mudança linguística já que as mudanças observadas podem ser avaliadas pelos efeitos na estrutura linguística, na eficácia comunicativa (TARALLO, 1994, p.59). Embora falando não diretamente sobre a questão da *avaliação*, Faraco (2010, p.28) contribui com a discussão e comenta que os grupos implementadores de mudança possuem geralmente baixo prestígio e que sua fala costuma ser valorada negativamente. Somente a quebra progressiva dos estigmas permitiria que as formas inovadoras adquirissem condições para se expandis-

sem para outras variedades da língua (FARACO, 2010, p.28). Como postula Labov (2008, p.193), quanto à observação desse princípio a fim de contemplar as atitudes e aspirações gerais dos informantes, a abordagem mais direta é medir as reações subjetivas aos valores da própria variável linguística.

Por fim, temos o princípio da *implementação*, como afirma Tarallo, “talvez o mais central”. Esse princípio pode ser explicado com base nas perguntas:

[...] que fatores são responsáveis pela implementação de mudanças? Por que mudanças de um traço estrutural acontecem em uma determinada língua em dado momento, mas não em outras línguas com o mesmo traço, ou na mesma língua em outros momentos. (WEINREICH, LABOV E HERZOG, 1968, p.102, *apud* TARALLO, 1994, p.59)

A implementação envolve os pressupostos anteriores, contudo, na opinião de Tarallo, só pode ser compreendida se observado não apenas o caráter lógico do encaixamento nos concomitantes linguísticos do sistema, mas também a interação sistemática entre elementos internos e externos. Para concluir, com base em Fernando Tarallo, os princípios norteadores da teoria segundo Labov são:

- I - A mudança linguística não se dá de forma aleatória, mas quando a generalização de uma dada alternância assume em uma comunidade de fala o caráter de diferenciação sistemática;
- II - A associação entre estrutura e homogeneidade é ilusão. O domínio de uma língua pressupõe o controle das estruturas heterogêneas;
- III - Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística envolve mudança, mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade;
- IV - A generalização da mudança na estrutura linguística não é uniforme nem instantânea, mas envolve a *co-variação*³⁷ de mudanças num período substancial de tempo;
- V - As gramáticas nas quais a mudança linguística ocorre são gramáticas da comunidade de fala;
- VI - A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo;
- VII - Fatores linguísticos e sociais encontram-se intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança linguística (TARALLO, 1994, p.61).

A seguir, veremos como na contemplação da variação é possível precisar, de forma sistemática e estatisticamente, a maneira como as alternâncias de uso das estruturas linguísticas são influenciadas por fatores estruturais e sociais, o que Labov denomina como variáveis independentes.

³⁷ Weinreich, Labov e Herzog (1968) entendem por *co-variação* a relação que uma variável mantém com algum outro elemento linguístico ou extralinguístico, correspondendo a co-variação não apenas a uma variável particular, mas a um conjunto de sistemas que, de maneira mais ou menos regular, se alternam de acordo com um conjunto de regras *co-ocorrentes* (p.107,108)

2.1.2 Variação, variantes e variáveis

Para evitar qualquer confusão entre a utilização dos três termos derivados, apresentados no título deste subtópico e já explanados brevemente em nota de rodapé, achamos por bem explicá-los. Ao mesmo tempo situaremos nosso objeto linguístico de pesquisa, o *fenômeno variável* concordância verbal na terceira pessoa do plural, acrescentando os conceitos de *variável dependente* e *variáveis independentes* ou *variáveis explanatórias*.

Por *variação* linguística entende-se o fenômeno universal, uma característica da heterogeneidade. Segundo Silva (2004), a variação ocorre quando temos a possibilidade, num mesmo contexto, de utilizar duas ou mais formas distintas com o mesmo valor referencial, sem aferir o valor de verdade (p.63). A essas formas distintas, alternativas dá-se o nome de *variantes*.

As *variantes*, por sua vez, apesar de possuírem semelhante valor distintivo, não possuem o mesmo valor social. Silva (2004) lembra que a diferenciação no plano social pode determinar uma variante como mais prestigiada que outra. É comum, em comunidades linguísticas, a oposição entre formas de maior ou menor prestígio. Tarallo (1997) comenta que:

(...) o “caos” basicamente se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) formas de dizer a mesma coisa (doravante chamadas de “variantes linguísticas”) se enfrentam em um duelo de contemporização, por sua subsistência e coexistência, ou, mais fatalisticamente, em um duelo sangrento de morte (TARALLO, 1997, p.5)

A atribuição de valor negativo ou positivo a uma variante geralmente se dá pela influência de questões econômicas, sociais e culturais, bem como contextuais, não podendo ser o valor medido apenas por questões internas à estrutura linguística. Como dito anteriormente, os valores negativos são geralmente atribuídos às variantes características na fala das classes de menor prestígio social. Tomamos em nosso, a exemplo, as duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: marca de concordância no verbo e ausência de marca de concordância, onde, segundo Vieira, “a não realização da regra de concordância verbal, no português do Brasil, constitui, sem dúvida, um traço de diferenciação social, de cunho estigmatizante, que se revela, com mais nitidez, no âmbito escolar”. (VIEIRA, 1995).

Por sua vez, a presença de duas (ou mais) formas alternativas, variantes linguísticas, configura um fenômeno *variável*, tecnicamente chamado de *variável dependente*. Como cita Mollica: “A concordância entre verbo e sujeito, por exemplo, é uma variável linguística (ou um fenômeno variável), pois se realiza através de duas variantes” (MOLLICA, 2007, p.11). Na observação da CV em P6, as duas variantes consideradas são: 1) aplicação da regra (+); 2) não aplicação da regra (-).

O adjetivo “dependente” é atribuído no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas sim influenciado por um conjunto de fatores variáveis (ou *variáveis independentes* ou, em outros termos, *variáveis explanatórias*) que podem ser de natureza interna (fatores linguísticos) ou externa à língua (fatores extralinguísticos). São as *variáveis independentes* que exercem pressão, aumentando ou diminuindo a frequência de ocorrências de uma das variantes (MOLLICA, 2007, p.11).

Desse modo, o termo “*variável linguística*” pode ser utilizado para determinar tanto um fenômeno no rol da variação quanto um conjunto de variantes inter-relacionadas.

Deste modo, no estudo da concordância, as variantes independentes/explanatórias atuam como fatores de motivação interna e externa da variação, podendo ser agrupadas em:

01. variáveis sociais – de natureza externa, leva em conta fatores inerentes ao indivíduo, os propriamente sociais e contextuais (geográfica, gênero, idade, nível de escolaridade, classe social, mercado linguístico³⁸, etnia³⁹ etc.);
02. variáveis linguísticas – de natureza interna, leva em consideração os diversos subsistemas da língua (no caso da concordância verbal temos: posição do sujeito, concordância nominal no sujeito, indicação do plural no SN do sujeito, caracterização semântica do sujeito, tempos do verbo, tipos de verbo, efeito gatilho e saliência fônica).

Na composição de uma variável, nem todas as variantes possui a mesma força motivadora de mudança, tal força se configuraria pelo valor positivo que, na batalha citada por Tarallo, prevaleceria ante a emergência dos usos linguísticos. Como comenta Mollica:

As variantes podem permanecer estáveis no sistema (as mesmas formas continuam se alterando) durante um período curto de tempo ou até por séculos, ou podem sofrer mudança, quando uma forma desaparece. Nesse caso as formas substituem outras que deixam de ser usadas, momento em que se configura um fenômeno de mudança em progresso. (MOLLICA, 2007, p. 11)

Para Weinreich, Labov e Herzog, cumpre à Sociolinguística verificar através na análise estatística das ocorrências quais variantes atuam efetivamente na formação de variáveis (como a ausência ou presença de marcas de concordância verbal na terceira pessoa) e identificar se o fenômeno que envolve as variantes e variáveis corresponderiam a uma mudança em curso ou estável.

³⁸ Souza (2009, p.30) utiliza o termo, cunhado por Bourdieu, considerando a hipótese de que, a depender de suas relações sociais e atividades que desempenham no contexto das atividades que impõem o uso da norma de prestígio, os falantes fazem uso da língua de modo diferente.

³⁹ Lopes (2009, p.48), acrescenta a variável etnia em seu estudo da concordância nominal em Salvador munindo-se de uma metodologia fornecida pelo grupo de Genética Médica da Universidade Federal da Bahia, embasando-se na história da formação do povo Brasileiro que explicaria a configuração dos sobrenomes religiosos e não-religiosos . Contudo, para a comunidade que analisaremos, cremos que tal variável não se constitui significativa,

Mais adiante, continuaremos a especificar com mais detalhes as *variáveis explanatórias* que consideramos importantes de serem observadas em nossa pesquisa, sobre a *variável dependente* concordância verbal na terceira pessoa do plural. Posteriormente, daremos continuidade à abordagem teórica acrescentando duas teorias correlatas que também influenciarão nossa análise: a) A hipótese da transmissão linguística irregular; 2) A teoria da coesão estrutural.

2.1.3 A variável dependente e as variáveis explanatórias: o contexto da variação linguística.

Como referido anteriormente, nossa pesquisa elege como objeto a realização da concordância entre sujeito e verbo, focando nos variáveis responsáveis pela existência da variação binária: a ausência ou a presença da marca de plural na terceira pessoa do plural.

Para tanto, como base nos resultados de pesquisas anteriores⁴⁰, selecionamos previamente oito grupos de fatores linguísticos e três grupos de fatores sociais ou extralinguísticos, todos correlacionados à variante concordância verbal da terceira pessoa. A seleção dos grupos de fatores reúne as variáveis que consideramos mais pertinentes para a análise do nosso *corpus* do português popular falado na cidade de Vitória da Conquista-Ba:

I – Variáveis linguísticas ou estruturais:

- a) realização e posição do sujeito
- b) concordância nominal no sujeito
- c) caracterização semântica do sujeito
- d) formas de indicação do plural no sujeito
- e) tempo verbal
- f) tipos de verbo
- g) saliência fônica
- h) presença de marcas de plural adjacentes ao verbo

II – Variáveis extralinguísticas ou sociais:

- a) idade

⁴⁰ Lemle/Naro (1977), Naro (1981), Guy (1981), Rodrigues (1987), Scherre (1988), Graciosa (1991), Vieira (1997), Espínola (1999), Naro/Scherre (2003), Silva (2004 e 2008), Oliveira (2005), Souza (2009), etc.

- b) sexo
- c) nível de escolaridade
- d) rede de relações

Mais adiante, nas subseções 4.6 e 4.7, explicaremos de forma preliminar, acrescentando alguns detalhes, cada variável independente, separando-as pela natureza linguística (internas e externas) e ilustrando-as com exemplos extraídos do *corpus* de nossa pesquisa. Retomaremos a discussão dessas variáveis na análise, quando analisaremos o desdobramento de tais fatores nas ocorrências do nosso *corpus* de pesquisa. Por hora, abordaremos previamente acerca de outras teorias e como tais teorias refletem sobre a importância dos contatos linguísticos para configuração da estrutura gramatical do PB.

2.2 OUTRAS TEORIAS DA MUDANÇA E CONTATOS LINGUÍSTICOS

Assim como a Sociolinguística Variacionista, outra diferente concepção acerca da mudança (por também marcar um rompimento com a visão historicista do estruturalismo, porém desenvolvida em outro programa de pesquisa) vem inegavelmente contribuindo com o estudo sobre diversidade dentro da estrutura linguística das línguas naturais. Trata-se da teoria da Gramática Gerativa.

Não descartamos a contribuição da teoria gerativista ao estudo da concordância verbal, mas por questões metodológicas, não adentraremos na descrição dos postulados mais específicos desta teoria. Basta resaltar que este modelo propõe, segundo Lightfoot, (1979), que a mudança, regulada pela forma como o conhecimento linguístico se estrutura na mente do falante, seria impulsionada significativamente durante o processo de aquisição da língua materna, acrescentando a essa discussão os princípios da transmissão linguística irregular e da coesão estrutural.

Para Lucchesi, apesar do êxito das pesquisas sociolinguísticas, esta teoria da variação/mudança como qualquer outra ainda deixava a desejar, malgrado alguns sucessos iniciais no nível fonológico, nas abordagens que contemplavam o problema do encaixamento da mudança dentro na estrutura da língua (LUCCHESI, 2004, p,204-208). Como reafirma Lucchesi ao lado de Ilza Ribeiro:

Isso se deve à ausência de uma teoria da estrutura produzida no âmbito da Sociolinguística, o que faz com que os seus pesquisadores recorram sobretudo aos esquemas funcionalistas, em suas análises do encaixamento dos processos de variação/mudança na estrutura da língua (LUCCHESI; RIBEIRO, 2010, p. 127).

A despeito disso, alguns autores como Romaine (1982, p.251), acreditam que a ausência de reflexão acerca da dimensão psíquico-biológica do fenômeno linguístico limitava qualquer discussão acerca da direção da mudança ante as limitações biológicas da faculdade da linguagem ante o comportamento linguístico.

Como dito, isso não diminui o mérito da Sociolinguística. Contudo, na tentativa de suprir essa lacuna na análise social da mudança/variação, integrando à contemplação do funcionamento do sistema da língua a dimensão das discussões mentalistas⁴¹, alguns modelos vem sendo criados da conjugação entre as duas teorias (Teoria da Variação e Teoria da Gramática Gerativa). A exemplo, temos no Brasil as pesquisas empreendidas por Tarallo (1987,1991), Tarallo e Kato (1989), Kato(1999), Ramos (1999), Duarte (1999) etc.

Por hora, veremos como os postulados mais gerais da teoria chomskyana propõem uma noção de “limite da variação na estrutura da língua” e como a influência dos processos mentais (estruturação da língua na mente dos falantes) poderia, no momento da aquisição, colaborar com o princípio “restrição”.

Lucchesi e Ribeiro (2011, p. 131), analisando a contribuição dos estudos gerativistas, asseveram que, nessa corrente teórica, a mudança se dá sobre duas assunções fundamentais:

A criança constrói sua gramática a partir do que ouve (os dados linguísticos primários – PLDs) e do que possui de inato (os princípios da gramática universal – UG). Como a criança não tem acesso direto à gramática das pessoas à sua volta, as conclusões a que ela chega sobre sua gramática são baseadas inteiramente nessas duas fontes de conhecimento linguístico: os dados primários e os princípios universais. (LUCCHESI; RIBEIRO, 2011, p.131)

⁴¹ Apesar das implicações que envolvem a utilização do termo “mentalismo”, empregado inicialmente para denominar a concepção “idealista” da relação linguagem e pensamento, tal termo, como afirma Lyons (1981, p. 180), vem sendo empregado largamente, sobretudo por linguistas, para denominar teorias que analisam a relação entre linguagem e mente, quer numa perspectiva dualista (considerando a relação entre mente e corpo), quer monista (favorecendo apenas um dos dois elementos)

Nessa síntese, Lucchesi e Ribeiro apresentam uma das “dicotomias”, se ainda é possível pensar em dicotomias, do postulado gerativista: a relação entre “princípios e parâmetros”. Retomando a hipótese da existência de uma Gramática Universal, Chomsky define que os princípios correspondem a universais linguísticos que delimitam, em todas as línguas, a capacidade mental (inata) de representações abstratas. Trata-se de leis gerais e invioláveis que regulam os mecanismos veiculados pelos falantes na formulação de uma sentença.

Por outro lado, os parâmetros, conjunto de opções de configurações estruturais que se elencam por não subverter as leis gerais da Gramática Universal. Para Lucchesi e Ribeiro, os parâmetros explicariam tanto o espaço das variações entre línguas quanto as mudanças na gramática de uma língua pelo contexto em que ocorrem os *inputs* linguísticos. Apropriando-nos da explicação dos autores:

Como a gramática a ser adquirida é uma consequência da interação entre as propriedades da UG biologicamente determinadas e o ambiente – e o ambiente é constantemente afetado, de muitas maneiras, por mudanças culturais, sociais e pragmáticas, que se tornarão parte do *input* para uma nova geração – a mudança é inevitável. (LUCCHESI ; RIBEIRO, 2011, p.132).

Nesse modelo interpretativo, o momento da aquisição da linguagem, principalmente no seio familiar, representa um ambiente propício para a implementação da mudança (LIGHTGOOT, 1979).

Apesar da importância da compreensão das relações paramétricas no âmbito da variação, não aprofundaremos na discussão para não fugirmos do foco de nossa análise. Contudo dedicaremos um tópico, na seção sobre a história dos estudos sobre a concordância, para expor os pormenores da contribuição da teoria dos princípios e parâmetros. Por hora, analisaremos como o processo de aquisição da linguagem está intimamente relacionado com a teoria da Transmissão Linguística Irregular (TLI) e como a análise das relações sistemáticas sustentam a noção de Coesão Estrutural.

A TLI parte da suposição de que, assim como a constituição histórica da sociedade brasileira envolveu um cenário de multiculturalismo nas relações entre diferentes grupos étnicos, a formação linguística também se deu num ambiente de multilinguismo, onde línguas tipologicamente diferenciadas sucumbiram ao superestrato do Português (LUCCHESI e BAXTER, 2011, p.101).

Lucchesi assegura que a assimilação da língua portuguesa (segunda língua) pelo contingente número de escravos africanos, advindos de diferentes regiões da África, e indígenas de diferentes tribos e costumes, se deu de forma gradativa e irregular. Entende-se esse processo de aquisição por gradativo na medida em que a assimilação da “língua alvo” (no caso o português) se deu num espaço considerável de tempo, permitindo a coexistência de línguas paralelas em situações típicas de bilinguismo.

Ao mesmo tempo, grande massa não-portuguesa, marginalizada socialmente, na maioria composta falantes adultos, foi obrigada a adquirir a língua portuguesa em condições bastante adversas de aprendizado. Tais falantes, por sua vez, acabavam por gerar versões da segunda língua impregnadas de marcas de substratos, versões “alteradas” da estrutura morfosintática (LOPES, 2009, p.22) que foram transmitidas às crianças no processo de aquisição da linguagem. Como comentam Dante Lucchesi e Alan Baxter:

Tal processo diferencia-se da situação de transmissão geracional normal das línguas humanas, em que as crianças dispõem de dados linguísticos *mais completos* e fornecidos pela língua materna dos seus pais. Dessa forma o processo de transmissão linguística irregular pode conduzir à formação de uma língua historicamente nova, denominada língua crioula, ou à simples formação de uma variedade histórica da língua de superestrato (...) (LUCCHESI E BAXTER, 2011, p. 101 (grifo nosso))

Assim, retomando a importância de se considerar o processo de aquisição da linguagem, a teoria da TLI questiona como as novas gerações reconfiguraram os parâmetros, ou dados linguísticos primários, ante as versões de segunda língua desenvolvida pelos falantes adultos.

Outro fator importante, segundo Lopes (2009) em consonância com Lucchesi (2003), é que, considerando o contexto de sua formação e a TLI, o português Brasileiro além de heterogêneo e variável, como todas as línguas, seria *plural e polarizado*⁴².

Se, por um lado, a teoria gerativista nos colocou mais próximos de responder a perguntas como “quais estruturas da gramática de uma comunidade de fala são passíveis de variação e quais não são?”, por outro a consideração da TLI, dados os processos de erosão e reconfiguração sofridos pelo PB no ambiente dispar de sua formação, propiciaria uma das ex-

⁴² “*Plural*” pela diversidade linguística ; “*Polarizado*” por manter, num extremo, as variedades cultas do português empregadas pelas elites letradas e, na base da sociedade, outras variedades do português popular brasileiro.

plicações possíveis para o distanciamento entre os parâmetros que configuram as duas gramáticas do PB e PE.

Quanto à questão da concordância verbal, Lucchesi e Baxter (2011) acentuam que “a não aquisição/incorporação, ou variação no uso, de morfologia flexional e palavras gramaticais” (p.121), bem como, a “alteração dos valores sintáticos em função de valores não marcados” (p. 121) são fenômenos comuns aos processos que caracterizam a formação de uma variedade linguística, numa irregular situação de contato entre diferentes gramáticas. A exemplo do que pode ser observado em línguas crioulas.

Considerando o amplo aspecto da oscilação de formas disponíveis no momento da aquisição da língua materna (LUCCHESI e BAXTER, 2011, p.149) e tomando a variação como diferenças paramétricas (PLDs), Lucchesi e Baxter observam que, no PB, a estrutura da gramática do português utilizado pelas das classes dominantes convivem em concorrência com outras estruturas provenientes dos processos de simplificações, transferências e reanálises, dentre outros. Tais características comuns à gramática do que definimos português popular, variação fruto do processo de TLI, coexistem emergindo em situações de fala, numa concorrência entre gramáticas presentes na mente/cérebro do falante. Processo que os autores denominam por alternância de códigos.

A alternância de códigos manifesta-se, no desempenho linguístico do falante, na forma de variação estruturada, já que, no interior de uma mesma sentença, as estruturas geradas a partir das regras diferentes gramáticas podem combinar-se, caso não haja restrições, no interior de uma mesma sentença. Como diz Ribeiro:

Se admitirmos ser a teoria dos Princípios e Parâmetros um modelo de gramática ótimo para as línguas humanas, temos que reconhecer que também o é para os enunciados com alternância de códigos, visto serem eles resultantes da justaposição entre duas gramáticas num enunciado. Concebemos, desse modo, que as alternâncias de códigos só devem ocorrer nos limites sintáticos em que a justaposição de L1 e L2 não viole nenhum dos princípios nos diversos subsistemas da gramática, ou seja, a alternância de código deve ser licenciada por princípios da UG (RIBEIRO, 1996, p.358)

Nesse jogo entre a possibilidade de alternância de códigos dentro de uma mesma sentença que veremos operar o princípio da coesão estrutural, formulado com base na propensão de coocorrências de estruturas de uma mesma gramática numa mesma sentença. De forma bem simples, poderíamos dizer que formas que, apesar de gramaticais, são tidas como estig-

matizadas, podem acarretar, o interior de uma mesma sentença, a ocorrência de outras formas estigmatizadas, ou, mais especificamente, não-concordância nominal poder acarretar a não-concordância verbal.

Voltaremos a tratar dos princípios da coesão estrutural e da TLI ao longo de nossas abordagens. Dando continuidade, trataremos na próxima seção de situar os estudos até então realizados sobre o tema concordância verbal no português brasileiro. Em nossa exposição, focaremos na constituição de tais estudos, dando ênfase as trabalhos pioneiros que fomentaram a construção de diferentes perspectivas teorias acerca da mudança linguística no variação da língua portuguesa falada em nosso país.

3. A CONCORDÂNCIA VERBAL

No âmbito dos estudos históricos, cremos que a questão da concordância verbal, ainda, mereça a devida atenção por constituir um dos fenômenos mais evidentes do distanciamento entre as duas gramáticas do português europeu e brasileiro, conforme advoga Galves (2001).

Embora a variação na concordância verbal não seja um fenômeno recente, seu estudo esteve atrelado à pouca atenção que se deu tanto às línguas populares quanto à língua falada, especialmente no Brasil. Fenômenos como a variação concordância verbal foram vistos pelas gramáticas históricas como situações anômalas, desvios, particularidades ou idiotismos oriundos das classes menos favorecidas e, portanto, iletradas⁴³.

Ensejamos fazer uma breve retrospectiva acerca das abordagens que contemplam direta ou indiretamente a questão da concordância no sintagma verbal no quadro do utente português popular do Brasil. Trata-se de uma breve recapitulação do caminho percorrido no espaço entre as primeiras abordagens, surgidas no século XIX, até a virada Sociolinguística iniciada com publicação, em 1977, da pesquisa de Lemle e Naro, trabalho que se constitui novo marco no estudo da variação e da concordância no Brasil.

Nesse estudo, agrupamos as abordagens linguístico-filológicas em três distintos períodos:

I – Abordagens pré-linguísticas evolucionistas.

II – Abordagens linguístico-dialetológicas.

III – Guinada das abordagens sociolinguistas.

Dessa forma, traçaremos brevemente o percurso dos estudos acerca da concordância verbal no Português do Brasil, ressaltando a importância dos estudos sociolinguísticos e como estes estudos sugeriram atrelados à crise educacional no Brasil.

3.1 ABORDAGENS PRÉ-LINGUÍSTICAS E EVOLUCIONISTAS

No século XIX, as concepções sobre a língua serão marcadas pelo evolucionismo-romântico que ensejava a busca de elementos autóctones que representem a recuperação história dos povos.

⁴³Era comum entre os gramáticos denominar de “vício – solecismo” variação na concordância verbal. Embora houvesse gramáticos que se preocupassem em reproduzir aspectos da fala popular, como a dupla negativa, como o fez Júlio Ribeiro (1919, mas texto original de 1884) eram taxativos em execrar a possibilidade de variação, já que não encontravam nos clássicos forma que desse aval ao uso popular.

Se por um lado, muitos autores concordam que é só no período iniciado dentro do Romantismo (brasileiro), 1830-1870, que a percepção de certa identidade linguística propulsionará discussões mais substanciais sobre o distanciamento das línguas faladas no Brasil e Portugal, por outro o ideal evolucionista tratará a mudança na maioria das vezes pela ótica da “degeneração”, “deterioração”. Veremos o surgimento de um impasse que perdurará em discussões não pouco acirradas.

Renato Mendonça (1934) sabiamente aponta na transição do século XIX para o XX duas fases que poderiam expressar distintas contribuições ao estudo das diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal:

I – Fase Pré-histórica: 1826-1879 – Caracterizada por notas avulsas sobre o “acento brasileiro” e primeiras observações sobre os brasileirismos. Em tal fase, como observa João Ribeiro (1933), devemos destacar a perspicaz observação feita pelo Visconde de Pedra Branca para quem os trópicos deram “docilidade” ao português da Europa.

II – Fase Histórico-etnográfica: 1879-1920 – Quando, sob o lume das teorias evolucionistas, alguns trabalhos são dignos de nota como o de Macedo Soares (*Dicionário Brasileiro*, incompleto), Beurpaire-Rohan (*Dicionário de Vocábulos Brasileiros*) e Silvio Romero (destaque-se o oitavo capítulo *A Poesia Popular no Brasil*⁴⁴ do estudo publicado em 1888), entre outros

No contexto desta segunda fase, considerando a numerosidade populacional dos negros no Brasil, bem como nossa origem indígena, alguns estudiosos desse período começaram a questionar como a influência das línguas africanas e tupi teriam ocasionado a redução das formas verbais e a simplificação das flexões de plural tão marcantes no português brasileiro. João Ribeiro, por exemplo, observa o “elemento negro” como fator de influência “não apenas no léxico como também no sistema gramatical” (cf. CASTRO, 1990, p.92). Adolfo Coelho vai mais além e chega a propor que o português falado pelos brasileiros deveria pertencer ao rol dos crioulos de base portuguesa por observar como típico de nossa língua a “ausência de concordância de número no interior do sintagma nominal”, uma das “particularidades” de tais dialetos (cf. LUCCHESI, 2000, p.24).

Nesse embate pós-independência política, quando um florescente sentimento nacionalista marcará no Brasil o princípio da rivalidade entre grupos calcados em concepções contrárias sobre a língua, a concepção de língua ainda permanecia submetida à idealização de um padrão literário distante da norma utilizada pela maioria da população brasileira. A esse respeito afirma Guimarães que: “A cena brasileira, então, inclui, de um lado um novo pensamento linguístico e mantém, de outro, a antiga concepção de gramática como a arte de falar e escrever corretamente (ou seja, como norma)” (GUIMARAES, 2004, p.35).

⁴⁴ Silvio Romero publicou uma vasta obra dedicada ao tema da cultura popular, como *Cantos populares do Brasil* (1883, reeditado em 1894), *Contos Populares do Brasil* (1885, reeditado em 1897) e *Estudos sobre a poesia popular do Brasil* (1888).

3.2. A PERCEPÇÃO DIALETOLÓGICA ACERCA DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO.

A questão da concordância começará a ser tratada em notas mais significativas nesta nova fase. Esse segundo período é, na opinião de Silvio Elia (1961), propriamente linguístico e começa com o trabalho de Amadeu Amaral intitulado *O Dialeto Caipira*, obra que, na concepção de Monteiro Lobato, surgira como *a primeira gramática verdadeira* do Português do Brasil.

No livro *O dialeto caipira*, publicado em 1920, Amaral observa questões relacionadas à Fonética, Lexicologia, Morfologia, Sintaxe e Vocabulário desse dialeto até então falado no interior paulista e que não pôde “evoluir” devido a situações que lhe cortaram o fio. A maior parte do estudo reduz-se a um inventário de termos classificados pelo autor como peculiares à fala caipira.

Sobre o sistema verbal, Amaral afirma que o plural da primeira pessoa verbal perde o –s, pois se encontram no dialeto caipira formas como “bamo”, “fomo” e “fazêmo” (AMARAL, 1972 [1920], p.72). Em relação à terceira pessoa, nota o autor que “O plural da 3.^a pessoa modifica-se: quérin,quirium, quizerum,quêirum, andum, andávum, andárum, ándim” (AMARAL, 1972 [1920], p. 72). Além disso, Amaral aponta que não há distinção, em muitos casos, entre a 1.^a do plural e a 3.^a do singular: nós ia, nós fosse, nós andava, por exemplo, ilustram tal fato⁴⁵.

Antenor Nascentes publica *O linguajar carioca* (1922) trazendo observações semelhantes às de Amaral (1920). Para o eminente filólogo, a simplificação ocorridas nas línguas poderia atingir tanto a fonética quanto a morfologia. A simplificação morfológica resultaria no desaparecimento do número, igualando as formas verbais, por exemplo, delegando-se aos pronomes o papel de fazer as diferenças de pessoas gramaticais.

Como nos informa Silva (2003, p.137), para Nascentes, os pronomes serviriam, então, para indicar o número e pessoa. “Tal processo assim descrito assemelha-se ao que ocorre no crioulo de base portuguesa de Cabo Verde e ao indo-português do Norte (cf. DALGADO, 1998 [1906], p.116)”. A redução da flexão verbal tem origem na simplificação da morfologia nominal feita pelo povo.

O autor questiona se a concordância é necessária à vida da língua e, baseando-se em autores consagrados, conclui que ela não é necessária à expressão gramatical de número. Em síntese, Nascentes considera o nosso sistema fle-

⁴⁵ Nesse sentido, somos forçados a fazer uma crítica a uma observação feita por Célia Maria de Moraes Castilho, a qual, após analisar casos de variação na concordância verbal e nominal em inventários do século XVII, afirma que ver em tais ocorrências uma “variedade crioulezada” seria considerar “distraidamente” os fatos, o que, ano nosso ver, deixam ser meros fatos para se afirmar como evidências apresentadas pelo *corpus* por ela analisado (conforme podemos ler na página 349 da coletânea *História do Português Paulista*, volume 1). A pesquisadora atribui aos movimentos migratórios e às forma de lusitanização as variações por ela verificada nos inventários.

xional um fato redundante que não escapou à forma simplificadora do povo. Nascentes mostra uma concepção evolucionista da língua, demonstrando que a língua tende à simplificação, expurgando aquilo que não for necessário à comunicação. (SILVA, 2003, p.137)

Em 1938, José Aparecida Teixeira apresenta um estudo sobre a língua portuguesa em Minas Gerais.

Para Teixeira, a falta de concordância é um resultado da analogia que nivelou as formas do singular com as do plural. Como Nascentes, Teixeira crê que os pronomes são usados a fim de distinguirem as pessoas do discurso. O autor acrescenta em sua análise um ingrediente extralingüístico ao apontar a ausência de concordância como um traço peculiar da linguagem das pessoas “incultas”, contrapondo-se às “semicultas” que empregariam regularmente a concordância (SILVA, 2003, p.138).

Como podemos ver, Teixeira considera que a variação na concordância é um fato comum do dialeto mineiro, como já teve oportunidade de destacar Silva (2003, p.138).

Passemos a tratar de Mário Marroquim, utilizando, mais uma vez o trabalho de Silva (2003):

Em 1945, Mário Marroquim publica o livro *A língua do Nordeste*, um compêndio que procura descrever a língua popular de Alagoas e Pernambuco. Nas palavras de Gilberto Freyre que assina o prefácio do livro, Marroquim “procura estudar da língua portuguesa no Brasil aspectos de desenvolvimento e de expressão que são problemas sociológicos e psicológicos e não apenas questões acadêmicas ou técnicas de gramática” (FREYRE, 1945 apud MARROQUIM, 1945, p. 6).

Do pensamento de Marroquim podemos concluir que foi a analogia o fator principal de nivelção na conjugação verbal na fala dos utentes do português popular. O autor sobreleva a importância do pronome e apresenta a língua como a possuir uma tendência ao caráter prático e funcional.

Marroquim traz quadros de conjugação dos verbos *louvar*, *dever* e *partir* em que morfologicamente só há diferença entre a primeira pessoa e as demais para mais uma vez destacar a força da analogia na condução dos “destinos da língua”.

Em relação à posição dos dialetólogos somos obrigados a concordar com o seguinte posicionamento de Silva (2003):

O raciocínio dos dialetólogos aponta para a analogia como a força motora da redução da flexão verbal. A falta de concordância nos nomes teria motivado a redução na concordância dos verbos e a redução na concordância nos nomes deveu-se ao caráter simplificador em relação à redundância da flexão portuguesa. Todas as explicações são, portanto, linguísticas, estão dentro das tendências da língua, são internas ao sistema. No entanto, para justificar o desaparecimento do dialeto caipira e da generalização de usos populares, os autores estudados recorrem a explicações extralinguísticas como o fizeram Amaral (1920) e Teixeira (1944). Uma força interna seria responsável pelo fenômeno linguístico (a simplificação do sistema verbal) que caracteriza os dialetos populares, mas uma força externa (a escolarização e os meios de comunicação) seria responsável pela expansão ou pela retração do dialeto. (SILVA, 2003, p. 141).

Nossa pesquisa nos leva a crer que a situação descrita pelos dialetólogos perdura no interior do estado da Bahia, mas acreditamos que não seria a analogia a responsável pela simplificação no sistema de flexão verbal, mas a situação de contato entre falantes de diversas línguas estaria como agente primeiro das transformações, resultando não numa perda total das flexões, mas numa alteração perceptível e sem precedentes na história da Língua Portuguesa.

3.3 A VIRADA SOCIOLINGUÍSTICA E A CRISE EDUCACIONAL DO BRASIL

Já no ano de 1961, Sílvio Elia esboçava uma crítica ao trabalho de Herbert Parentes intitulado *A gramática e a evolução da língua portuguesa no Brasil*. A crítica se dava à confusão que Parentes fazia, na análise de Sílvio Elia, entre *uso* e *sociologia* (1961). Elia reconhecia importância de se recorrer à sociologia para a apreciação de alguns fenômenos diversidade dialetológica da língua brasileira, contudo sua percepção sobre esse aspecto ainda surge como tímida e tendenciosa.

É, contudo, só no final a década de 1960 aqui no Brasil, com a divulgação das pesquisas de Weinreich e Labov nos Estados Unidos, que o advento da Sociolinguística desvelaria outras dimensões da realidade heterogênea das línguas. Mattoso Câmara (1966) afirma que antes já se notava um esvaziamento do “ideal classicista” no tocante à questão da norma literária, tomando lugar uma “melhor compreensão” da “legitimidade” da língua popular/coloquial em face à literária. Mas é partir de aplicação das ideias postuladas por Labov (1972) que se traçarão novos critérios para a classificação das variedades linguísticas, acrescentando à dimensão geográfica (da dialetologia) a dimensão social (a chamada variação diastrática) como fator a ser considerado na “diferenciação” linguística.

Considerando fatores externos à língua, vislumbraremos em tais discussões que as crises sociais no Brasil têm origem na própria condição histórica do utente do português popular e tal crise é recrudescida pela escola que não reconhece o *continuum* de variação de seus alunos e trata a língua culta como se fosse uma língua natural, usada por todos e em todos os lugares. Nesse contexto, a vari-

ação quanto ao uso da concordância não poderia ser vista de outra maneira senão pela ótica do preconceito. Como afirmou Vieira “a não realização da regra de concordância verbal, no português do Brasil, constitui, sem dúvida, um traço de diferenciação social, de cunho estigmatizante, que se revela, com mais nitidez, no âmbito escolar”. (VIEIRA; 1995)

As pesquisas que passarão a ser empreendidas a partir do final da década de 1970, embasadas na perspectiva teórica da sociolinguística variacionista, postularão uma nova forma de contemplar o fenômeno da variação e ganharão impulso nas décadas seguintes ampliando o campo de visão sobre a realidade linguística brasileira (SILVA, 2005, p.214).

Marta Scherre (1996, p. 29) aponta Anthony Julius Naro como autor dos primeiros estudos teóricos a discutir, em 1975, a Teoria Variacionista. Contudo, será o trabalho publicado em 1977, por Lemle e Naro, fruto do projeto *Competências Básicas do Português*, que irá constituir-se como um marco nos estudos sociolinguísticos no Brasil.

Em tal pesquisa, encomendada pelo MOBREAL, os autores analisaram um *corpus* de fala constituído por 20 falantes adultos em processo de alfabetização, oriundos da cidade do Rio de Janeiro. Os informantes, todos *mobralenses*, foram classificados observando fatores extralinguísticos como idade, sexo, sendo que, todos pertenciam à mesma classe social e apresentavam semelhante nível de escolaridade – eram semianalfabetos. O *corpus* foi então organizado da seguinte forma: dos 20 informantes, 09 eram mulheres, 11 eram homens; 06 informantes com mais de 40 anos e 14 com menos de 30 anos.

Assim, foram realizadas 07 entrevistas com cada informante (num total de 140 inquéritos gravados e transcritos grafematicamente). Lemle e Naro (1977) preocuparam-se em observar, nas circunstâncias das entrevistas, de que forma o grau de formalidade interferiria na aplicação da regra de concordância. Dessa forma, agrupam os fatores condicionantes, que alicerçam a regra da concordância verbal, de acordo com as variáveis: estilística, morfológica, posicional e semântica, estabelecendo uma generalização a respeito dessas três últimas variáveis visto que a “regra dependeria do grau de impacto dos efeitos perceptuais com que ela se materializa”: posição do sujeito, tipo de sujeito, forma verbal e saliência fônica.

Já em 1979, o *Projeto Censo*, orientado por Naro, consegue organizar bancos de dados linguísticos com base em gravações da fala de 48 informantes adultos, classificando o *corpus* pelo sexo, idade, e estratificação social. Trabalhos iniciais que surgirão a partir do modelo idealizado por Naro e Lemle tomarão o grau de saliência fônica como principal elemento de influência na distinção entre formas de singular e plural.

No trabalho publicado em 1981, Naro reanalisa a fala de 17 estudantes do Mobral, que fizeram parte do mesmo projeto *Competências Básicas do Português*, todos pertencentes à classe menos favorecida socialmente. Tal *corpus* foi constituído por: 9 homens distribuídos em 2 faixas etárias (16 a 20

anos e 37 a 54 anos), e 8 mulheres também distribuídas em duas faixas etárias (15 a 26 anos e 43 a 45 anos).

Nesse estudo, o autor incluirá novas variáveis sociais e estabelecerá novos critérios para a categorização morfológica. Foram excluídas do *corpus* as ocorrências de verbos cujas formas de singular e plural não pudessem ser facilmente identificadas, adotando-se um novo critério, o da tonicidade, que considerava a distinção entre as formas verbais em dois grupos: acentuadas e não-acentuadas.

Naro, ainda, observou que a variante “sujeito indeterminado” deveria ser excluída e, por considerar o fator “posição do sujeito” em relação ao núcleo do predicado como um dos condicionantes a não aplicação à regra de concordância, estabelecerá novos critérios para a análise estrutural dos enunciados, observando quantitativamente como o nível de aproximação entre verbo e sujeito desencadearia a aplicação da regra de concordância verbal.

Os dados da pesquisa de Naro levaram-no a enfatizar a importância do princípio “saliência fônica”, bem como, afirmar que as situações onde o núcleo do sujeito precede “imediatamente” o núcleo verbal favorecem a regra de aplicação do português popular.

Ademais, Naro também, de forma pioneira, observa como os meios de comunicação, mais especificamente a televisão e as telenovelas, influenciariam o comportamento linguístico dos seus informantes considerando os que assistiam a novelas como possuidores de uma orientação cultural vicária e os que não viam televisão de orientação cultural experimental, justamente porque esses tinham dificuldade em acompanhar o enredo das histórias narradas. Dessa forma, Naro pode apontar a mídia como um aspecto condicionador da aplicação da regra de concordância, já que, aqueles que assistiam mais programas televisivos tendiam a uma maior aplicação à regra que os demais.

Como conclusão de sua pesquisa, Naro observa a mudança e defenderá a tese que no português popular do Brasil haveria uma tendência progressiva à perda das marcas de flexão número-pessoa, tendência já notada no português lusitano mas que no Brasil viria a se acentuar, como fruto da deriva natural dos séculos.

Porém, é, sobretudo, a partir da publicação da tese de Gregory Guy (GUY, 1981) que vemos interpretações desarmônicas marcarem a dissensão entre hipóteses que colocariam a mudança sob diferentes perspectivas:

- a) Como mudança em curso – caminhando lentamente para a perda das regras de concordância (NARO, 1981).
- b) Como variação estável – em direção à regularização pela aquisição da regra sob influência da escolarização (GUY, 1986).
- c) Polarização com variação estável para falantes não humildes e mudança para falantes humildes (SCHERRRE, 1988).

Assim, em síntese, divergentes fluxos verificados no português do Brasil indicariam tendências distintas para a perda da flexão, para aquisição, ou ainda para uma variação estável.

Guy, ao considerar a Sócio-História da formação linguística do português brasileiro, retoma a polêmica sobre a origem crioula do PB. Considerando a hipótese da deriva “mais simples”, propõe uma revisão da possível origem crioula do português popular do Brasil, oriunda do contato no período colonial entre falantes do português europeu e de línguas africanas. Para Guy (1981, p.350), a resposta à perda de características que elevariam o PB ao *status* de língua crioula estaria nos diferentes processos de descrioulização, ou de contato com a língua padrão, o quais levariam a língua popular a uma tendência à recuperação de elementos perdidos no momento da aquisição, pendendo para a língua de maior prestígio.

Desse modo, ao contrário de Naro (1981), Guy verifica, atentando ao princípio da saliência fônica, que no português popular do Brasil estaríamos vivenciando uma situação na qual haveria uma disposição à paulatina aquisição das marcas de concordância.

As hipóteses colocadas pelos percussores dos estudos sociolinguísticos nos Brasil embasaram pesquisas posteriores como as desenvolvidas por: Nina (1980), analisando o dialeto falado na Região Bragantina; Nicolau (1984), que estudou o dialeto mineiro; Rodrigues (1987), o português popular de São Paulo; Graciosa (1991), para a fala culta carioca; Rodrigues (1997), que analisou o dialeto de Rio Branco; Anjos (1999), que estudou fala em João Pessoa; o de Monguilhott e Coelho (2002), para a falada Região Sul; dentre outras.

Concluindo, podemos dizer que o aprofundamento dos estudos acerca do PB, orientados sobretudo pelo modelo de análise sociolinguística, contribuiu para o delineamento de duas grandes linhas teóricas⁴⁶ que defendem diferentes teses acerca da formação histórica do PB:

- (1) Tese da ancianidade de nossa língua: corrente internalista que, calcados na “deriva secular”, defendem a hipótese que o português brasileiro é uma continuação do português quientista, com pequenas alterações.
- (2) Tese crioulistica: corrente que considera essencial o papel dos contatos linguísticos para sustentar a hipótese de que as características do português brasileiro decorrem de um período de falares crioulos ou semicrioulos de base africana. (NARO & SCHERRE; 2007, p.13).

Nosso trabalho orienta-se em consonância com a segunda tese, por acreditarmos que os falantes, particularmente os mais jovens, sob influência do processo de escolarização e redes de relações sociais, tendem à aquisição de uma variedade cada vez mais próxima da norma urbana padrão.

⁴⁶ Naro e Scherre(2007) citam uma terceira tese: a da emergência de uma nova gramática do português brasileiro, à partir do séc. XIX. Contudo, assim como os autores não se manifestaremos sobre esta tese por tratar-se de uma discussão surgida no seio da teoria gerativista-paramétrica.

4. O MÉTODO

Etimologicamente, o método constitui-se em todo esforço para se atingir um fim, uma pesquisa. As Ciências Sociais abordam o método em três vias: a primeira está relacionada ao caminho trilhado por um pesquisador para comprovar sua hipótese conforme exposição que vem de Port-Royal e Descartes; a segunda não se afasta muito da primeira, mas prioriza a técnica ou a experimentação, os chamados procedimentos metodológicos; a terceira via, completamente adaptada das Ciências da Vida, concentram-se na perspectiva da classificação. Hodiernamente, o método resumiria as três concepções históricas já que se tornou o conjunto de direções definidas e normatizadas para se empreender aquilo que os franceses chamam de “une opération de l’esprit”, como claramente expôs André Lalande (2006, p. 624-626),

No âmbito de nosso estudo, entenderemos o método como as etapas do trabalho por nós desenvolvido a fim de chegarmos às conclusões que apresentamos. Para tanto, será necessário descrever tais etapas e os agentes bem como as técnicas envolvidas nessa construção. Seguiremos os modelos propostos por Lucchesi (2000) e Silva (2005) para a elaboração dessa parte de nosso estudo.

4.1 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*: O TRABALHO DE CAMPO

As vinte e quatro entrevistas que constituem o *corpus* em análise foram feitas em Vitória da Conquista – BA, zona urbana, tendo cada entrevista a duração mínima de 40 ou 50 minutos, em locais familiares aos informantes, sendo do tipo Documentador – Informante e cinco do tipo Documentador (1) – Documentador (2) – Informante. Foram utilizados minigravadores digitais Coby CXR 190 e Olympus Vn – 500. Em três entrevistas, dada a situação peculiar, utilizou-se o recurso de gravação de voz de um Smart-phone. Todas as entrevistas foram repassadas para arquivos próprios e hoje fazem parte do acervo do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo e integram também o acervo do Projeto *Vertentes*, coordenado pelo professor Dante Lucchesi – UFBA.

4.1.1 A escolha dos informantes

Os informantes escolhidos foram indicados por associações de bairro e por núcleos de estudo do EJA, bem como órgãos públicos ligados à assistência social. Todos os informantes são residentes e domiciliados em Vitória da Conquista, a maioria é natural da cidade, no entanto, cinco chegaram à cidade quando crianças, mas permaneceram a maior parte de suas vidas no município, fazendo apenas

curtas viagens, graças ao desenvolvimento de malha rodoviária que ajudou a encurtar distâncias. Mesmo os informantes que viajaram, mantiveram em núcleo familiar, em visita a parentes próximos.

Foram escolhidos informantes que desenvolviam atividades laborais no município de Vitória da Conquista e que, de algum modo, estavam ligados por práticas religiosas e recreativas a grupos da cidade a fim de que os temas das conversações pudessem ser os mesmos relacionados ao cotidiano compartilhado.

Em relação à naturalidade dos pais dos informantes, devemos considerar que alguns vieram de outras regiões o que caracterizaria um estudo mais apurado e posterior sobre aqueles conquistenses que são filhos de migrantes que adotaram a região do Planalto de Conquista como lar.

Das 28 entrevistas, primeiramente realizadas, 06 foram excluídas já que os informantes não se encaixavam plenamente nos critérios elaborados para a constituição do presente *corpus*. Após selecionados os informantes, o quadro geral configurou-se da seguinte forma:

Quadro 4 – Informantes.

Informante	Sexo	Idade	Escolarização	Profissão
S.J. S.	F	33	4 anos	Diarista
G.N.B.	F	25	5 anos	Dona-de-casa
C.D. S	F	30	1 ano	Dona-de-casa
S.S.C	F	33	2 anos	Porteira
M.S.S.	M	26	2 anos	Ajudante de Pedreiro
R.T. N.	M	31	2 anos	Balconista
L.B.R	M	25	4 anos	Vendedor
J.S.R.	M	28	4 anos	Ajudante de Pedreiro
E.S.P.	F	38	5 anos	Manicure
S.C.	F	41	4 anos	Serviços Gerais
M.J. P.S.	F	50	2 anos	Serviços Gerais
E.S. B	F	45	2 anos	Doméstica
S.A.A.	M	37	5 anos	Guarda-noturno
E.P.S.	M	45	4 anos	Balconista

W.S.	M	41	2 anos	Soldador
J.C.S.	M	42	Analfabeto	Mecânico
E.L.C	F	69	Analfabeto	Aposentada
J.P.R	F	80	Analfabeto	Aposentada
Z.C.D.M	F	83	4 anos	Dona-de-casa
M.C.A.O.	F	75	3 anos	Dona-de-casa
E.F.O.	M	72	4 anos	Cabeleireiro
J.A.P	M	79	5 anos	Aposentado
E.J.R.	M	83	Analfabeto	Aposentado
A.R.A.	M	81	1 ano	Aposentado

Após a exclusão de algumas entrevistas, optamos por não agrupar os informantes pelos bairros que residiam, legando este critério a uma análise posterior. O quadro nos permitiu considerar as variáveis sociais: a) sexo; b) idade; c) escolaridade; e d) rede de relações - considerando as particularidades no desempenho de cada profissão, segundo o depoimento dos informantes.

4.2 AS ENTREVISTAS: O TRABALHO DE CAMPO

As gravações foram realizadas por bolsistas de Iniciação Científica, alunos do mestrado em linguística da UESB e membros do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Sociofuncionalismo, cabendo destaque ao trabalho de Lorena Oliveira e Gislene Almeida, as quais também foram responsáveis pela transcrição de grande parte do material.

No trabalho de coleta do *nossocorpus*, os grupos se dividiram em equipes que, após selecionaram os informantes, puderam coletar dados tanto do lado leste, quanto do lado oeste da cidade de Vitória da Conquista, dois extremos marcados pela separação histórica causada pela rodovia interestadual.

4.2.1 A caracterização das entrevistas

Embora as entrevistas possuíssem um roteiro prévio, privilegiou-se a improvisação, mudando-se de tema segundo a área de interesse de cada informante. Comumente, mais de um documentador participou das gravações, quer como simples assistente, quer como participante ativo das conversas.

As entrevistas foram feitas em salas de aula, em salas de visita do entrevistado e em associações de bairro. Nenhuma delas teve o caráter formal ou “laboratorial”.

4.2.2 Os temas das entrevistas

Em primeiro lugar, os informantes foram contatados previamente para ver se encaixavam no perfil desejado. No momento da entrevista, algumas perguntas identificadoras foram feitas do tipo: nome completo, filiação, profissão, nível de escolaridade, viagens, penetração dos meios de comunicação no ambiente doméstico.

Após essa etapa, passamos a discutir tópicos de conversação segundo o roteiro proposto por Silva (2005):

- a) Lembranças da infância (jogos, brincadeiras, amigos, vida doméstica);
- b) Juventude (relação com os amigos, festas, diversões);
- c) Escola (motivos de ir ou não ir à escola, colegas, professores);
- d) Família (pais, filhos, esposo/a, irmãos);
- e) Trabalho (escolha, ocupações, problemas da relação trabalhador-patrão);
- f) Doenças (casos com o próprio entrevistado/a e com alguém da família ou próximo);
- g) Morte (na família ou de amigos);
- h) Vizinhos (o meio doméstico e suas relações);
- i) Vida religiosa (contato com o ambiente devocional, as romarias);

4.3 O PROCESSAMENTO DOS DADOS

Após a execução das 28 entrevistas e da escolha das 24 que estavam em acordo com os critérios gerais para a constituição do *corpus*, passamos à audição e à transcrição dos áudios. A transcrição foi feita por bolsistas de IC-FAPESB do curso de Letras Modernas da UESB, devidamente instruídos com base na *Proposta de Chave de Transcrição* elaborada pelo coordenador do Projeto Vertentes o professor Dante Lucchesi.

4.3.1 A transcrição: critérios

Com base no estudo realizado por Silva (2005), optamos pela transcrição grafemática; no entanto, por tratarmos de um estudo morfofossintático, algumas características gerais da língua portuguesa

do Brasil, mesmo que não estivessem em acordo com a norma gramatical vigente, não foram destacadas.

Na transcrição das fitas, foram desprezados alguns fatos linguísticos como:

- a) a elevação das vogais médias em posição átona final;
- b) a ditongação antes de consoante constrictiva implosiva;
- c) a palatalização do /t/ e /d/, antes de vogal palatal;
- d) a epêntese da vogal alta que desfaz o travamento do grupo consonântico;
- e) a vocalização da consoante lateral pós-vocálica.

4.4. O LEVANTAMENTO DOS DADOS

Como comentam Guy e Zilles (2007), qualquer análise quantitativa perpassa por 03 fases distintas que poderiam ser resumidas em:

- i) coleta de dados;*
- ii) redução e apresentação de dados;*
- iii) interpretação e explicação de dados. (GUY & ZILLES, 2007, p.20)*

Após a coleta dos dados, procuramos investigar fatores linguísticos e extralinguísticos condicionariam a presença da marca de plural no sintagma verbal no que tange à terceira pessoa do plural. Para tantos algumas estruturas específicas foram descartadas, tal qual fez Silva (2005)

- a) Foram desconsideradas situações em que ocorre a indeterminação do sujeito, a saber, nos casos em que verbos ditos intransitivos e transitivos indiretos aparecem seguidos da partícula *se*, definida como ‘partícula de indeterminação do sujeito’. Incluímos nesse caso, também, a indeterminação do sujeito que se faz como uma referência geral, impossibilitando-nos de identificar quem realmente seja o sujeito;
- b) Resolvemos excluir ocorrências em que o verbo *ser* pode concordar tanto com o sujeito quanto como predicativo;
- c) Só consideramos, como Silva (2005), os casos de sujeito não-realizado, quando nos foi possível recuperar o seu referente, quer na fala do documentador, quer na fala do entrevistado;
- d) As formas verbais cujo plural e singular são apenas distintas pela acentuação gráfica, como no caso de *tem/têm* e *vem/vêm* e seus derivados não foram consideradas;
- e) Os casos relacionados ao infinitivo flexionado não foram considerados.

Atentando para presença a marca de flexão de P6 no sintagma verbal, também foram descartadas as ocorrências de orações com sujeito “vocês/océis”, a exemplo “océis falaram bunito”. A fim de darmos um tratamento mais consistente às ocorrências encontradas na fala dos informantes, além destes critérios mais gerais, outros específicos foram adotados na observação de cada variável e serão expostos nas subseções à seguir, 4.6 e 4.7, onde detalharemos as variáveis linguísticas e sociais consideradas em nossa pesquisa.

Com propósito de aferir quais fatores linguísticos e sociais estariam motivando o baixo índice de aplicação da regra de CV em P6, as ocorrências foram codificadas também seguindo a *Proposta de Chave de Transcrição* elaborada pelo coordenador do Projeto Vertentes o professor Dante Lucchesi (2012, inédita) de modo que o peso relativo de cada variável pudesse ser analisado pelo programa de quantificação estatística *GoldVarb 3.0b3*.

A escolha do *GoldVarb 3.0b3* se deu, além motivo de o programa rodar no ambiente Windows, superando antigas limitações *Varbrul* do ser mais prático e interativo. Contudo, o procedimento para a codificação das variáveis independentes não se difere em muito do *Varbrul*⁴⁷, como veremos à seguir.

Após a audição das ocorrências, e revisão das transcrições, os critérios pré-estabelecidos possibilitaram a identificação das ocorrências, da variável dependente, gerando o nosso arquivo de ocorrências. Conforme Guy e Zilles(2007, p.122), “o arquivo de ocorrências reúne dados que vão ser analisados de maneira que, a cada dado, corresponderá uma cadeia de códigos previamente estabelecidos pelo pesquisador”.

Os códigos só na verdade símbolos que inter-relacionando-se em linhas e colunas criarão uma linguagem para que o programa *GoldVarb* possa operar os cálculos estatísticos. O programa com trabalha como a noção de células e grupos de fatores. Sobre os símbolos, Naro e Scherre(2007, p.155) comentam que o pesquisador deve escolher apenas um para cada um dos fatores das variáveis, podendo estes símbolos ser simplesmente os caracteres disponíveis em no teclado do computador: Ex. números(0 a 9), @, #, \$, %, &, *, !, ?, [, ^, -, +, =, |, <>, todas as letras maiúsculas, todas as letras minúsculas, etc.

Qualquer caractere pode ser utilizado como símbolo com exceto o ponto final (“.”), barra inclinada para a direita(“/”), abre parênteses (“(“), fecha parênteses (“)”) e o espaço em branco, que possuem um significado especial para o programa(NARO & SCHERRE, 2007, p.155).

⁴⁷ Ver sobre operação do Varbrul no texto “*Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul*”(NARO & SCHERRE, 2007)

Seguindo a *Proposta de Chave de Transcrição* elaborada pelo coordenador do Projeto Vertentes o professor Dante Lucchesi (2012, inédita), estabelecemos a seguinte tabela de códigos para que cada variável pudesse ser analisado pelo programa de quantificação estatística *GoldVarb 3.0b3*:

Tabela 3 – Grupo de Fatores.

Grupos de Fatores:	Códigos:
1 - Concordância verbal em P6.	(+) – Aplicação da regra
	(-) – Não aplicação da regra
2 - Realização e posição do sujeito.	(A) – Sujeito imediatamente anteposto ao verbo
	(a) – Suj. anteposto com um ou mais constituintes intervenientes
	(Q) – Suj. anteposto ao verbo com uma relativa
	(q) – Suj. retomado por um pronome relativo
	(S) – Suj. anteposto ao verbo com SPPrep
	(o) – Suj. referencial não realizado
	(P) – Suj. imediatamente posposto
	(p) – Suj. posposto com um ou mais constituintes intervenientes
	(X) – Suj. posposto ao verbo “ser”
3 - Concordância nominal no SN Sujeito .	(C) – SN com concordância
	(c) – SN sem concordância
4 - Indicação de plural no SN sujeito	(m) – mórfica
	(n) – com numeral
	(l) – lexical
	(q) – com quantificador
	(d) – mórfica e lexical ou mórfica, com quantificador e lexical
	(c) – sujeito composto
5 - Caracterização semântica do Sujeito -	(H) – [+Humano]
	(h) – [-Humano]
6 - Tempos do Verbo	(A) – Presente do Indicativo
	(B) – Pretérito perfeito
	(C) – Pretérito imperfeito
	(D) – Pretérito mais que perfeito
	(E) – Futuro do presente
	(F) – Futuro do pretérito
	(G) – Futuro perifrástico
	(H) – Presente do subjuntivo
	(I) – Pretérito imperfeito do subjuntivo
	(J) – Futuro simples do subjuntivo
7 - Tipos de Verbo	(t) – transitivo
	(m) – locativo
	(i) – intransitivo

	(n) – inacusativo
	(g) – de ligação
	(x) – auxiliar
	(p) – voz passiva
	(d) – modal, aspectual e leves
	(r) – intransitivo com sujeito paciente e ergativo
8 - Saliência fônica	(1) – nasalização sem envolver qualidade
	(2) – nasalização com mudança de qualidade
	(3) – acréscimo de segmento no plural
	(4) – ditongação e/ou mudança na qualidade
	(5) – acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade
	(6) – acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa
09 - Relação núcleo do SN sujeito e verbo	(*) – Núcleo adjacente com marca de plural
	([] – Núcleo adjacente sem marca de plural
	(&) – Último constituinte do SN com marca de plural
	(E) – Sujeito pronome eles
	(D) – Det. ou modificador pré-nominal com marca de plural
	(d) – Det. ou modificador pré-nominal sem marca de plural
	(N) – Numeral
	(T) – Sujeito terminado por tudo
	(t) – sujeito terminado pela palavra “todos/as”
10- Faixa etária	(1) – 25 a 34 anos
	(2) – 45 a 55 anos
	(3) – mais de 65 anos
11 – Sexo	(M) – masculino
	(F) – feminino
12 - Nível de escolaridade	(@) – 0 a 2 anos de estudos
	(\$) – 3 a 5 anos de estudos
13 – Rede de relações sociais	(R) – alta rede de relações
	(r) – baixa rede de relações

Como pode ser observado natabela acima, em nossa análise o programa analisou 13 grupos de fatores, cada grupo contendo subfatores(variáveis explanatórias) que totalizaram 55 variáveis. O quadro abaixo ilustra a utilização dos códigos:

Quadro 5 – Utilização de Códigos.

Código:	Ocorrência do corpus:
----------------	------------------------------

(-ACmHAg2*2M@R (-SCmHCg2T1F\$r	“as crianças já começa pequena né” (PPUVC-16) “as sobrinhas de Euza era tudo minhas amiga” (PPUVC-01)
-----------------------------------	---

Após levantamento dos dados foram encontradas 1055 ocorrências, todas codificadas conforme exemplo do Quadro 7. Rodados os códigos no programa, o *GoldVarb* 3.0b3 apontou os *knockouts*, erros de verificação grosseiros, ocasionados por fatores que não apresentaram variação binária, indicando quais variáveis poderiam ser eliminadas ou amalgamadas e selecionou, dentro de 782 células, e 55 fatores (13 grupos de fatores).

Quanto à aplicação da regra de CV em P6, a análise das ocorrências forneceu o seguinte quadro geral:

Quadro 8 - Aplicação da regra de CV em P6.

Total das Ocorrências	Aplicação da regra em P6	Não-aplicação da regra
1055	17.2% (181/1055)	82.8% (874/1055)

A interpretação e explicação de dados com auxílio da ferramenta *GoldVarb* 3.0b3 será apresentada mais à seguir na seção 5.0 destinada à apresentação da análise dos dados.

A seguir, focaremos na descrição das variáveis consideradas relevantes em para análise após os primeiros critérios adotados na redução e apresentação dos dados.

4.5 AS VARIÁVEIS LINGUISTICAS.

Na explanação dos pressupostos para uma nova teoria da mudança, Weinreich, Labov e Herzog (2006) salientam que não se pode esboçar teorias preditivas sobre dada língua sem se “aprender a ver” essa língua. Sobre essa afirmação dos autores, Paiva e Duarte (2009, p. 134) reconhecem que “aprender a ver a língua” seria, antes de tudo, reconhecer a natureza e amplitude da variação dentro do próprio sistema.

A tese da heterogeneidade ordenada e sistemática defende que, nos fenômenos que sustentam a permanência de variantes dentro de uma língua, a variação pode se respaldar por relações verificadas em todos os níveis linguísticos das línguas naturais (fonético, morfológico, sintático e semântico), o

que não exclui a existência de regras categóricas. Na busca de compreender como as forças que regem a motivação interna influenciam a aplicação da regra de concordância na terceira pessoa do plural ou P6, selecionamos oito variáveis linguísticas que comportam os subgrupos de fatores que explicitaremos a seguir.

4.5.1 A realização e posição do sujeito

Estudos anteriores demonstraram que a posição do sujeito na ordem da oração compõe um dos grupos de fatores importantes que podem condicionar ou influenciar a aplicação da regra de concordância verbal em P6.

Apesar das ocorrências de sujeitos antepostos⁴⁸ ao verbo serem predominantes no atual estágio do português brasileiro, não é incomum, ainda hoje, a utilização de construções com a denominada *ordem inversa* (BECHARA, 2006, p.584). Quanto aos fatores que envolvem a questão, assim como Silva (2005), julgamos oportuno tratar não separadamente as duas variáveis: a) “realização do sujeito” (por intermédio de uma expressão referencial livre, ou um pronome pessoal) e; b) “posição do sujeito”⁴⁹ (sujeito posposto ou anteposto ao verbo), pois, como afirma Silva em sua tese (2008, p.159): “a posição que o sujeito ocupa na oração depende da sua realização na estrutura frasal”. Assim, inter-relacionadas pela lógica, a primeira questão exclui ou acarreta a segunda.

Contudo, Silva (2005) julga oportuno verificar se a realização ou não-realização do sujeito influenciaria a aplicação da regra de concordância, lembrando que mesmo em casos de não-realização do sujeito o falante geralmente retoma, na composição do seu ato de fala, uma realização anterior, sua ou de outrem. Porém, por questões metodológicas, a recuperação do sujeito não-realizado só será permitida nas situações em que o sujeito possuir uma referência definida, recuperável na fala do documentador ou do entrevistado(2005, p.159).

Quanto à colocação do sujeito, a análise realizada por Naro (1981)⁵⁰ verificou que tal variável posicional influenciaria a aplicação da regra de concordância em maior probabilidade (peso .71) nos casos em do sujeito imediatamente anteposto, sendo a regra menos aplicada em casos de sujeito posposto ao verbo (peso .24). Além disso, em sua pesquisa, Naro (1981) percebeu que a quantidade de

⁴⁸ Estudos realizados por Galves (2002) sobre a ordem do sujeito em textos literários do português produzidos entre os séculos XV ao XVII demonstraram que a inversão na ordem do sujeito, predominando o uso do sujeito anteposto ao verbo, só irá se consolidar nas duas gramáticas, brasileiro e europeu, a partir do séc. XVII nos sermões de Antônio Vieira.

⁴⁹ Monguilhott (2001, p. 35) e Vieira (1997 p. 49-50), por exemplo, optam por considerar a posição e o tipo de sujeito como fatores linguísticos distintos, ou, ainda, tratar de posição do sujeito e de sua distância entre o núcleo do SN e o verbo como fatores à parte.

⁵⁰ Em *corpus* subsidiado pelo MOBREAL composto por falantes semianalfabetos do Rio de Janeiro.

“material interveniente”, separando o sujeito do verbo, também exercia influencia sobre a aplicação da regra.

Igualmente, classificaremos a posição do sujeito considerando, também, o distanciamento ocasionado pela presença de estruturas linguísticas que possam se situar entre o sujeito e o verbo, ou seja, o “material interveniente” entre o núcleo do sujeito e o do predicado. Nessa linha, nomearemos os sujeitos realizados como; “imediatamente anteposto” ou “imediatamente posposto verbo” e a “ante-posição não imediata”, isto é, uma anteposição em que interviessem um ou mais constituintes⁵¹.

Outro fator considerado nesse subgrupo de fatores seria a atuação do pronome relativo na aplicação da regra de concordância verbal. Ainda seguindo Silva (2005) optamos por separá-lo dos casos de sujeito anteposto, hipotetizando que pronome relativo inibisse a concordância.

Sintetizando, temos dentro dessa variável os seguintes subgrupos de fatores a serem analisados nos casos de sujeito realizado:

- a) sujeito imediatamente anteposto ao verbo:
Ex: “só **homié** quatu”(PPVC-16);
- b) sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes:
Ex: “**eles** realmente **precisa0** também” (PPVC-04);
- c) Sujeito anteposto ao verbo com uma relativa:
Ex: “pessoas honestas **que trabalhasabe** o valor” (PPVC-11);
- d) sujeito retomado por um pronome relativo:
Ex: “pessoas **quesão** de fora” (PPVC-08);
- e) Sujeito anteposto ao verbo com SPprep:
Ex: “as brincadeira **da minha épocaera** essa” (PPVC-10);
- f) sujeito referencial não-realizado:
Ex: "**Trabalhava** na roça também” (os pais) (PPVC-08);
- g) sujeito imediatamente posposto:
Ex: "morreu um, **fico0sete**" (PPVC-18);
- h) sujeito posposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes:

⁵¹ Vieira (1997), Oliveira e Silva (2002) e Monguilhott (2001) na análise do “material interveniente” usam o número de sílabas, a partir da definição canônica de sílaba (SILVA, 2005), para a classificação das ocorrências. “MONGUILHOTT considera 08 níveis (de zero a oito sílabas) e VIEIRA seis (zero, uma, duas, três e quatro, cinco e seis, mais de 06).” (SILVA 2005, p. 159). Como em Silva, preferimos usar uma classificação binária: “imediatamente posposto”, contrastando com “com um ou mais constituintes intervenientes”.

Ex: “morava uma base de umas **dez pessoas** lá” (PPVC-21);

- i) Sujeito posposto ao verbo “ser” sem constituintes anteriores:

Ex: “já **era** todos trêys casado” (PPVC-22).

Nos casos de “sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes”, não foram considerados como elementos intervenientes, quando sozinhos entre o sujeito e o verbo: o clítico; e advérbios monossilábicos como o operador de negação “não”, “só”, “já”, etc.

Em casos de “Sujeito anteposto ao verbo com SPprep”, a presença do morfema de 3ª pessoa do plural só foi considerada para análise quando não havia material interveniente entre o SPprep e o verbo, sendo o SPprep imediatamente anteposto ao verbo.

4.5.2 A concordância nominal no sujeito

Como define Silva (2005, p.160) “entendemos por concordância a ‘solidariedade’ entre duas estruturas linguísticas” que, não diferente da solidariedade entre sujeito e verbo, pode ser observada também na relação entre o núcleo do sujeito e seus determinantes. Lucchesi (2000, p.143) chama a atenção para a maior possibilidade de aplicação da regra de Concordância Verbal (CV) em casos nos quais ocorre concordância dentro do Sintagma Nominal (SN) que constitui o sujeito, num princípio denominado “Coesão Estrutural”.

Para fins de nossa pesquisa, não desconsiderando o princípio da Coesão Estrutural que prega que a concordância nominal pode acarretar a concordância verbal, ponderaremos as seguintes possibilidades: SN com concordância e SN sem concordância.

Entendemos como SN com concordância as ocorrências em que a marca de plural tanto aparece no núcleo do SN como nos elementos a ele adjuntos. Em oposição, consideramos como SN sem concordância as ocorrências em que o determinante e o núcleo estão com uma marcação de número diferente.

Vieira (1997, p. 52) e Monguilhott (2001, p. 35), também, investigaram a concordância nominal no sujeito. Vieira tratou-o em termos de “paralelismo no nível clausal”, partindo do princípio de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. Monguilhott chamou-o, assim como Isabel Oliveira (2001), de “paralelismo formal”, objetivando verificar se a presença da forma de plural explícita ou de plural zero poderiam influenciar a aplicação da regra de concordância. Graciosa (1991) tratou da questão denominando o fenômeno como “paralelismo linguístico”. Souza (2009), analisando o *corpus*

do português popular falado em Salvador⁵², considera relevante a concordância nominal SN, já que os resultados da análise dos dados demonstraram que “quando um falante aplica a regra de concordância nominal dentro do sujeito, há uma probabilidade muito grande de que ele também o faça na forma verbal⁵³ (SOUZA, 2009, p.155). Eis alguns exemplos extraídos em nosso *corpus*:

a) SN com concordância:

"os professoressão tudo pessoa gente boa" (PPVC-05)

b) SN sem concordância:

"as nota dele é de oito, de nove, de deys" (PPVC-03)

Para tanto, foram considerados apenas os casos em que havia a possibilidade de concordância e não-concordância no SN. Assim eliminamos no controle destas variáveis orações com sujeitos formados por pronomes (eles, todos, muitos, etc.), numerais(dois, três, etc.), pronomes+numerais (eles dois) e por substantivo coletivo com marca de plural (**Os povo** lá é bem inteligente” PPVC-19).

⁵² Souza analisa os *corpora* do PEPP/SSA (Programa de Estudos do Português Popular falado em Salvador e inquéritos extraídos do programa NURC-SSA (Norman Urbana Culta de Salvador) em sua tese de doutorado/2009.

⁵³ Na quantificação dos dados Souza (2009, p. 154) encontrou, para aplicação da regra mediante influência da concordância no SN, os pesos relativos 0.63 em SN com concordância contra 0.35 para SN sem concordância.

4.5.3 A caracterização semântica do sujeito

Outro fator não menos importante a ser considerado no âmbito de nossa pesquisa é a verificação se na caracterização semântica do sujeito os traços [+ humano] e [-humano]⁵⁴ poderiam favorecer a aplicação da regra de concordância.

A hipótese de Silva (2005) é de que “o traço [+ humano] deva favorecer a concordância em detrimento do traço [- humano], já que, sendo o sujeito da oração uma pessoa, o falante deve correlacioná-lo ao verbo e à pessoa por ele indicada.”. Vejamos alguns exemplos tirados do *corpus*.

- a) Traço [+ humano]:

"os **alunos** fica mais à vontade" (PPVC-13);

- b) Traço [- humano]:

"as **camaera** de vara" (PPVC-03)

Os traços [+ humano] e [- humano] não foram considerados em casos de “sujeito referencial não realizado” (ver seção 3.4.1).

4.5.4 A indicação plural no sujeito

Do ponto de vista morfológico, é indiscutível que em português a oposição singular/plural faz-se com o acréscimo do morfema –s à forma singular, havendo em alguns casos alomorfas. No entanto, do ponto de vista da morfossintaxe do português, algumas estratégias comuns ao uso popular podem ser observadas⁵⁵. Nosso objetivo foi verificar qual das estratégias de indicação de plural mais favoreceria a aplicação da regra de concordância. Dessa forma, a oposição singular/plural pode se realizar, no nosso entender, de quatro formas:

- a) Com indicação mórfica da flexão de número/plural: fundamenta-se no acréscimo do morfema –s como indicador de plural, quer ocorra em todos os elementos constituintes do sujeito quer

⁵⁴ Vieira (1997, p. 54) acrescentou a essa variável o traço [+/- concreto], e trata a questão por “animacidade” do sujeito. Paiva e Duarte (2009, p.138) também defendem, no caso da terceira pessoa, a possibilidade de um “meio termo” com classificação em sujeito [+/- humano] e sujeito [+/- animado].

⁵⁵ Como Silva (2005), achamos conveniente expor tais estratégias reafirmando que “as outras formas de indicação da ideia de plural no português popular do Brasil não podem ser consideradas outras formas de concordância, já que a concordância, aqui definida como solidariedade, pressupõe a harmonia entre dois elementos.” (p. 161).

- apareça apenas em um deles como o determinante base (artigo): “**os alunos** fica mais à vontade” (PPVC-13)
- b) Com plural indicado pela presença de um numeral - refere-se à possibilidade de pluralização por meio de um numeral adjunto ao sujeito: “**Seis irmãos** que vieram junto comigo” (PPVC-19)
- c) Pelo valor semântico do item lexical: refere-se ao fato de verificarmos que certos coletivos tendem a levar ao plural o verbo, no português popular, gerando concordâncias do tipo: “**o pessoal** de primeiro não ligava muito” (PPVC-13)
- d) Presença de um quantificador, seja de natureza paradigmática (muitos, vários, todos, tudo, etc) seja sintagmática (expressão como “a maior parte de”, “todo mundo”, etc.) - esse fator pode ser reconhecido como um corolário da “coesão estrutural”: “os político **tudo** são igual” (PPUVC-24)
- e) Mórfrica e lexical (marcação dobrada) ou mórfrica + quantificador + lexical (marcação tripla): “**Os povo** lá é bem inteligente” (PPVC-19)
- f) Sujeito composto: “tava lá em Maiquinique **ela, pai, e um irmão**” (PPVC-10)

4.5.5 O tempo verbal

Como a concordância é expressa morfo-foneticamente na flexão verbal, o domínio da variável “tempo verbal” está diretamente relacionada à análise que empreendemos. Temos então para tal análise relação entre três elementos linguísticos: flexão de tempo, saliência fônica e concordância. Como o modo imperativo⁵⁶ não possui formas próprias⁵⁷, consideraremos os seguintes tempos verbais: 1) do

⁵⁶ Marta Scherre (2002), avaliando a variação no uso do imperativo, comenta que no português falado no Brasil é evidente o desuso da segunda pessoa, chegando a afirmar que 90% dos enunciados imperativos são expressos pelas formas associadas ao modo indicativo, sem correlação evidente com o pronome *tu* (SCHERRE, 2002, p.222)

⁵⁷ Segundo os gramáticos Cunha e Cintra (1985) o modo imperativo é formado por formas “emprestadas” dos modos indicativo e subjuntivo, possuindo formas próprias (sem o “s”) apenas para as segundas pessoas do singular. Como por questões metodológicas não colocaremos a 2ª pessoa em análise, descartaremos esse modo.

modo indicativo: o presente, o pretérito perfeito, o pretérito imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito composto, o futuro do presente, o futuro do pretérito, o futuro perifrástico; 2) do modo subjuntivo, foram destacados: o presente do subjuntivo⁵⁸, o pretérito imperfeito e o futuro.

Contudo, vale ressaltar que algumas flexões características de certos tempos verbais vêm sendo substituídas no português falado por construções perifrásticas (que além da construção verbo auxiliar+forma nominal poderíamos incluir outras formas analíticas de expressão do tempo).

Silva (2005) percebeu na análise de seu *corpus* que a tradição gramatical presente no desempenho linguístico de seus informantes limitava a utilização de alguns tempos. De fato, após a análise das ocorrências alguns tempos verbais foram descartados por apresentarem frequências pouco expressivas de realização, mas, como no caso das demais variáveis, apresentaremos por hora todos os tempos que foram considerados no momento da codificação, deixando nossas considerações e explicações acerca dos tempos eliminados e amalgamados para a seção da Análise dos Dados. Na observação das ocorrências foram considerados inicialmente os respectivos tempos verbais:

a) Presente do indicativo:

Ex. “**as** pesoa é muito agressiva” (PPVC-16);

b) Pretérito perfeito do indicativo:

Ex. “**Eles**ofereceu” (PPVC-01)

c) Pretérito imperfeito do indicativo:

Ex. “**Ele**estava se separano” (PPVC-01)

d) Futuro do pretérito:

Ex. “**os** primofalaria pra eu” (PPVC-09)

e) Futuro perifrástico:

Ex. “Vai ficar lá (as netas)” (PPVC-19)

f) Presente do subjuntivo:

Ex. “os pessoal espera que **eles**ajude0” (PPVC-07)

g) Pretérito imperfeito do subjuntivo:

Ex. “como si fosse duas pessoa inimiga dente casa” (PPVC-)

h) Futuro do subjuntivo:

Ex. “quano **eles**ficá junto” (PPVC-11)

⁵⁸ No *corpus*, não encontramos exemplo de forma verbal de terceira do plural que estivesse no presente do subjuntivo.

Ressaltamos que alguns tempos não foram registrados dadas as limitações na competência linguística dos informantes, e que as formas de infinitivo flexionado não foram consideradas, sendo descartadas da análise da variável tempo verbal.

4.5.6 Tipos de verbos

Como sendo o verbo um termo essencial da oração, base geral das relações sintáticas, e dada a sua importância dentro da língua, e indispensável verificar se pressão interna gerada pela carga semântico-funcional do verbo pode, ou não, determinar maior ou menor presença de marcas formais de plural na terceira pessoa (cf. SILVA, 2008; GRACIOSA, 2001). Visando medirmos a importância do tipo do verbo na aplicação da regra de concordância, consideramos inicialmente os seguintes casos:

a) Verbos transitivos:

Ex. “**Eles**joga bola” (PPVC-20)

b) Verbos intransitivos;

Ex. “**os mininos**saiu” (PPVC-24)

c) Verbos de ligação;

d) Ex. “**os filho** não é igual antigamente” (PPVC-14)

e) Verbos modais⁵⁹, aspectuais (*continuar a fazer, acabar fazendo, “chega fala assim”*) e leves (“dar risada”, “fazer esforço”, “eles deram um beijo”):

Ex. “**Eles** tudo pode” (PPVC-13)

f) Verbos locativos (ir, chegar, sair, entrar, morar, etc.);

Ex. “moram aqui comigo (as filhas)” (PPVC-05)

g) Verbo Auxiliar⁶⁰ (locuções e tempos compostos: *ser, estar, haver, ter e ir*);

Ex. “**os homevã**o pegano as coisas” (PPVC-11)

h) Verbos inacusativos;

Ex. “**as comida**acabou tudo” (PPVC-13)

⁵⁹ Entendemos como modais, os verbos “ter”, “dever”, “haver” e “poder” quando auxiliam outros verbos na expressão de necessidade, possibilidade e contingência, conforme Mateus e coautoras (1989, p. 109).

⁶⁰ Não fizemos como Vieira (1997, p. 75) que preferiu dividir os auxiliares em dois grupos: um ativo e outro passivo.

- i) Verbos transitivos com sujeito paciente(1) e verbos ergativos.(2)

Ex. “Os irmãodetiriorô da duença” (PPVC-06)

Seguindo orientação de Lucchesi, em todos os casos de locuções e tempos compostos prevaleceu a classificação dos verbos como auxiliares. Além disso, na análise dos verbos de ligação observamos a forma singular/plural do predicativo.

4.5.7 A saliência fônica

Pela importância que a saliência fônica demonstrou em pesquisas anteriores sobre a concordância verbal, dedicaremos a esse item uma maior atenção agora em nossa descrição das variáveis. O termo “saliência fônica” foi apresentado pela primeira vez em 1963, por Labov, em seus estudos sobre comunidade de fala da Ilha de Martha’s Vineyard, condado de Dukes Massachusetts, comunidade complexa composta por ingleses, imigrantes portugueses (de Açores, Madeira e Cabo Verde) e indígenas (LABOV, 1983, p. 33). Labov observou que, na ilha de Vineyard, a frequente centralização da vogal nos ditongos /ay/ e /aw/ constituía-se um fenômeno saliente para os linguistas, mas não para os falantes, estes últimos imunes à distorção consciente da fala espontânea (LABOV, 2008, p. 29-30).

Vemos que o rudimento de tal princípio por Labov demonstra o quanto, em suas origens, o modelo metodológico-teórico da Sociolinguística não se desvincula totalmente da longa tradição iniciada com os estudos histórico-comparativos. As primeiras pesquisas sociolinguísticas privilegiam questões relacionadas à mudança sonora, revisitando teorias como a da “economia psicofísica da utilização simétrica dos traços distintivos”⁶¹ (WEINREICH, LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 79). Contudo, da mesma maneira que Labov, veremos que a análise da saliência fônica não envolve apenas questões fonológicas, mas também, diretamente, aspectos morfológicos como o ambiente segmental⁶² (SILVA, 2008).

No Brasil, desde a pesquisa realizada por Naro e Lemle (1977)⁶³, que contemplava nessa comunidade a escala de saliência fonética da oposição singular/plural, a saliência fônica vem sendo controlada em pesquisas que tratam da concordância verbal quer no português culto quer no popular⁶⁴.

⁶¹ Tomada muitas vezes em explanações neogramáticas como “Lei do menor esforço”.

⁶² Como na pesquisa em Vineyard, Labov considerou a variação entre: a fala espontânea; a fala emocionalmente carregada; a fala monitorada; e a fala no estilo da leitura, o autor acrescenta em sua pesquisa critérios como “a influência estilística”, “fatores prosódicos”, e “considerações lexicais”. Tais fatores não serão considerados pela distinção de nosso objetivo.

⁶³ Pesquisa realizada sobre a concordância verbal na fala de informantes fluminenses analfabetos do Projeto Competência Básica do Português.

Segundo Silva (2005), o princípio da saliência fônica postula que:

[...] formas mais perceptíveis são mais prováveis de serem marcadas do que formas menos salientes, podemos afirmar que a concordância entre sujeito e predicado tende a ocorrer em situações em que as diferenças entre o singular e o plural sejam mais perceptíveis (SILVA, 2005, p. 186).

A influência da saliência fônica situa-se pelo nível de valor que os traços distintivos, que marcam ou não a oposição semântica de formas sonoras distintas. Quanto mais a forma for perceptível aos falantes, mais saliente ela será e quanto mais saliente mais resistente à mudança.

Tal princípio supõe que no processo de flexão verbal as formas marcadas (ou mais salientes) tendem a favorecer a aplicação da regra de concordância e formas menos marcadas (ou menos salientes) tendem a desfavorecer a aplicação (SILVA, 2005).

Para observar a questão, da mesma maneira que Naro (1980), classificaremos o nível de saliência dos verbos com base em dois critérios: o da força da acentuação e a da diferenciação do material fonológico e morfológico envolvido (SILVA, 2003, 2005). A escolha de tais critérios nos permitiu contemplar a saliência em nove níveis, divididos em dois grupos: verbos em que a marca de flexão encontra-se em sílaba não acentuada (átona) e verbos em que a marca de flexão encontra-se em sílaba acentuada. Seguindo sugestão de Lucchesi, amalgamamos alguns níveis considerados por Silva (2008)⁶⁵, de modo que a organização dos dois grupos de saliência fônica configurou-se da seguinte forma:

⁶⁴ Naro (1981) e Guy (1989) vão empregar a saliência fônica para explicar a perda progressiva das marcas de plural nos verbos e a aquisição progressiva das marcas de plural nos verbos, respectivamente.

⁶⁵ Silva (2003, p. 91-92; 2008, p.165-166) considerou 09 níveis de saliência fônica.

Figura 5 -Grupos de saliência fônica.

Fora da sílaba tônica	(1) Nasalização sem envolver qualidade (<i>conhece/conhecem, consegue/conseguem, sabe/sabem</i>) → 3ª pessoa do singular termina em “e”
	(2) Nasalização com mudança de qualidade (<i>ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam</i>) → 3ª pessoa do singular termina em “a”
	(3) Acréscimo de segmento no plural (<i>diz/dizem, quer/querem, sai/saem, vê/vêem</i>) → acréscimo silábico
Dentro da sílaba tônica	(4) Ditongação e/ou mudança na qualidade (<i>tá/tão, vai/vão</i>)
	(5) Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade (<i>bateu/bateram, viu/viram, foi/foram, disse/disseram</i>)
	(6) Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa (<i>veio/vieram, é/são,</i>)

Fonte: “Proposta de Chave de Transcrição”(LUCCHESI,2012, Inédito)

Foram considerados como fenômenos de aplicação da regra de CV em P6 os metaplasmos ocasionados pelo alçamento da vogal nasal pós-tônica no nível 05 e 06 de saliência fônica: Ex.”vieru”, “pegaru”, “falaru”, etc.

4.5.8 Presença de marcas de plural adjacentes ao verbo⁶⁶

Por fim, acrescentamos esta variável que mede a presença ou ausência de marcas de plural no último elemento adjacente ao verbo o, no caso o SN sujeito, buscando aferir o quanto, nesse elemento,

⁶⁶ A essa variável Naro e Scherre denominam de “paralelismo oracional das marcas do sujeito ”(NARO; SCHERRE, 2008, p.163)

a presença de uma marca explícita de plural pode ou não favorecer a aplicação da regra de concordância verbal. Sobre essa variável, Silva comenta que:

A presença de uma marca de plural no último elemento do SN sujeito pode até subverter a regra de concordância, nos casos em que esse elemento não é o núcleo, e o núcleo está no singular. Esse fato é relativamente frequente entre os falantes escolarizados, em cuja fala uma frase do tipo – Mesmo o caso dos altos dirigentes *foram* investigados. – não seria surpreendente. O contrário também pode ocorrer, como na frase: Os filhos do meu vizinho *brinca* muito com o meu filho. (SILVA, 2008, p.168)

Com fim de analisar a dimensão desse fator, elencamos as seguintes construções sintáticas a serem quantificadas quanto à composição do SN sujeito:

- a) Núcleo do SN adjacente ao verbo com marca de plural: "**as pessoastá** mais moderna" (PPVC-16);
- b) Núcleo do SN adjacente ao verbo sem marca de plural: "**os meninoera** maior do que a gente" (PPVC-16)
- c) Último constituinte do SN sem marca de plural: "as brincadeira **da genteera** boa" (PPVC-14)
- d) Último constituinte do SN com marca de plural: "as coisa **das pessoasacaba** na rua"(PPVC-15)
- e) Numeral: "os **quato** é dela" (PPVC-03)
- f) Sujeito terminado por tudo: "**Meus avô tudoera** pobre"(PPVC-23)
- g) Sujeito terminado por todos/todas: "**Elas todassão** formad0" (PPVC-19)
- h) Sujeito representado pelo pronome *Ele* e suas variantes no uso popular (*eis, es*): "Depois eles foram crescono" (PPVC-23)
- i) Determinante ou modificador pré-nominal com marca de plural: "Meus menino0 adoeceu" (PPVC-12)
- j) Determinante ou modificador pré-nominal sem marca de plural: "as filha **dela fala**" (PPVC-19)

A observação das marcas de plural no último constituinte do SN sujeito só foi realizada em casos de: 1) sujeitos imediatamente anteposto ao verbo; 2) anteposto ao verbo com uma relativa; 3) sujeito anteposto ao verbo com SPprep. Não foram consideradas as orações onde o SN sujeito terminava em palavra que não se flexionava: Ex. "As moça **daí** não veste direito"

4.6 VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

Como já mencionado, aparentemente realidade caótica e aleatória, que configura a heterogeneidade das línguas naturais, só pode ser organizada quando consideradas, além dos fenômenos inerentemente internos ao sistema, a presença das variáveis externas/sociais, ou, em outros termos: fatores não-linguísticos, extralinguísticos.

De acordo com Mollica (2007, p.27), as variáveis externas registram, além dos marcadores regionais, os indicadores de estratificação estilístico-social. De maneira que “a variação projeta-se num contínuo em que se podem descrever tendências de uso linguístico de comunidades de fala caracterizadas diferentemente quanto ao perfil sociolinguístico”.

Assim como as variáveis linguísticas, as não-linguísticas, apesar de operarem num conjunto complexo de relações, agem isoladamente imprimindo diferentes níveis de influência sobre o emprego de formas variantes, que podem caracterizar a mudança como em curso ou estável. Por outro lado, alguns estudos propuseram o cruzamento entre variáveis sociais, buscando observar como os diferentes grupos relacionavam entre si. Podemos citar como exemplos de propostas de cruzamentos: gênero/escolaridade; gênero/idade; idade/escolaridade; idade/gênero; mercado linguístico/gênero; mercado linguístico/idade (SOUZA, 2009).

Não ignorando os resultados de estudos anteriores, optamos por selecionar apenas três variáveis sociais: idade, sexo, nível de escolaridade, e rede de relações sociais. A escolha se deu pelo perfil dos informantes bem como as condições em que ocorreram as entrevistas.

Restringindo-nos a estas variáveis selecionadas, abordaremos a seguir as peculiaridades de cada variável, abordagem que será retomada ou complementada na fase da análise dos dados.

4.6.1 O sexo⁶⁷

Fischer (1958), em um estudo intitulado *Influências sociais na escolha de variantes linguísticas*, foi o primeiro estudioso a fazer referência à correlação entre variação linguística e o fator sexo. Desde então, a análise da dimensão social da variação e da mudança tem considerado o peso na língua ocasionado pelas diferenças entre os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres no interior de uma comunidade de fala.

⁶⁷ Da mesma sorte que Silva (2005), optamos por manter nesse estudo o termo "sexo" referindo-nos ao que hoje se convencionou chamar de "gênero".

Diante de perguntas como “homens e mulheres falam diferentemente?”, as respostas costumam se divergir em duas direções: a) questões de ordem biológica e b) questões dos papéis sociais.

Biologicamente, são evidentes as diferenças fisiológicas que distinguem os dois gêneros na configuração do timbre de voz. Todavia, tal aspecto não interessa à Sociolinguística (PAIVA, 2007). Por outro lado, alargando a questão, das diferenças biológicas, poderíamos elencar estudos que se propuseram a apontar diferenças psicológicas - Maccoby e Jacklin (1974), Deno (1982), Halpern (1986), Taylor e Ounsted (1972) e Kimura (1983), etc. – contudo, compartilhando da constatação de Silva (2005), que infere avaliando os resultados de tais estudos psicologistas: “a visão de que a mulher biologicamente tem propensão às atividades que envolvam o domínio da linguagem é considerada por alguns estudiosos como sexista” -, não nos atentaremos a esse tipo de análise.

Já quanto ao desempenho dos papéis sociais, desde os primeiros estudos envolvendo variável *sexo*, como os de Wolfram (1969) em Detroit, muitos linguistas parecem compartilhar a opinião de que as mulheres são mais tendentes ao uso da norma-padrão e, conseqüentemente, evitam empregar construções pouco valorizadas no seio da comunidade da qual fazem parte⁶⁸. Como salienta Paiva (2007, p.35), diversos estudos sobre as variáveis do português desenharam um suposta maior consciência feminina do *status* social das formas linguísticas.

Desse modo, ignorando as diferenças biológicas, consideraremos apenas a dimensão dos papéis sociais exercidos dentro comunidade. Para tanto, julgamos importante considerar o atual processo de reconfiguração de valores, impulsionado pelos movimentos feministas, estandarte do discurso da igualdade entre os sexos. Segundo Paiva (2007):

A consistência do padrão que aponta o conservadorismo linguístico das mulheres emerge da análise de variações em comunidades de fala ocidentais, que partilham diversos aspectos de organização sociocultural. Esse padrão pode ser revertido, no entanto, quando se considerado dados de comunidades de fala caracterizadas por outros valores culturais e outra forma de organização social. (PAIVA, 2007, p.35)

Cumpra a nós, manter a imparcialidade ante o preceito do conservadorismo feminino, analisando se de fato a diferença entre as escolhas linguísticas de ambos os sexos configura alteração nos índices de realização da regra de concordância.

4.6.2 O nível de escolaridade

⁶⁸ Wolfram (1969), por exemplo, ao estudar 48 amostras de falantes negros de Detroit (EUA) constatou que as mulheres das quatro classes sociais estudadas tendem a ser mais sensíveis à avaliação linguística do que os homens. Posteriormente, Wolfram e Fasold (1974) constatam que as mulheres mostram ter mais consciência da norma de prestígio do que os homens.

A não aplicação da regra de concordância sempre foi vista pelo senso comum como traço de pouca escolaridade. Estudos anteriores sobre a concordância (SOUZA, 2009) constataram a influência da escola ante a neutralização dessa variante linguística, estigmatizada nas comunidades mais expostas ao padrão normativo. É visível que na medida em que os falantes avançam nos estudos este reflete diretamente na fala. Isso não confirma necessariamente que pessoas não escolarizadas possam fazer concordância ou falantes da *norma urbana culta*⁶⁹ estejam isentos de não aplicar a regra.

Como salienta Silva (2005) “ao controlarmos a variável *nível de escolaridade*, estamos procurando observar qual a importância do letramento no comportamento linguístico dos falantes do português do Brasil”.

Entretanto, em nosso estudo o português popular, a variável escolaridade será delimitada a dois níveis de instrução: a) informantes que não sofreram influência considerável da escola ou tiveram um rápido contato (0 a 02 anos de estudo); e b) informantes cuja influência da escola se deu de forma precária (de 03 a 05 anos de estudo).

Sendo os informantes utentes do português popular, esta diferenciação em dois níveis de escolaridade visa mensurar a importância da influência da força normalizadora da escola, mesmo que o contato tenha se dado de forma precária (máximo de 05 anos de estudos).

É importante considerar, independente da permanência do indivíduo na escola, os motivos que levaram tais indivíduos a procurarem orientação escolar, já que muitos são motivados por pressões sociais e preconceito linguístico por não dominarem a norma padrão urbano.

4.6.3 A faixa etária

Entre os sociolinguistas, as definições entre variáveis diacrônica, de idade, e de geração, costumam se confundir⁷⁰. Como em seção anterior, ao criticar a dicotomia saussuriana que separava em extremos as análises sincrônico-diacrônica, Labov observa que, na língua, as formas do passado do presente convivem num mesmo espaço de tempo, como fatores da heterogeneidade.

Deste modo, consideraremos como variável de idade, a forma como falantes de diferentes faixas etárias selecionam as formas no comportamento linguístico ordinário, a fim de verificar em quais níveis de idade os comportamentos linguísticos se aproximam mais da norma de prestígio. Contudo, nossa pesquisa contemplará apenas a fala de falantes adultos, divididos em faixas etárias.

⁶⁹ Termo utilizado para caracterizar falantes escolarizados que vivem nos centros urbanos.

⁷⁰ Alguns autores confundem a variação diacrônica com a de faixa etária (ILARI; BASSO, 2007, 151-152), já outros relacionam a variação diacrônica às diferenças entre gerações (dimensão de geração ou histórica) e chegam a afirmar que esta é mais percebida na língua escrita (TRAVAGLIA, 1995, p.48).

Os informantes foram divididos em três faixas etárias, comportando a primeira faixa os informantes entre 25 a 35 anos; a segunda 45 a 55; e a última compreende os informantes de mais de 65 anos.

Há diferentes perspectivas quanto ao controle da variável idade. A primeira, baseada na visão clássica, postula que é após a fase da puberdade (fase crítica de aquisição da linguagem) que o falante estabiliza uma norma que caracterizará definitivamente sua forma de falar.

Segundo esta posição a gramática do indivíduo não pode sofrer mudanças significativas porque o acesso aos dispositivos cognitivos que possibilitam a sua manipulação(a chamada faculdade da linguagem) fica bloqueado, uma hipótese que se apoia na psicologia desenvolvimentista. Quaisquer mudanças seriam apenas esporádicas: troca de uma palavra por outra, troca da pronúncia de uma palavra, etc. (NARO;2007)

Seguindo esta hipótese, o estado atual da língua de determinado indivíduo falante reflete o estado de língua que o indivíduo falava aos 15 anos de idade. Sob este parâmetro de análise, os linguistas observam a mudança numa análise de gradação denominada *mudança em tempo aparente*, Naro(2007) comenta que esta hipótese preconiza que a fala de um indivíduo hoje reflete um estado de língua falada a 15 anos atrás, e de um modo geral, uma gravação feita em 1990, da fala de um indivíduo de 70 anos de idade, representaria um estado de língua falada em 1935.

Uma segunda hipótese, que se propõe considerar a *mudança em tempo real*, deiscorda visão clássica, que prevê uma instabilidade da comunidade com o decorrer do tempo. Esta visão apregoa que os padrões linguísticos dos indivíduos mudam de acordo a sua faixa etária, numa escala de tempo real. Na medida que o indivíduo muda de faixa etária, num intervalo de 20 anos, reconfigura seu sistema linguístico. Assim, haveria uma variável característica de para cada faixa etária.

Tanto a primeira quanto a segunda hipótese não apresentam evidências empíricas convincentes. Faltam pesquisas e respostas, principalmente diante das novas configurações sociais onde as imposições do novo mercado de trabalho e desempenho dos papéis sociais vem desconstruindo os limites antes estabelecidos pela estratificação em faixas estarias.

Contudo, concordando com Naro(2007) podemos citar uma terceira possibilidade; a de “o indivíduo muda com o decorrer do tempo, mas não atinge precisamente a mesma posição em que estão os falantes mais velhos hoje”(p.48).

Esperamos ao controlar a variável faixa etária verificar se está havendo ou não uma mudança protagonizada, principalmente, pelos falantes mais novos, e dessa forma estabelecer a direção desta mudança (aquisição x perda das marcas de CV em P6 ou mudança estável).

4.6.4 Rede de relações sociais

O controle desta variável procurou regular o quanto as redes de relações sociais (seção 1.1.1) influenciou informantes e, conseqüentemente, na aplicação da regra de CV em P6. Acreditando que os indivíduos, no desempenho dos papéis sociais, podem sofrer influência direta ou indireta das redes de relações, classificamos os informantes em dois grupos de acordo com o grau de interação com indivíduos de outros níveis de formação:

- a) Rede local – donas de casa, aposentados, domésticas;
- b) Rede dispersa – garçons, cabeleireiros, vendedores, entre outros.

A seguir, apresentaremos o resultado da análise dos dados e seleção das variáveis, organizando a exposição pelo grau de significância apontado pelo programa *GoldVarb*.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentaremos os resultados obtidos pela análise total dos dados, em seguida faremos nossas considerações. A análise estatística expôs os resultados obtidos através da quantificação das ocorrências de variáveis pré-selecionadas (subseções 4.6 e 4.7) na fala de 24 informantes, totalizando de 1055 ocorrências de CV em P6. Utilizando o programa de quantificação estatística *GoldVarb* 3.0b3 (doravante *GoldVarb*) foram analisadas células e grupos de fatores com objetivo de identificar quais grupos de fatores estariam motivando de forma mais significativa a aplicação da Concordância Verbal na terceira pessoa do plural ou P6.

Para a primeira rodada do *GoldVarb*, foram selecionados os falantes do *corpus* PPUVC – Português Popular de Vitória da Conquista - BA, indivíduos que nasceram ou passaram a maior parte da vida em Vitória, residentes em bairros periféricos da cidade, todos informantes são adultos com idade entre 25 a 83 anos, e foram agrupados segundo os critérios sociais:

I - Sexo:

a) Homens	-	12 Informantes
b) Mulheres	-	12 Informantes

II - Idade:

a) Faixa I – 25 aos 35 anos	-	08 Informantes
b) Faixa II – 45 aos 55 anos	-	08 Informantes
c) Faixa III – à partir de 65 anos	-	08 Informantes

III - Escolaridade:

a) Nível 01 – Analfabeto	-	12 Informantes
b) Nível 02 – Com formação precária	-	12 Informantes

III – Rede de relações:

a) Alta rede de Relação	-	12 Informantes
b) Baixa rede de Relação	-	12 Informantes

Seguindo a orientação teórica, esta análise do *corpus* buscou medir a relevância dos grupos de variáveis sociais e linguístico-estruturais, a fim de apontarmos os fatores que se revelaram mais significativos na aplicação da regra geral de concordância, isto é, a “solidariedade entre o sujeito e o núcleo do predicado” explicitada pelas marcas de flexão de plural em P6.

Buscamos adequar os exemplos de outras pesquisas feitas no terreno da Sociolinguística variacionista à realidade de nosso *corpus*. Para a primeira rodada dos dados, as variáveis linguísticas selecionadas foram divididas em 13 grupos de fatores, codificadas segundo *Proposta de Chave de Codificação* elaborada por Dante Lucchesi (SILVA, 2005, p. 205-217), e com base em uma atualizada *Proposta de Chave de Codificação*, também elaborada pelo coordenador do Projeto Vertentes o professor Dante Lucchesi (2012, inédito).

Cabe justificar que, no decorrer de nossa pesquisa, ao lidar com o *corpus*, notamos a gradativamente a necessidade de eliminar alguns fatores, bem como dados que, pelas condições em que se realizaram as entrevistas, consideramos difíceis de serem sistematizados (como “exposição à mídia” e “bairros”. Entre os dados que não foram sistematizados, destacamos a variável “efeito gatilho” (relação com o discurso do entrevistador), a qual, apesar de sua importância, optamos por não a considerar visto que não houve, da maneira que desejávamos, monitoramento dessa variável durante a execução das entrevistas.

Seguindo a orientação das propostas de chave de transcrição expressas acima, foram gerados os códigos, que propiciaram ao *GoldVarba* leitura e quantificação estatística dos dados. Após a análise binária, o programa apontou, como de praxe, alguns *knockouts* ocasionados pela ausência de variação binária em fatores que compunham determinados grupos.

Na maioria dos casos, os *knockouts* se deram em ocorrências onde a aplicação da regra de CV em P6 não foi realizada em 100% (sem variação binária), em raros casos por motivo da competência gramatical dos falantes do PPUVC limitar a ocorrência de determinadas formas gramaticais, levando algumas formas a uma realização de nulo valor estatístico.

A análise considerou, dentre todos os 12 grupos de fatores, a relevância de 04 grupos cuja convergência/interação apresentou uma significação, segundo o programa, de 0.005. Os grupos de variáveis selecionadas, pela ordem de importância, foram:

Tabela 4 -Fatores Significantes.

Fator	Tipo de Variável
I – Saliência fônica	linguística/estrutural
II – Concordância nominal no sujeito	linguística/estrutural

III – Faixa etária	Social
IV – Indicação de Plural no SN sujeito	linguística/estrutural

Input 0.090

No quadro geral, o resultado quanto à observação da concordância verbal em P6, revelou pelo baixo índice de aplicação da regra (ver tabela abaixo), demonstrando mais uma vez que o fenômeno analisado constitui uma realidade inegável no português popular de Vitória da Conquista, apontando questões que urgem ser consideradas.

Tabela 5 - Aplicação da regra de CV em P6.

Concordância verbal em P6	Número de Ocorrências	Percentual
(+) Aplicação da regra	181/1055	17,2%
(-) Não aplicação da regra	874/1055	82,8%

A seguir, apresentaremos os resultados da análise observando a frequência encontrada para cada grupo de fatores e quais variáveis se mostraram mais relevantes na análise dos dados.

5.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS

Como dito anteriormente, a primeira rodada de dados no *Goldvarb* apontou alguns *knockouts* que foram corrigidos graças a algumas junções possíveis. Após amalgamarmos alguns fatores, a análise das variáveis linguísticas nos apresentou dados importantes sobre o perfil linguístico da comunidade. Entre estas variáveis encontramos 03 dos 04 grupos de fatores que mais influenciaram a aplicação da regra em P6, pela ordem de significância foram:

- a) Saliência fônica.
- b) Concordância nominal no sujeito.
- c) Indicação de Plural no SN sujeito.

Por outro lado, embora o *Programa* não tenha selecionado apenas 03 variáveis dentre as 08 inicialmente postuladas, cremos, da mesma forma que Guy e Zilles (2007), que os fatores não-selecionados podem revelar questões empíricas a serem discutidas e aprofundadas em pesquisas posteriores. O fazer científico, assim posto, procura, também, repensar as situações que não foram totalmente favoráveis à hipótese inicial, como testemunham os autores citados: “há vários motivos que determinam um resultado sem significância. Um deles, obviamente, é que o possível efeito investigado não exista no mundo. Mas também é possível que o efeito exista, mas que os dados coletados sejam insuficientes para revelá-lo” (GUY; ZILLES, 2007, p.215)

Acreditando que, além da possibilidade de indicar direções para futuras análises, pela ampliação do *corpus* do PPUVC, as variáveis não selecionadas pelo *GoldVarb* podem contribuir com informações relevantes na compreensão da variação dentro da comunidade analisada. Por este motivo, após a apresentação dos resultados da análise das variáveis selecionadas, faremos a devida exposição dos dados obtidos na observação dos demais grupos linguísticos.

Em uma primeira roda, mantivemos os oito fatores linguísticos; no entanto, preferimos excluir o fator “Tempo Verbal”; no entanto, os fatores selecionados foram mantidos, isto é, mesmo com a exclusão de um fato, foram apenas selecionadas três variáveis linguísticas.

5.1.1 A “saliência fônica”

Principiando a análise dos fatores linguísticos apontados como significantes pelo *GoldVarb*, ressaltamos que pesquisas anteriores sobre a concordância sempre destacaram a importância da saliência fônica. Tal princípio pressupõe que, no processo de flexão verbal, as formas marcadas (ou mais salientes) tendem a favorecer a aplicação da regra de concordância e formas menos marcadas (ou menos salientes) tendem a desfavorecer a aplicação (cf. SILVA, 2005).

Não diferente de Naro (1980), classificaremos o nível de saliência dos verbos com base em dois critérios: o da força da acentuação e a da diferenciação do material fonológico e morfológico envolvidos (cf. SILVA, 2003,2005). Contudo, mesmo considerando a escolha de tais critérios optamos por amalgamar alguns níveis⁷¹ contemplando assim a saliência em 06 níveis, subdivididos em dois grupos⁷²:

- a) verbos em que a marca de flexão encontra-se em sílaba não acentuada;
- b) verbos em que a marca de flexão encontra-se em sílaba acentuada.

⁷¹Naro (1980), e Silva (2003,2005) consideraram 09 níveis de saliência fônica.

⁷² Conforme subseção 4.6.7

Apesar de terem sido encontradas ocorrências em todos os 06 níveis de saliência fônica, a primeira rodada do *Goldvarb* eliminou da análise comparativa de variação dados do nível 01 de saliência fônica, onde todas as ocorrências encontradas registraram a não aplicação da regra (*knockout*). Para desfazer o *knockouts* níveis 01 e 02 foram amalgamados gerando o seguinte quadro:

Quadro 6 -Grupos de Saliência Fônica.

Posição	Nível de saliência	Ocorr.	Per.	Peso
Fora da sílaba tônica	1/2- Nasalização com e sem envolver qualidade	38/481	7.9 %	0.326
	3 - Acréscimo de segmento no plural	3/39	7,7%	0.319
Dentro da sílaba tônica	4 - Ditongação e/ou mudança na qualidade	14/72	19.4%	0.683
	5 - Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade	54/224	24.1%	0.682
	6 - Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa	72/239	30.1 %	0.655

Demonstrando equilíbrio entre os itens do nível 01 a 03 de saliência, onde o acréscimo do morfema flexional número/pessoal se dá fora da tônica,o Quadro 09, apresenta dados coerentes à hipótese de que quanto mais saliente, perceptível a forma verbal, maior o índice de aplicação à regra. Ver gráfico:

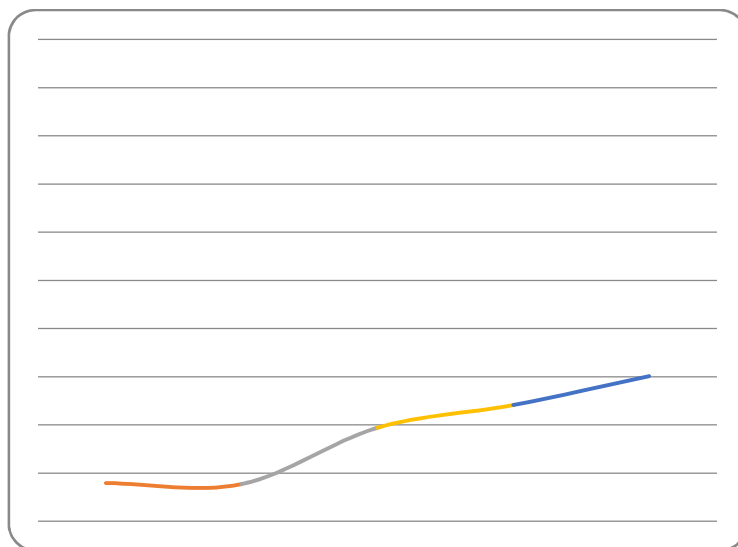


Gráfico 1 –Níveis de Saliência Fônica.

Isso fica bem claro quando amalgamados os dois subgrupos: a) em posição não-acentuada e; b) em posição acentuada Conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

Tabela 6–Frequência de variação pelo grupo “Saliência Fônica” com amalgama.

Nível de Saliência	Aplicação da Regra	Percentual
Em posição não acentuada	41/520	26,3%
Em posição acentuada	140/535	73,6%

O considerável distanciamento entre os dois subgrupos e o progressivo aumento da frequência segundo os níveis de saliência revelaram mais uma vez a importância desta variável.

Assim, no rumo da aquisição das marcas de concordância verbal, o utente do português popular de Vitória da Conquista emprega com maior frequência aquelas formas em que há nítida diferenciação entre o singular e seu correspondente plural, justificando a percepção daquilo que é mais saliente.

5.1.2. Marcas de Concordância no SN e a coesão estrutural.

Da mesma sorte que na questão da variável saliência fônica, a análise estatística destacou, como segundo grupo de fatores mais relevante, o controle da variável “marcas de concordância no SN sujeito”.

A consideração desta variável partiu do princípio de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros” como enunciado por Scherre (1988; 1998). Retomando a fala de Silva (2005) que entende por concordância a ‘solidariedade entre duas estruturas linguísticas que, não diferente da solidariedade entre sujeito e verbo, pode ser observada também na relação entre o núcleo do sujeito e seus determinantes.

A seleção desta variável pretendia confirmar nossa hipótese de maior possibilidade de aplicação da regra de CV nos casos em que ocorresse concordância dentro do SN que constitui o sujeito, o que estaria de acordo com o princípio denominado por Lucchesi (2001) Coesão Estrutural. Os dados apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 7 - Concordância no SN.

SN com concordância	3	2	0
	5	5	.
	/	,	6
	1	2	9
	3	%	7
	9		
SN sem concordância	2	8	0
	2	.	.
	/	3	3
	2	%	9
	6		3
	6		

Assim, não contrariando o Princípio da Coesão Estrutural, essa variável foi selecionada pelo *GoldVarb* como sendo de alto nível de significância, colocando o fator “SN com concordância” entre os que mais motivaram a aplicação da regra de flexão de número no sintagma verbal. Podemos verificar no gráfico que indica a frequência de aplicação da regra a diferenciação ocasionada no uso das duas variáveis:

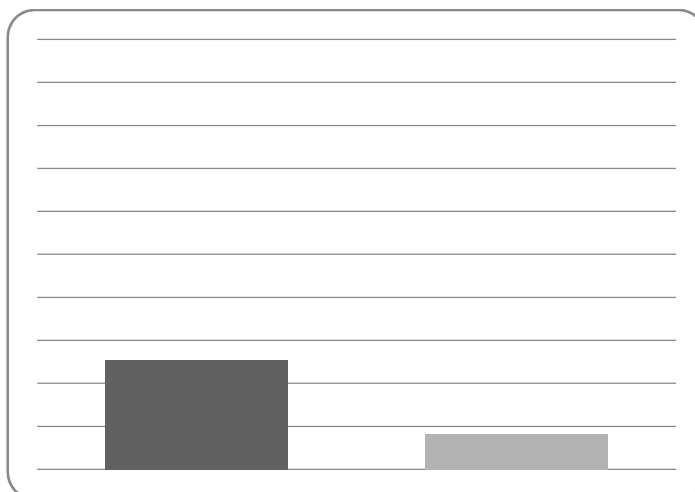


Gráfico 2 – Concordância nominal no sujeito.

O gráfico demonstra a relevância do Princípio da Coesão Estrutural, indicando a importância de se considerar paralelismo formal. Ainda reforçando a hipótese da coesão estrutural, o último grupo de fatores selecionado pelo programa *GoldVarb* foi o das variáveis “indicação de plural no SN sujeito”.

Coerente com o que até agora expomos, somos levados a crer que o falante do português popular ao adquirir as marcas de concordância verbal mais salientes também, ou concomitantemente, adquire as formas de concordância verbal, mantendo a coesão das estruturas.

5.1.3 Indicação de plural no sujeito

A seleção dessa variável permitiu verificar, do ponto de vista morfológico, qual das estratégias de indicação de plural mais favoreceria a aplicação da regra de concordância. Para tanto, selecionamos dentro deste grupo de 06 formas que julgamos ser mais representativas (Seção 4.6). Entretanto, devido um *knockout* nas ocorrências cuja indicação de plural no SN sujeito possuía natureza “mórfica e lexical ou com quantificador e lexical” (em todos os casos a concordância não foi realizada), fez com que julgássemos coerente o amálgama desta variável com a indicação “lexical”. Deste modo obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 8—Indicação de plural no SN sujeito.

Indicação de plural no SN sujeito	O- cor- rên- cias Co m C.V .	P e r c	P e s o
1. Mórfrica	76/ 555	1 3 , 7 %	0 .4 6 0
2. Com numeral	5/5 3	9 , 4 %	0 .4 2 0
3. Lexical	4/1 8	2 2 , 2 %	0 .6 0 2
4. com quantificador	17/ 42	4 0 , 5 %	0 .8 7 8
5. sujeito composto	4/2 5	1 6 , 0 %	0 .6 4 3

--	--	--	--

Nesse subgrupo, o fator de indicação de plural no SN sujeito que revelou a maior aplicação da regra foi o quantificador. Contrariamente, a presença do numeral do SN inibiu a utilização da concordância verbal. Como podemos observar no gráfico:

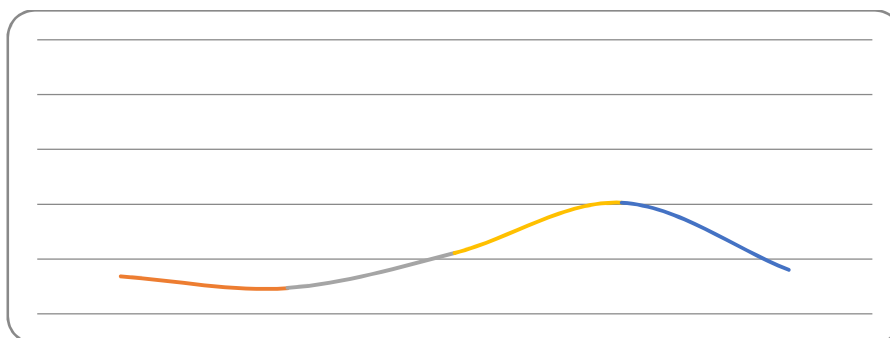


Gráfico 3 – Indicação de plural no sujeito.

O distanciamento entre estes dois fatores, “com numeral” e “quantificador”, respectivamente, (9,4% - 40,5%) foi determinante para que o *GoldVarb* selecionasse este grupo de fatores como significantes; contudo, em comparação com a marcação mórfica, a baixa ocorrência de outras formas de marcação revelou mais uma vez a necessidade da ampliação do *corpus* para melhor apreciação deste grupo de variáveis.

Pelo exposto, cremos que o valor semântico do quantificador esteja influenciando o utente do português popular a empregar as marcas de concordância verbal.

Julgamos apropriado discutir alguns dos fatores que não foram selecionados pelo *GoldVarb*, entre eles: Mesmo que o *Programa* não tenha selecionado outras variáveis linguística, pudemos ver que em relação à “Presença de marcas de plural no SN sujeito” foi o fator “Quantificador todos” o que mais apresentou frequência à marcação da regra, em coerência com fator anteriormente descrito e analisado.

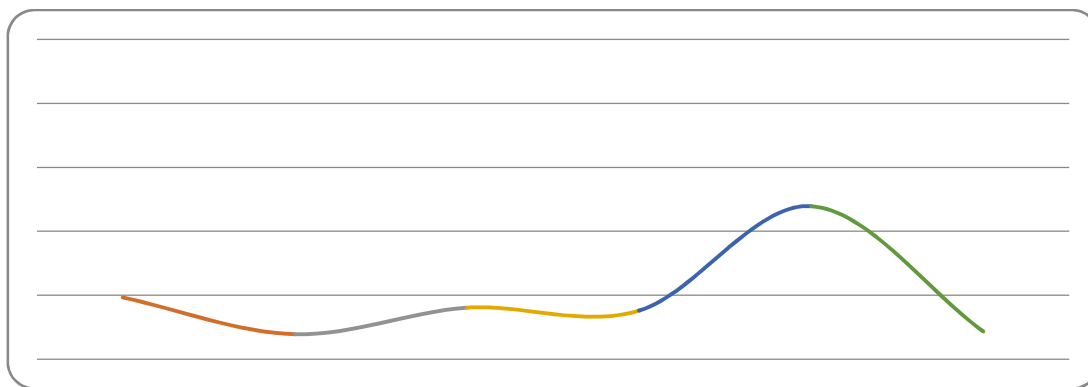


Gráfico 4 – Marcas de plural adjacentes ao verbo

Em relação à concordância quando o “núcleo do sujeito está adjacente ao verbo e apresenta marcas de plural”, os dados revelaram a seguinte situação: 19% (0.512). Quando se verificou o “núcleo do sujeito adjacente ao verbo, mas sem a apresentação de marca de plural” os resultados foram pouco menores: 7,2% (0.418). Em relação ao “pronomes eles”, os dados revelaram a tendência de 16.1% (0.608).

No entanto, acreditamos que a ampliação do *corpus* poderá esclarecer questões quanto ao fator “Marcas de plural adjacentes ao verbo”, já que houve casos em que as ocorrências foram poucas, o que, a nosso juízo, pode ter impedido de a variável ter sido selecionada, embora tenhamos operado alguns amálgamas posteriores (opondo elementos com marca de plural e sem marca de plural) sem lograr êxito na seleção da variável.

Em se tratando da variável “Realização e posição do sujeito”, mesmo não tendo sido selecionada pelo *Programa*, os fatores que mais favoreceram à aplicação da regra de concordância, em termos percentuais, foram: Sujeito não-realizado 21,3% (0.586), Sujeito anteposto (amalgamando o “imediatamente anteposto”, “anteposto ao verbo com sintagma preposicionado” e “anteposto por um constituinte interveniente”) apresentou 16,7%, enquanto que o “posposto” (amalgamando o “imediatamente posposto” e “posposto ao verbo ser”) apresentou 6,3% de concordância. Os casos de sujeito retomado por um “pronomes relativo” ou “uma oração relativa” resultaram em 12,9% de concordância. Mais uma vez, acreditamos que a ampliação do *corpus* poderá trazer maiores esclarecimentos à presente questão.

O Traço Semântico do sujeito⁷³, também, não foi um fato selecionado pelo *Programa*; contudo, revela que existe um leve favorecimento ao traço [+humano] no percentual de 16,5% (0.519) se comparado ao traço [-humano] que foi de 12,6% (0.382). Tal tendência revela que o falante do Português Popular apresenta leve tendência a marcar a concordância quando em sua mente está presente a

⁷³ Vieira (1997, p. 54) acrescentou a essa variável o traço [+/- concreto], e trata a questão por “animacidade” do sujeito. Paiva e Duarte (2009, p.138) também defendem, no caso da terceira pessoa, a possibilidade de um “meio termo” com classificação em sujeito [+/- humano] e sujeito [+/- animado].

ideia de pessoa. Mais uma vez mantém-se a o princípio constatado em pesquisas sobre o português popular, como a de por Silva (2005), de que “o traço [+ humano] favorece a concordância, já que, sendo o sujeito da oração uma pessoa, o falante deve correlacioná-lo ao verbo e à pessoa por ele indicada.” (SILVA, 2005, p.257)

Em relação à variável “Tipo de Verbo”, os dados revelaram que os verbos “de ligação” apresentam resultados próximos ao esperado, já que 25,4% (0.598). Acreditamos que tal situação tenha a ver com a “saliência fônica”, fator muito significativo em qualquer análise sobre concordância verbal na terceira pessoa do plural.

5.2 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS EXTRALINGUÍSTICAS

Foi possível quantificar a frequência de 04 variáveis extralinguísticas: a) idade; b) sexo; c) escolaridade e; d) rede de relações sociais. O quadro geral da análise das variáveis extralinguísticas, considerando apenas a aplicação da CV em P6 (+), configurou-se da seguinte forma:

Tabela 09 – Análise das variáveis sociais.

Grupos	Subgrupos	Ocor- rên- cias	Fre- quên- cia	Peso
1- Faixa etá- ria	25 a 34 anos	72/272	26.5 %	0.61 8
	45 a 55 anos	45/329	13.7 %	0.45 9
	mais de 65 anos	64/454	14.1 %	0.45 7
2 – Sexo	Masculino	81/502	16.1 %	0.49 1
	Feminino	100/55 3	18.1 %	0.50 8
3 – Nível de escolaridade	0 a 2 anos de es- tudos	80/482	16.6 %	0.47 1
	3 a 5 anos de es- tudos	101/57 3	17.6 %	0.52 5

4 – Rede de relações sociais	alta rede de relações	84/442	19.0 %	0.509
	baixa rede de relações	97/613	15.8 %	0.493

Dentre as variáveis sociais, a “faixa etária” foi a única considerada como de alta significância pelo *GoldVarb*, sendo o terceiro grupo na ordem de importância entre as demais variáveis dependentes (depois das variáveis linguísticas “saliência fônica” e “concordância nominal no sujeito”).

5.2.1 A variável faixa etária.

Considerando a hipótese da bipolarização linguística do P.B. (LUCCHESI, 2001), buscávamos verificar se, na norma popular, os mais jovens tendiam à aquisição da regra geral de concordância, apresentando índices superiores de flexão verbal na terceira pessoa do plural ou P6. O processamento dos dados forneceu subsídios para tanto, apresentando a seguinte tabela:

Tabela 10 - Faixa etária.

Faixa etária	Aplicação da regra	Frequência	Peso
Faixa I (25 aos 35 anos)	72/272	26.5%	0.618
Faixa II (45 aos 55 anos)	45/329	13.7%	0.459
Faixa III (a partir de 65 anos)	64/454	14.1%	0.457

Duarte e Paiva (2003, p.18) comentam que o fato de a população de meia-idade mais utilizar a norma de prestígio poderia caracterizar para essa variante um caso típico de estabilidade. Contudo, no caso do português popular, os dados da análise confirmou nossa hipótese de que os mais jovens estão em processo de aquisição das marcas de concordância na fala, pois apresentam índices superiores de

marcação da concordância em P6. Por outro, os mais velhos tendem a fazer menos concordâncias, fato atestado em nível percentual e em frequência⁷⁴.

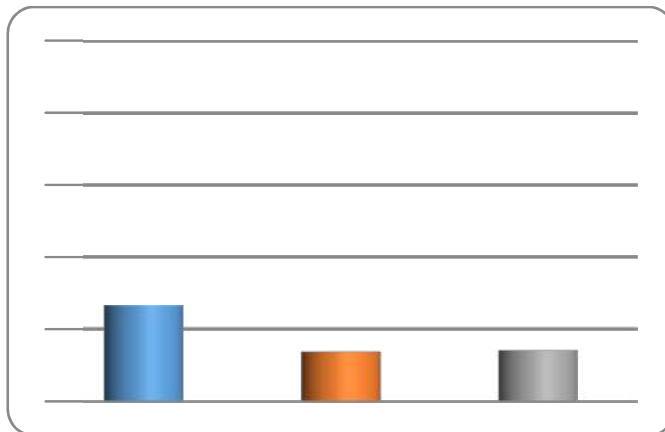


Gráfico 5 – Faixa etária.

Ao nosso juízo, não se trata de uma tendência geracional, visto que se compararmos as três faixas descritas podemos perceber um baixo percentual da diferença entre as faixas II e III (ver Gráfico 5). Novos valores exigem que os mais jovens estejam dispostos a se adaptarem, mesmo que precariamente, aos valores dos novos grupos.

A aquisição da norma pelos jovens, é um fenômeno que contraria a hipótese de uma deriva secular. Não há como ignorar as motivações externas, advindas das relações que ocorrem nessas comunidades mistas, onde os falantes estão constantemente sujeitos à pressão normativa. Por este motivo, os estudos acerca das redes de interação (*networks*) (MILROY;1987, OLIVEN ;1982, BORTONIRICARDO;2011) poderiam oferecer parâmetros para se compreender como procedem as tendências à conservação ou assimilação da língua padrão em comunidades onde a formação de redes de densa tessitura⁷⁵ poderiam explicar a permanência ou a substituição de formas dialetais ainda estigmatizadas, como as advindas de um *continuum* rural.

Embora a variável “rede de relações sociais” não tenha sido selecionada pelo *GoldVarb*, julgamos oportuno trazer a discussão à baila, considerando a diferença do ponto de vista percentual: alta rede de relações 19% (0.509) de favorecimento à aplicação da regra e baixa rede de relações 15,8%

⁷⁴ Buscando compreender melhor esta variável, realizamos uma terceira rodada dos dados, amalgamando as duas últimas faixas de idade, e obtivemos o seguinte resultado, o que confirma o postulado de que os jovens estão sendo mais expostos a um modelo prestigiado de língua que busca estabelecer a solidariedade entre o sujeito e o núcleo do predicado: Faixa I (25-25) 26,5% (0.618) e Faixa II-III 13,9% (0.458).

⁷⁵ Milroy (1980) entende como redes de densa tessitura as relações entre grupos onde o grau de *densidade* e *multiplexidade* atenuam-se em laços de integração do indivíduo com grupos de vizinhança. Milroy exemplifica tais redes de densa tessitura em gangues do Harlem e nos grupos de vizinhança em Belfast, grupos que isolam seus membros da pressão normativa da cultura dominante. (Ver seção 1.1.1)

(0.493) de aplicação da regra geral de concordância⁷⁶. É justificável lembrar que os informantes que compõem a amostra desse *corpus* são oriundos de bairro periféricos de Vitória da Conquista (Jurema, Patagônia, Nova Cidade e Vila Serrana) os quais estão aos poucos se modernizando, aproximando-se do ideal de urbanização. Acreditamos que a ampliação do *corpus* para outras regiões da cidade de Vitória da Conquista poderá trazer mais luz à questão discutida. Ademais, os dados aqui apresentados, a nosso juízo, são indicativos de que as redes de relações são importantes vetores da mudança linguística em se tratando de Português Popular.

Julgamos a apropriado, também, observar a relação da variável faixa etária com as variáveis “sexo” e “nível de escolaridade”, embora o programa não tenha selecionado estas duas últimas. Em relação à variável “sexo”, notamos que as mulheres tendem a fazer maior uso da regra de concordância verbal, mesmo que em proporção um pouco maior do que os homens: Mulheres 18,1% (0.508) e Homens 16,1% (0.491). Tal situação poderia ser explicada à exposição que as mulheres possuem hoje em nossa sociedade, ocupando profissões que as levem a tomar contato com outros grupos mais prestigiados e fora do “seio familiar”.

Em relação à variável “Escolaridade”, já que postulamos dois níveis, pudemos obter um percentual mínimo de diferenciação entre aqueles que são considerados “analfabetos” e aqueles de “formação precária”: Analfabetos 16,6% (0.471) e Formação Precária 17% (0.525).

Devemos ressaltar que o nível de escolaridade fator complexo, pois não considerada os anos em que o indivíduo “efetivamente” cursou o ano letivo ininterruptamente (greves, paralisações, evasões), além de situações em que a escola prioriza o ensino da habilidade de leitura como decodificação e a aprendizagem da língua como escrita, olvidando o uso da língua falada como habilidade, também, pertencente à língua culta.

Como esperado, a observação da variável escolaridade revelou uma leve diferença, estatisticamente insuficiente para traçar uma diferenciação no comportamento linguístico dos dois níveis analisados. O que não descarta a importância do estudo desta variável em outros níveis de análise.

⁷⁶ Não obstante tais dados revelados pelo Programa, julgamos pertinente fazer o cruzamento da variável “Redes de relações” e “Faixa Etária”. Os resultados do ponto de vista percentual demonstram uma tendência à aplicação da regra de concordância nos casos em que os jovens encaixam-se no fator “Alta rede de relações”, se comparados aos informantes das faixas II-III, numa proporção, respectivamente, de 32% e 11%.

CONCLUSÃO

Os resultados do nosso trabalho demonstram a extensão do fenômeno linguístico da concordância verbal, particularmente em casos de utilização da terceira pessoa do plural ou P6. Constatamos pela variação na aplicação da regra de concordância em P6 uma forte evidência de uma variedade que denominamos português popular, onde o uso das variantes (aplicação/não-aplicação da regra) é condicionado por fatores sociais e estruturais.

Os dados obtidos na observação do *corpus* do PPVC – Português Popular de Vitória da Conquista, pela análise quantitativa dos grupos de variáveis selecionados, apontaram números estatísticos altamente significativos ($p > 0,05$).

Podemos afirmar que a pouca frequência de utilização da flexão de plural do verbo (17,2%), sobretudo se tratando de falantes com idade superior a 45 anos de idade, constitui uma das principais evidências do distanciamento entre o português culto e popular, ou seja, verificou-se mais uma vez a coerência da hipótese da bipolarização linguística do PB.

A pesquisa demonstrou que, se por um lado, as duas normas; popular e culta coexistem num quadro de variação estável, na norma popular segue uma tendência à mudança, na direção da aquisição da norma culta pelos falantes jovens (25 a 35 anos). Estes por estarem mais expostos às influências externas, redes de relações, encontram-se mais suscetíveis à pressão normativa, seja pela exposição à mídia, seja por transitarem por outros ambientes como o meio profissional.

A direção da mudança contraria a tese da ancianidade do PB, defendida por NARO&SCHERRE(2007) que, sustentando a teoria da deriva secular, acreditam na futura simplificação dos mecanismos de concordância no sistema linguístico do PB. Obviamente, nosso estudo não encerra a questão, mas fornece dados a favor da denominada *hipótese crioulistica*, dando os devidos créditos à questão dos contatos linguísticos.

O *GoldVarb*, medindo estatisticamente a probabilidade de aplicação da CV em P6, evidenciou importância dos fatores linguísticos, destacando a influência da saliência fônica e a alcance do princípio da coesão estrutural. Como esperado, quanto mais salientes as formas mais estas mantêm valor distintivo dentro do sistema, e “marcas levam a marcas”.

Damos uma atenção especial às variáveis sociais e assim foi possível verificar a influência da escola e das redes de relações sobre os falantes do português popular. Contudo os resultados, apesar de satisfatórios para a realização dessa descrição e análise, apontam para a necessidade da ampliação do *corpus*, já que um volume maior de dados nos permitiria a contemplação de variáveis que tiveram pouca realização.

Ressaltamos a expectativa de ampliação do *corpus*, contudo esperamos que os dados já apresentados possam contribuir com outros estudos Variacionistas, e situar, em estudos posteriores sobre a comunidade de Vitória da Conquista-Ba, a dimensão do fenômeno da concordância verbal em P6, fenômeno que muito nos tem a dizer acerca do português popular do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALÉONG, Stanley (2001 [1983]). Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In. Bagno Marcos (org.). **Norma lingüística**. São Paulo, Loyola, pp.145-174.
- ALKMIN, Tânia. Sociolingüística. Parte I. In: F. Mussalin & A. C. Bentes (orgs.). **Introdução à lingüística 1: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p.21-47.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira: gramática – vocabulário**. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura e Ciência e Tecnologia, 1976.
- ANJOS, Sandra Espínola. **Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses**. 1999. 158 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7a. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolingüística**. São Paulo: Loyola, 1997.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAKER, M. **The polysynthesis parameter**. New York: Oxford University Press, 1995.
- BANFIELD, E. **A crise urbana: natureza e futuro**. 2 ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucena, 2001.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 2.ed. Campinas/São Paulo: Editora da Universidade de Campinas/Pontes, 1988.
- BERNSTEIN, Basil. **Class and pedagogies: Visible and invisible**. Washington: OECD Publications Center, 1975.
- BISINOTO, Leila & SALOMÃO, Jacob. **Atitudes sociolingüísticas: efeitos do processo migratório**. – Campinas: Pontes Editores, RG. Editores, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **The urbanization of rural dialect speakers: a sociolinguistic study in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **A análise do Português brasileiro em três continua: o continuum rural-urbano, o continuum de oralidade-letramento e o continuum de monitoração estilística.** Congresso Substandard e Mudança no Português do Brasil. Berlim, outubro de 1997.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós chegemos na escola, e agora? **Sociolinguística e educação.** São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade:** estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. Trad. Stella Maris B., Maria do Rosário Rocha Caxangá. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas:** o que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli e colaboradores. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998 [1996].

BOURDIEU, Pierre. **Você disse “popular”?** Tradução de Denice Barbara Catani. Título original: “Vous avez dit ‘populaire’?”. In: Actes de la recherche en sciences sociales, nº 46, março, 1983, p. 98-105, Paris.

BUENO, Silveira. **Estudos de filologia portuguesa.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 1967.

CABRAL, Maria Cristina Nunes; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **O ideal modernizador da educação em Vitória da Conquista – BA entre as décadas de 1930 a 1950.** (no prelo)

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística:** uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

CAMARA JR, J. Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa.** 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CANDIDO Antonio. Informação sobre a Sociologia em São Paulo. In: **Ensaio Paulistas,** São Paulo, Anhembi, 1958.

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011

CASTRO, Eugênio. **Ensaio de geographia linguistica.** 2.ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** 1º ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CHAMBERS, J.K. **Sociolinguistic theory.** 3.reimpressão. Oxford: Blackwell, 1997 [1995].

CHAMBERS. J.K.; TRUDGILL. P. **Dialectology.** 2a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

CHOMSKY , Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge: Mass. MIT Press. 1995

CHOMSKY, Noam (1986). **Knowledge of Language: Its Origin, Nature and Use**. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, Noam. **O Conhecimento da Língua: sua natureza, origem e uso**. Lisboa: Caminho, 1994.

COHEN, Marcel. **Le langage: structure et évolution**. Paris: Éditions Sociales, 1950.

CORVALÁN, C.S. **Sociolingüística: teoría y análisis**. Madrid: Alhambra, 1989.

COSTA, João. PB e PE: orientação para o discurso importa? In: **Revista Estudos da Língua(gem)**. V.8, n.1 – junho de 2001. Edições UESB.

COUTO, Hildo. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília DF: E-DUNB, 1996.

CRYSTAL, Davir. **Dicionário de lingüística e fonética**. Tradução e adaptação de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CUNHA, Celso. **Conservação e inovação no português do Brasil**. In: Eixo e a Roda, 5, 1986, p. 199-230.

CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. 6.ed. atualizada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, M. E. L. (1995). **A Perda do Princípio "Evite Pronome" no Português Brasileiro**. Tese de Doutorado. UNICAMP.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Lingüística**. 10a.ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

ELIA, Silvio. **A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos geo-econômicos**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica**. São Paulo: Ática, 1998.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes. **As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. **A posição do sujeito em português brasileiro - frases finitas e infinitivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

FOSTER, George. **As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia**. Tradução de João Távora. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FREYRE, Roberto. Prefácio. In: MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

GALVES, C. **O enfraquecimento da concordância no PB**. In: Roberts, I. & M. A. Kato (orgs.): 387-408.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4a.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GÓIS, Carlos. **Sintaxe de concordância**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRACIOSA, D.M.D. **Concordância verbal na fala culta carioca**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da semântica: su-jeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history**. 1981. 391 f. Tese (Doutorado em Lingüística) Faculdade da Universidade de Pensilvânia, Pensilvânia.

GUY, Gregory. **Sobre a natureza e origens do português popular do Brasil**. Tradução provisória de Maria Marta Pereira Scherre. In: *Estúdios sobre Espanhol de América Y Lingüística Afroamericana*. Bogotá, 1989. p. 226-244.

GUY, G. R. **A identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialeto nos padrões de variação lingüística**. *ORGANON*. Vol. 14, no. 28 e 29. UFRGS, 2000.

GUY, G. & ZILLES, A. **Sociolingüística Quantitativa, instrumental de análise**. São Paulo. Parábola Editorial, 2007.

HAMBURGER, Esther. **Diluído fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano**. In: SCHWARCZ, Lilia M. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 440–487.

HUDSON, R.A. **Sociolinguistics**. 2.ed. reimpressão. Cambridge: Cambridge Press, 1999 [1996].

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 1997, 1998, 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. **Pesquisa sobre Padrões de Vida**. 1996–1997. 2.e.d. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. **Sínteses de Indicadores Sociais**, 1998 e 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IPEA/PNUD. **Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil** – 1996. Rio de Janeiro –Brasília, [s.n.], 1996.

GUIRAUD, Pierre. **Le Français Populaire**. Presses universitaires de France edition, *in* French - 2. éd. 1969.

JAKOBSON, Roman. **Lingüística e Poética**. In: _____. **Lingüística e Comunicação**. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1970 [1960], p. 118-162.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro Fontes Históricas como fonte**. In: PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

JUCÁ FILHO, Cândido. **O fator psicológico na evolução sintática**. 2.ed. aumentada. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

LABOV, William. **Sociolinguistics Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. **Building on Empirical Foundations**. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (eds.) **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 17-92

LABOV, William. **Principles of linguistic change**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1994.

LALANDE, André. **Vocabulaire technique et critique de la philosophie**. Paris, PUF 2006.

LAPA, Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEMLE, Mirian; NARO, Anthony. **Competências Básicas do Português**. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras, Fundação MORBRAL e Fundação Ford. Rio de Janeiro, 1977, ms.

LIGHTFOOT, David. **The development of language: acquisition, change, and evolution**. Oxford: Blackwell, 1999.

LOPES, J.R. B. O mundo rural em crise. In: FERNANDES, F. (Org). **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.

LOPES, Norma. **Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade**. 2000. 407 f. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia: Salvador.

LUCCHESI, Dante. **Guia para realização das entrevistas do projeto vestígios de dialetos crioulos de base portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas**. Salvador: UFBA, 1993, ms.

LUCCHESI, Dante. **Chave de transcrição do projeto vestígios de dialetos crioulos em comunidades rurais afro-brasileiras**. Salvador: UFBA, 1993a, ms.

LUCCHESI, Dante. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. In: **Revista Internacional de Língua Portuguesa**. n.º. 12, 1994.

LUCCHESI, Dante. Variação, norma e mudança: a questão brasileira. In: CARDOSO, Suzana A. M. (Org). **Diversidade Lingüística e Ensino**. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 69-80.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizado: tendências atuais nas normas culta e popular. In: GROßE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Eds). **"Substandard" e mudança no português do Brasil**. Frankfurt am main: TFM, 1998. p. 73-100.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira** – Novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Tese (Doutorado em Lingüística). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, Dante As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil". **D.E.L.T.A.**, São Paulo, 2001.

LUCCHESI, Dante (2002). Norma Linguística e Realidade Social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da Norma**. São Paulo: Loyola, p. 63-92.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português no Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e Linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUCCHESI, Dante, BAXTER, Allan, RIBEIRO, I.(Orgs.). **O português afro-brasileiro [online]**. Salvador: EDUFBA, 2009, 576 p. ISBN 978-85-232-0596-6. Available from SciELO Books.

LYONS, John. **Lingua(gem) e Lingüística**. Tradução de Marilda Winkler Averbug e Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

KATO, M. A. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-lingüística. (e outros textos) In: HORA, Dermeval da & CHRISTIANO, Elizabeth. *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia. 1999

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

MARTINET, André. **Elementos de lingüística geral**. 8.ed. Tradução de José Morais Barbosa. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1978.

MATEUS, Maria Helena et al. **Gramática da língua portuguesa**. 3^o.ed. Lisboa: Caminho, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1986.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A articulação do sintagma nominal sujeito e do sintagma verbal: concordância. In: Mattos e Silva, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1995.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004a.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português são dois**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola, 2004b.

MAURER JR, Theodoro Henrique. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEDEIROS, Ruy H. **Aspecto Urbano de Conquista Através da História**. O Fifó, Vitória da Conquista - Ba, p. 7-9, 11 out. 1977. Ensaio conquistenses.

MELO, Gladstone Chaves de. **A Língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1971 [1946].

MENDONÇA, Renato. **O português do Brasil**: origens, evolução e tendências. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

MILROY, L. Social Networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLINGESTES, N. **The Handbook of Language Variation and Change**. Oxford/New York: B. Blackwell, 2002

MIOTO, Carlos et alii. **Novo Manual de sintaxe**. Florianópolis, Insular, 1999.

MOLLICA, M.C. **Diversidade lingüística e mobilidade social**. Disponível em <www.collconsultoria.com/artigo6.html>. Acesso em: 31 de março 2005.

MONGUILLHOT, Isabel de Oliveira e Silva. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de florianopolitanos**. 2001. 99 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis**. In: VANDERSEN, Paulino. **Variação e mudança no português falado na região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 189–215.

NARO, Anthony. **The social and structural dimensions of syntactic change**. *Language*, v.57, n.1, p. 63-98, 1981.

NARO, Anthony. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Cecília (Org.). **Introdução à Sociolinguística Variacionista**. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, p. 17-25, 1992. (Cadernos Didáticos)

NARO, Anthony. Idade. In: MOLLICA, Cecília (Org.). **Introdução à Sociolinguística Variacionista**. 3.ed. Rio de Janeiro: FL/UFRJ, p. 17-25, 1996. (Cadernos Didáticos)

NARO, Anthony; LEMLE, Miriam. **Syntactic Diffusion. Papers from the Parasession on Diachronic Syntax**, 221-239. Chicago: Chicago Linguistic Society CLS (Reprinted in *Ciência e Cultura*, 1976, v. 29. n. 3, p. 259-268, mimeo.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre as origens do português popular do Brasil. **D.E.L.T.A.** v.9, n. esp., p. 437 – 454, 1993.

NARO, Anthony; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variable concord in portuguese: the situation in Brasil and Portugal. In: Mc WORTHER, John (Ed.). **Language change and language contact in pidgins and creoles**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishers, p. 235-255, 2000.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

OLIVEIRA, Marian dos Santos. **Concordância verbal de terceira pessoal do plural em Vitória da Conquista**: um caso de variação estável. 2005.177 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PALHANO, Herbert. **O português popular do Brasil**. São Paulo: FTD, 1958.

PONTES, Eunice. **Estrutura do verbo no português coloquial**. Petrópolis: Vozes, 1972.

PRETI, Dino. **Sociolinguística**: os níveis da fala. São Paulo: EDUSP, 1982.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa, Caminho, 1992.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. Poder e onipotência da televisão: inquietações no ar. In: MARTINS, Maria Helena (Org). **Questões de linguagem**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997

RODRIGES, Angela. **Língua e contexto sociolinguístico**: concordância verbal no português popular de São Paulo: tendências atuais no estudo da língua falada. Araraquara: UNESP, 1992, ano 6. n.2.

ROMAINE, S. (1981). On the problem of syntactic variation: a reply to Beatriz Lavandera and William Labov. **Sociolinguistic Working Paper**, 82. 1981.

SAMUEL, Raphael. Cultura popular. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (orgs). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SANTOS, Antonio Luiz. **Produção de riqueza e pobreza na expansão cafeeira em Vitória da Conquista e Barra do Choça**. [Dissertação de Mestrado em Geografia] – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 30^a Edição. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo lingüístico. **Estudos de linguagem**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. 7(2): 29-59 jul/dez de 1998.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Jorge Augusto Alves. **A concordância verbal no português afro-brasileiro**: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais Estado da Bahia. 2003. 254 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003a.

SILVA, Jorge Augusto A. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil**: um panorama sociolingüístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia. UFBA: Tese de Doutorado, 2005.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986 [1950].

SILVA-SOUSA, Maria Aparecida. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista-BA: Edições UESB, 2001.

SILVA NETO, Serafim da. **História da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1988a [1957].

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 9.ed. São Paulo : Ática, 1992

SOARES, Magda. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Brasília: I-NEP/REDUC, 2002.

SOLARI, Aldo B. O objeto da Sociologia Rural. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. (orgs). **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SOUZA, G. A.A. Urbanização e fluxos migratórios para Salvador. In: SOUZA, G. A. A; FARIA, V. (Org.). **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980.

SOUZA, Constância Maria Borges de. **A concordância sujeito/verbo na 3.a. pessoa do plural no português popular de Salvador**. Tese de Doutorado. 2009

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2001

SOUZA, Daniela Moura Rocha; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; CASIMIRO, Ana Palmira B. Santos. A educação em Vitória da Conquista através do livro de atas da Câmara de

Vereadores (1917-1922) e do Jornal O Combate (1934-1947). **Cadernos de História da Educação**, v. 8. N.1, jan/jun 2009, p.117-135.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: crônica de uma cidade, Vitória da Conquista, Brasil Artes Gráficas, 1992.

TARALLO, Fernando. **A Pesquisa Sociolingüística**. Serie Princípios, São Paulo, 1986.

TARALLO, Fernando. **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas, ed. da Unicamp, Pontes. 1989.

TARALLO, Fernando. **Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1994.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

URBANO, H. et al. **Dino Preti e seus temas: Oralidade, Literatura, Mídia e Ensino**. São Paulo: Editora Cortez, 2001

VASCONCELOS, J. Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. 2.ed. melhorada. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.

VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento lingüístico do dialeto rural**. Belo Horizonte: UFMG/PROED.

VEIGA, José Ali. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 2000.

VIDOS, Benedek Elemér. **Manual de lingüística românica**. Tradução de José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

VIANA, Aníbal. **Revista Histórica de Conquista**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, volume 1, 1982.

_____. **Revista Histórica de Conquista**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, volume 2, 1984.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Variação em dialetos populares do norte-fluminense**. 1995. 163 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à Sociologia**. 3.ed. revista e aumentada. São Paulo: Atlas, 1995.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Andréia Café, Gustavo Gama, Odilon Mesquita Filho e Ricardo Ramos. Salvador: UFBA, 1998(mimeo).

ZILLER, João. **Pequenos reparos filológicos**. 2.ed. aumentada. São Paulo: Metodista, 1952.